

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE ECONOMIA  
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**O RIO EM EVIDÊNCIA?  
UMA REVISÃO DA ECONOMIA CARIOCA E A  
POTENCIAL INFLUÊNCIA DE ACONTECIMENTOS  
RECENTES EM ALGUNS DE SEUS SETORES**

GABRIEL DIAS DA SILVA  
matrícula nº 108019606

ORIENTADOR: Prof. René Louis de Carvalho

JANEIRO 2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE ECONOMIA  
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**O RIO EM EVIDÊNCIA?  
UMA REVISÃO DA ECONOMIA CARIOCA E A  
POTENCIAL INFLUÊNCIA DE ACONTECIMENTOS  
RECENTES EM ALGUNS DE SEUS SETORES**

---

GABRIEL DIAS DA SILVA

matrícula nº 108019606

ORIENTADOR: Prof. René Louis de Carvalho

JANEIRO 2014

*As opiniões expressas neste trabalho são da exclusiva responsabilidade do autor*

A todos que fazem parte de minha vida.

## AGRADECIMENTOS

Não vejo como iniciar os agradecimento a não ser pela minha família, em especial a meus pais e irmã. Sem eles, sem dúvida nenhuma, não teria a oportunidade de chegar até aonde cheguei, nem de sonhar em continuar evoluindo, tanto pessoalmente quanto profissionalmente.

Também tenho que citar os meus amigos mais próximos, dos que me acompanham desde os tempos de escola até os que entraram em minha vida no período universitário. Indiretamente, eles me ajudaram não só com esse trabalho, mas com toda a minha formação. Saber aproveitar o tempo que se tem livre, na companhia das melhores pessoas, é tão importante quanto o tempo gasto nos estudos e no trabalho.

Igualmente devo mencionar meus colegas no DPE/GCC-IBGE, onde tive a oportunidade de estagiar por um ano. Lá comecei a aprender como é a vida profissional de uma pessoa, além de conhecer novos amigos.

Por fim, mas não menos importante, devo separar um parágrafo para meu orientador René Louis de Carvalho. Mesmo próximo de sua aposentadoria, ele esteve sempre disponível para dividir seu tempo e seu conhecimento, cooperando para a realização de um trabalho mais qualificado.

## RESUMO

Esse estudo tem como foco a economia do município do Rio de Janeiro. Alguns acontecimentos recentes podem ajudar a levar essa cidade para um novo patamar, retomando a posição de destaque que já teve no passado. Desses acontecimentos, será visto como a descoberta do pré-sal no litoral brasileiro e a conseqüente formação de um parque tecnológico no fundão, assim como a escolha para ser sede da final da Copa do Mundo de 2014 e da Olimpíada de 2016, além do projeto de revitalização da zona portuária carioca podem estar influenciando para a formação de uma nova dinâmica local. Para isso, serão analisados alguns setores que podem estar sendo alavancados por esses eventos.

Mas, para que se possa dizer que há mudanças na estrutura e uma inflexão na economia local, temos que entender como ela era no passado. Por isso, essa obra também compreende uma revisão da história da economia do município do Rio de Janeiro. Essa revisão parte das razões que levaram a cidade a começar a ganhar importância, passando pelo momento em que se tornou o principal município do país, para depois iniciar um processo de perda de participação relativa. Avança pela década de 1980, período no qual sofreu forte recessão. Posteriormente, foi observado um quadro de estagnação até 2006, quando retorna ao crescimento econômico, mas ainda abaixo da média nacional.

Como base para o estudo foram usados dados que possibilitam a comparação com o restante do país e com as demais principais cidades brasileiras, além de uma vasta referência bibliográfica disponível.

## SÍMBOLOS, ABREVIATURAS, SIGLAS E CONVENÇÕES

ABC	Região paulista que engloba os municípios de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul
ANP	Agência Nacional do Petróleo
CEMPRE	Cadastro Central de Empresas
CENPES	Centro de Pesquisas e Desenvolvimento Leopoldo Américo Miguêz de Mello
CETEN	Centro de Tecnologia Mineral
CEPAC	Certificado de Potencial Adicional Construtivo
CEPEL	Centro de Pesquisa em Energia Elétrica
CNAE2.0	Classificação Nacional de Atividades Econômicas versão 2.0
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
COI	Comitê Olímpico Internacional
COPPE-UFRJ	Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa em Engenharia
ERJ	Estado do Rio de Janeiro
ESP	Estado de São Paulo
FIA	Fundação Instituto de Administração
FIFA	Federação Internacional de Futebol Associado
FIPE	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
FIRJAN	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
IASP	International Association of Science Parks and Areas of Innovation
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
II PND	Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento
IEN	Instituto de Engenharia Nuclear
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MRJ	Município do Rio de Janeiro
MSP	Município de São Paulo
PAC	Programa de Aceleração de Crescimento
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
PETROBRAS	Petróleo Brasileiro S. A.
PIB	Produto Interno Bruto
POT	Pessoal Ocupado Total
PPP	Parceria Público-Privada
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais

SEFAZ-RJ	Secretaria de Estado da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UL	Unidade Local
UPA	Unidade de Pronto-Atendimento
UPP	Unidade de Polícia Pacificadora
VTI	Valor de Transformação Industrial



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Participação relativa (%) dos estados selecionados no total da produção industrial do Brasil: 1907, 1919.....	20
Tabela 2: Participação relativa (%) dos municípios selecionados no total do PIB nacional e taxa de crescimento médio anual (%): 1920, 1949, 1980.....	26
Tabela 3: Participação relativa (%) dos municípios do Rio de Janeiro e São Paulo no total do PIB nacional nos anos: 1920, 1939, 1949, 1959, 1970, 1975, 1980.....	27
Tabela 4: Taxa de variação média anual (%) do PIB dos municípios do Rio de Janeiro, São Paulo e do Brasil: 1920-1980.....	28
Tabela 5: Taxa de variação média anual (%) do valor adicionado na indústria nos municípios selecionados e do Brasil: 1920-1980.....	30
Tabela 6: Participação relativa (%) dos municípios selecionados no valor adicionado na indústria nacional nos anos: 1920, 1939, 1949, 1959, 1970, 1975, 1980.....	31
Tabela 7: Participação relativa (%) dos municípios selecionados no valor adicionado no setor de serviços nacional: 1920, 1939, 1949, 1959, 1970, 1975, 1980.....	36
Tabela 8: Taxa de variação média anual (%) do valor adicionado no setor de serviços nos municípios selecionados e do Brasil: 1920-1980.....	36
Tabela 9: Participação relativa (%) dos municípios selecionados no total do pessoal ocupado nacional no setor de serviços: 1950, 1960, 1970, 1975, 1980.....	38
Tabela 10: Taxa de variação média anual (%) do PIB do município do Rio de Janeiro e do Brasil: 1980-1996.....	42
Tabela 11: Participação relativa (%) dos municípios selecionados no total do PIB nacional: 1980, 1985, 1990, 1996.....	43
Tabela 12: Participação relativa (%) dos municípios selecionados no total do valor adicionado na indústria nacional e taxa de crescimento médio anual (%): 1980, 1985, 1996.....	46
Tabela 13: Participação relativa (%) dos municípios selecionados no valor adicionado no setor de serviços nacional e taxa de crescimento médio anual (%): 1980, 1985, 1996.....	48
Tabela 14: Participação relativa (%) ao total do Brasil e crescimento médio anual do pessoal ocupado total nos setores selecionados para o município do Rio de Janeiro: 1980, 1985 e 1995.....	50
Tabela 15 Taxa de variação média anual (%) do PIB dos municípios selecionados e do Brasil: 1999-2010.....	53
Tabela 16: Participação relativa (%) dos municípios selecionados no total do PIB nacional (%): 1999, 2000, 2002, 2004, 2006, 2008 e 2010.....	54
Tabela 17: Taxa de variação média anual (%) do valor adicionado na indústria nos municípios selecionados e do Brasil: 1999-2010.....	55
Tabela 18: Participação relativa (%) dos municípios selecionados no total do valor adicionado na indústria nacional: 1999, 2000, 2002, 2004, 2006, 2008 e 2010.....	56
Tabela 19: Taxa de variação média anual (%) do valor adicionado no setor de serviços nos municípios selecionados e do Brasil: 1999-2010.....	59
Tabela 20: Participação relativa (%) dos municípios selecionados no total do valor adicionado no setor de serviços nacional: 1999, 2000, 2002, 2004, 2006, 2008 e 2010.....	60
Tabela 21: Taxa de crescimento médio do número de unidades locais das divisões selecionadas no MRJ, ERJ e Brasil: 2006-2010.....	98
Tabela 22: Taxa de crescimento médio do número de unidades locais de alto crescimento das divisões selecionadas no MRJ, ERJ e Brasil: 2006-2010.....	99
Tabela 23: Taxa de crescimento médio do pessoal ocupado total das divisões selecionadas no MRJ, ERJ e Brasil: 2006-2010.....	100
Tabela 24: Taxa de crescimento médio dos salários e outras remunerações das divisões selecionadas no MRJ, ERJ e Brasil: 2006-2010.....	102
Tabela 25: Salário médio mensal das divisões selecionadas no MRJ, ERJ e Brasil: 2006, 2009, 2011.....	103

Tabela 26: Pontuação de cada variável e divisão.....	105
Anexo 1: Variação média anual (%) do PIB dos 8 estados selecionados e do Brasil: 1920-2010 .....	117
Anexo 2: Participação relativa (%) dos 8 estados selecionados no total do PIB nacional: 1920, 1939, 1949, 1959, 1970, 1975 1980, 1985, 1996, 1999, 2000, 2002, 2004, 2006, 2008, 2010.....	118
Anexo 3: Participação relativa (%) dos municípios selecionados no total do PIB nacional: 1920, 1939, 1949, 1959, 1970, 1975 1980, 1985, 1996, 1999, 2000, 2002, 2004, 2006, 2008, 2010.....	119
Anexo 4: Participação das regiões político-administrativas relativa ao estado do Rio de Janeiro nos setores selecionados: 1920-2010* .....	120
Objeto2.....	121

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Grandes empresas presentes até o ano de 2013 no Parque Tecnológico da UFRJ, suas áreas de atuação e seus países de origem.....	71
Quadro 2: Principais médias e pequenas empresas presentes até o ano de 2013 no Parque Tecnológico da UFRJ, suas áreas de atuação e seus países de origem.....	72
Quadro 3: Principais obras e intervenções realizadas no Rio de Janeiro para a preparação para a copa do mundo de 2014, a área de intervenção e seu respectivo orçamento previsto.....	77
Quadro 4: Principais obras e intervenções realizadas no Rio de Janeiro para a preparação para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 e sua área de intervenção.....	80
Quadro 5: Tipos de legados de grandes eventos.....	83
Quadro 6: Principais obras e intervenções da fase 1 do Projeto Porto Maravilha.....	90
Quadro 7: Principais obras e intervenções da fase 2 do Projeto Porto Maravilha.....	91
Quadro 8: Principais empreendimentos da iniciativa privada na região portuária.....	92
Quadro 9: Setores econômicos escolhidos - e suas desagregações - classificados conforme as divisões e grupos da CNAE2.0, e seus códigos representativos.....	94

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>CAPÍTULO I – A EVOLUÇÃO DA ECONOMIA DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO</b> .....	15
<b>I.1 DE 1565 A 1920: DA CRIAÇÃO DA CIDADE AO DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA</b> .....	16
<b>I.1.1 Os primeiros séculos da cidade</b> .....	16
<b>I.1.2 O surgimento e o declínio da cultura do café</b> .....	17
<b>I.1.3 O aparecimento da indústria e seus primeiros problemas</b> .....	19
<b>I.1.4 Considerações finais e conclusão</b> .....	21
<b>I.2 DE 1920 A 1980: O ÁPICE E A DECADÊNCIA RELATIVA DA ECONOMIA CARIOCA</b> .....	22
<b>I.2.1 Contextualização</b> .....	22
<b>I.2.2 Economia</b> .....	25
<b>I.2.3 Indústria</b> .....	30
<b>I.2.4 Serviços</b> .....	34
<b>I.2.5 Pessoal ocupado</b> .....	37
<b>I.2.6 Considerações finais e conclusão</b> .....	38
<b>I.3 DE 1980 A 1996: A CRISE BRASILEIRA E A DÉCADA PERDIDA DO RIO DE JANEIRO</b> .....	41
<b>I.3.1 Contextualização</b> .....	41
<b>I.3.2 Economia</b> .....	42
<b>I.3.3 Indústria</b> .....	45
<b>I.3.4 Serviços</b> .....	47
<b>I.3.5 Pessoal ocupado</b> .....	49
<b>I.3.6 Considerações finais e conclusão</b> .....	50
<b>I.4 DE 1997 A 2010: ESTABILIZAÇÃO BRASILEIRA E ESTAGNAÇÃO CARIOCA</b> .....	52
<b>I.4.1 Contextualização</b> .....	52
<b>I.4.2 Economia</b> .....	53
<b>I.4.3 Indústria</b> .....	54
<b>I.4.4 Serviços</b> .....	58
<b>I.4.5 Considerações finais e conclusão</b> .....	60
<b>CAPÍTULO II – ACONTECIMENTOS RECENTES E SUA POSSÍVEL INFLUÊNCIA NA ECONOMIA CARIOCA</b> .....	63
<b>II.1 PRÉ-SAL E O PARQUE TECNOLÓGICO DO FUNDÃO</b> .....	65
<b>II.1.1 A descoberta do pré-sal</b> .....	65
<b>II.1.2 A influência do pré-sal para o Parque Tecnológico da UFRJ</b> .....	67
<i>II.1.2.1 O que é um parque tecnológico</i> .....	67
<i>II.1.2.2 O caso do parque da UFRJ</i> .....	68
<b>II.1.3 Conclusão e considerações finais</b> .....	73
<b>II.2 OS GRANDES EVENTOS</b> .....	74
<b>II.2.1 A experiência carioca com grandes eventos</b> .....	74
<b>II.2.2 Os grandes eventos dos próximos anos</b> .....	76
<i>II.2.2.1 A Copa do Mundo FIFA 2014</i> .....	76
<i>II.2.2.3 Os Jogos Olímpicos de 2016</i> .....	79
<b>II.2.3 O legado</b> .....	82
<b>II.2.3 Conclusão e considerações finais</b> .....	84
<b>II.3 O PROJETO PORTO MARAVILHA</b> .....	85
<b>II.3.1 Degradação e reativação de áreas urbanas</b> .....	85
<b>II.3.2 A evolução e a deterioração da zona portuária do município do Rio de Janeiro</b> .....	87
<b>II.3.3 O projeto de revitalização</b> .....	89

<b>III.3.4 Conclusão e Considerações finais.....</b>	<b>92</b>
<b>II.4 UMA ANÁLISE SOBRE ALGUNS SETORES.....</b>	<b>93</b>
<b>II.4.1 Os setores escolhidos.....</b>	<b>93</b>
<b>II.4.2 Metodologia.....</b>	<b>95</b>
<b>II.4.3 Resultados.....</b>	<b>97</b>
<i>II.4.3.1 Número de unidades locais.....</i>	<i>97</i>
<i>II.4.3.2 Número de unidades locais de alto crescimento.....</i>	<i>98</i>
<i>II.4.3.4 Salários e outras remunerações.....</i>	<i>101</i>
<i>II.4.3.5 Salário médio.....</i>	<i>103</i>
<b>II.4.4 Conclusão e considerações finais.....</b>	<b>104</b>
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>108</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>110</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>117</b>

## INTRODUÇÃO

Durante muitos anos, quando se ouvia nos noticiários sobre a cidade do Rio de Janeiro, a maioria das informações era negativa. Violência, trânsito, problemas infraestruturais e economia estagnada eram algumas das notícias mais recorrentes. De fato, essas continuam sendo as principais manchetes. Entretanto, nos últimos anos, alguns acontecimentos trouxeram de volta a esperança à população. A descoberta de petróleo na região brasileira de pré-sal pode trazer uma nova perspectiva econômica para a cidade. A escolha do município para a realização dos Jogos Olímpicos 2016 deverá ajudar com a volta da autoestima do carioca, junto à melhora da imagem tanto nacionalmente quanto internacionalmente. O controle pelo Estado de áreas antes dominadas pela criminalidade está ajudando a combater os altos índices de violência. Os novos projetos na degradada zona portuária da cidade prometem dar uma nova dinâmica nesse espaço. Além disso, tem-se há alguns anos a sensação de que a economia carioca está melhorando. Por esses motivos, volumosos investimentos estão sendo realizados na capital fluminense e, assim, espera-se que melhorias tanto no lado econômico, quanto no social e infraestrutural sejam concretizadas.

Com base nesses fatos, parece ser importante tentar entender o que esses novos acontecimentos podem trazer de positivo para o Rio de Janeiro. Poderá ser criado um novo ambiente na cidade, com a volta de uma posição de destaque nacional e do crescimento econômico, baseada em uma nova dinâmica? Quais setores serão beneficiados com esses investimentos? O que já está sendo realizado?

A partir dessas perguntas, desenvolvemos o objetivo central desse trabalho. Foram escolhidos 3 acontecimentos: a descoberta de petróleo no pré-sal, a escolha da cidade como sede para a final da Copa do Mundo FIFA de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016 e o Projeto Porto Maravilha, que visa a revitalização da região portuária carioca. Cada um desses será analisado separadamente, sendo destacadas as exigências e possíveis benefícios que podem trazer ao município. Assim, foram determinados 10 setores, com base na Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE2.0), onde recebem o nome de divisão, que devem ser os mais influenciados pelos investimentos realizados graças aos eventos citados. Tentaremos ver se já há alguma resposta nesses setores à esses estímulos e como cada um dos

eventos pode cooperar com o surgimento de uma nova dinâmica no município.

Contudo, para melhor explicar o que está acontecendo e o que pode ocorrer no futuro na economia da cidade do Rio de Janeiro, temos que entender como ela chegou aonde está. Compreender a sua evolução, destacando cada etapa e inflexão ocorrida, nos dará uma melhor visão de como ela reage a cada estímulo, se há experiências repetidas, dentre outras coisas. Por isso, foi escolhido como um objetivo secundário a revisão de toda a história econômica dessa cidade. Poderemos responder a partir disso, por exemplo, se os setores estimulados trarão uma nova estrutura econômica ao município, com a comparação com a já existente e com a qual se tinha no passado. É importante mencionar em relação a isso que há diversos estudos sobre a economia do estado do Rio de Janeiro, mas poucos tratando exclusivamente de sua capital.

O trabalho é, então, dividido em 2 capítulos, além da introdução e da conclusão. No primeiro, faremos uma revisão de como se comportou a economia da cidade carioca ao longo de sua história. Usaremos, como base, os números disponíveis para o produto interno bruto, valor adicionado na indústria e valor adicionado no setor de serviços, junto à bibliografia disponível. Já no segundo, apresentaremos os eventos selecionados, verificando quais setores podem ficar, a partir deles, em destaque. Em seguida, com base nas estatísticas do Cadastro Central de Empresas (CEMPRE), veremos se nossa expectativa já está sendo cumprida.

É importante ressaltar que, nessa obra, o foco é o lado econômico do município carioca. Portanto, questões referentes aos problemas sociais que encontramos na cidade não serão discutidas com maior detalhamento.

## **CAPÍTULO I – A EVOLUÇÃO DA ECONOMIA DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO**

No Primeiro capítulo do trabalho, será feita uma revisão da história da economia da cidade do Rio de Janeiro. A trajetória deste município é única em todo o Brasil: percorreu um caminho de crescimento e ganho de importância no cenário nacional, sendo o local de nascimento da cultura cafeeira brasileira e posteriormente onde primeiro se desenvolveu a indústria no Brasil. Tornou-se assim a principal cidade brasileira, centro financeiro, cultural e de maior produto do país. Foi a capital por quase 2 séculos. Também foi o local escolhido pela Família Real Portuguesa para sua hospedagem no século XIX. Ao se aproximar da metade do século XX, entretanto, começou a enfrentar uma trajetória de estagnação. A princípio, apresentou perdas relativas em relação ao produto nacional. Mas após os anos 80, essas perdas se tornaram absolutas. Ainda não se podia, até o ano de 2010, se falar em uma recuperação da economia carioca.

Neste capítulo, dividido em 4 partes, além desta breve introdução, será visto o caminho percorrido pela economia do município do Rio de Janeiro em sua história. Na primeira, será discutido o período que vai desde a criação do município até o ano de 1920, quando a indústria carioca é a maior dentre todos os municípios brasileiros. Na seção 1.2 é exposto como o Rio se consolidou como a principal cidade brasileira, bem como os motivos do início de sua deterioração, a princípio apenas relativa. Na terceira parte, que compreende o período de crise no Brasil, será visto que o MRJ passa a ter perdas absolutas de produto. Por fim, na última parte, mostra-se que o município parece ainda não ter se recuperado de seus problemas, estando sua economia estagnada na maior parte do intervalo analisado.

A metodologia escolhida para o estudo no primeiro capítulo foi a de exposição de dados sobre o PIB e do valor adicionado, da indústria e dos serviços, com a comparação de sua evolução média com outros municípios e de sua participação relativa ao total estadual e brasileiro. Esses dados foram extraídos do portal IPEADATA. Quando possível, dados extras foram adicionados para ajudar na compreensão da conjuntura econômica. Junto aos dados está presente a interpretação dos mais importantes autores sobre o período apreciado, o que ajuda ao entendimento do movimento visto. Cada seção apresenta uma contextualização dos fatos mais importantes da época desde o nível municipal até o mundial. No fim de cada seção há



uma pequena conclusão na qual se apresenta o que parece melhor explicar a evolução da economia carioca no intervalo investigado.

É importante salientar que há uma carência bibliográfica em se tratando exclusivamente da economia do município do Rio de Janeiro, sendo mais comum encontrar estudos sobre todo o estado fluminense. A escassez de dados estatísticos também, por muitas vezes, dificulta a elaboração de um trabalho mais preciso.

## I.1 DE 1565 A 1920: DA CRIAÇÃO DA CIDADE AO DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA

### **I.1.1 Os primeiros séculos da cidade**

A cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro foi fundada em 1565. Com os objetivos, à época, de facilitar a defesa das terras da América Portuguesa, era um espaço de fortificação militar e centro logístico. Sua economia começou a se desenvolver com o ciclo do pau-brasil. Em seguida, passou a ter destaque a cana de açúcar e a produção de alimentos, como a farinha de mandioca. Mas sua importância começou a aparecer no ciclo da mineração: dada a presença de um relevante porto, era a porta de saída do produto da mineração e de entrada de bens que abasteceriam a colônia. Esse mesmo porto, devido a sua posição geográfica privilegiada, colocou o Rio de Janeiro como um ponto importante entre diversas rotas comerciais. Também teve destaque nesse período a economia em volta do tráfico negreiro. Em 1793 Portugal decidiu deslocar a capital administrativa da colônia de Salvador para o Rio de Janeiro, como forma de facilitar o controle sobre a atividade mineradora, dada a sua maior proximidade às minas em relação à capital anterior.

Como resultado dos fluxos comerciais gerados em torno do porto, começaram a se desenvolver atividades comerciais internas, que iniciaram um pequeno processo de acumulação de capital mercantil. Em geral, essas atividades estavam ligadas à importação de

alimentos e à exportação de elementos da crescente agricultura brasileira. Entretanto, por fazer parte da colônia, essa acumulação era limitada porque grande parte dos ganhos e das riquezas produzidas ou encontradas tinha que ser enviado à metrópole.

No começo do século XIX, mais precisamente em 1808, um fato contribuiu em larga escala para o desenvolvimento e consolidação de uma centralidade nacional para o Rio de Janeiro: a vinda da Família Real Portuguesa. Junto a ela veio uma explosão populacional, quando a cidade passou de 40 mil habitantes em 1808 para 112 mil em 1821 (TOPIK, 1991 apud LOUREIRO, 2006), e o aparecimento de um novo tipo de demanda: por bens e serviços mais sofisticados, pouco presentes na cidade, graças a essa nova classe social. Houve melhoramentos urbanos e infraestruturais e foram criados equipamentos culturais, como a Biblioteca Nacional, e de serviços, como o Banco do Brasil. O Rio de Janeiro acumulou funções político-administrativas e houve aumento no fluxo de pessoas e capitais. Após a Independência, tornou-se a capital do império.

### **I.1.2 O surgimento e o declínio da cultura do café**

Na primeira década do século XIX surgiu no estado do Rio de Janeiro, pioneiro no Brasil, a cultura do café. A primazia foi consequência do ganho de dinamização gerado pelos acontecimentos citados, junto a outros fatores como: a presença de terras livres, o crescimento de demanda externa por este produto, a disponibilidade de capital e mão de obra escrava, e a boa infraestrutura instalada, com destaque para o porto, pelo qual podia se exportar. (PIGNATON, 1977).

Nesse período, o café aparecia simultaneamente nas formas de produção familiar e de grandes plantações, principalmente nas regiões da Tijuca, Estácio e São Cristóvão. O crescimento da produção foi viabilizado pelo crescimento do mercado americano e europeu para esse produto e, a partir de 1850, passou a ser dominante a forma de produção em grandes plantações (LESSA, 2000). Para esse mesmo autor, “Sem qualquer exagero, o café como atividade econômica central nasceu, literalmente, no interior da cidade do Rio de Janeiro.” (p. 103).

Vieira (2004), por sua vez, atribui o êxito do cultivo de café no Rio de Janeiro à oferta abundante de terras e sua proximidade ao porto. Assim, custos de transporte eram reduzidos, facilitando a exportação. Também ajudavam a tornar os custos competitivos a exploração de mão de obra escrava e a utilização da terra de forma totalmente predatória, sem nenhum tipo de cuidado.

No ano de 1834 o município do Rio de Janeiro foi separado do resto do estado do qual era parte, tornando-se um município-neutro. Assim, foi reforçado seu papel de sede administrativa: com a divisão, passou a ser vista uma certa divisão do trabalho, na qual o município-neutro tinha o papel de fornecedor de serviços urbanos, de financiador da atividade agrícola e de suporte ao comércio, enquanto o restante do estado fluminense ofertava produtos primários. Basicamente, a cidade do Rio de Janeiro fornecia recursos para o desenvolvimento da agricultura no interior do estado, enquanto servia de mercado consumidor, e sede administrativa e financeira. Ademais, como tinha o maior porto do país, absorvia a produção de outros estados para a exportação. Nesse período, o município neutro do Rio de Janeiro se consolidou como o principal centro político e financeiro do Brasil (R. SILVA, 2004).

No último quartel do século XIX a atividade cafeeira entrou em declínio no solo fluminense. Uma das razões para esse fenômeno pode ser encontrada na forma de produção utilizada, na qual o aumento da produção se dava pela extensividade, o que levou à erosão e ao esgotamento do solo. Não havia nenhuma preocupação com a conservação das terras plantadas. (LESSA, 2000). Para esse autor, a indisponibilidade de solo valorizou as terras virgens e com isso também aumentou o preço dos alimentos, tornando os custos da produção local crescentes. Ele ainda destaca o crescimento da concorrência da produção cafeeira de outras regiões, como o estado de São Paulo, com maior qualidade, e de Minas Gerais. Além disso, para Pignaton (1977), por insistir no uso de mão de obra escrava, os produtores do estado começaram a ter problemas com a instituição de leis que criavam entraves à exploração de mão de obra escrava. Assim, os custos de produção tiveram mais uma fonte de aumentos, dificultando a competição com outras regiões que apresentavam custos decrescentes, como São Paulo. Em sua obra, Vieira (2004) destaca os mesmo argumentos já citados pelos outros 2 autores para a decadência do café nas terras do Rio de Janeiro, acrescentando mais 2 fatores: a dependência ao capital mercantil e a dificuldade em se obtê-lo, e a indisponibilidade de terras cultiváveis no município para expansão e manutenção do plantio.

A princípio, as consequências da perda de competitividade do café fluminense para o município do Rio de Janeiro foram suaves. Apesar de decadente, os ganhos mercantis gerados pelo café foram em grande parte apropriados pelo comércio do Rio. Esse excedente possibilitou a evolução de um sistema bancário na cidade, favorecido por toda uma estrutura urbana presente. Já a presença do porto, por exemplo, garantia renda com a exportação dos outros estados, além de ter sido favorecido com o próprio capital e comércio da produção cafeeira carioca. O declínio do café tampouco empobreceu as elites locais. Estes realocaram seu capital para outras atividades, como a comercial, a financeira, a industrial, ou até mesmo a produção cafeeira paulista.(LESSA, 2000).

### **I.1.3 O aparecimento da indústria e seus primeiros problemas**

Nesse período, o Brasil e Rio de Janeiro estavam passando por uma expansão de sua malha ferroviária, o que iniciou a integração do território nacional. Essa expansão foi favorável ao transbordamento da agricultura para regiões mais longínquas, porque foi facilitado o escoamento da produção e de bens necessários aos novos produtores. Mais uma vez, o Rio de Janeiro foi beneficiado: obtinha, assim, maior volume de produção a ser exportada pelo seu porto. Também aumentou sua capacidade de suprir as novas regiões com seu comércio atacadista (LOUREIRO, 2006). Assim, o setor comercial continuava a se fortalecer. Também favorecia ao MRJ a sua posição de capital nacional, que somava à sua economia gastos de servidores públicos. Ainda existia no município uma centralidade financeira, o que garantia uma maior facilidade de financiamento. Havia também de uma escala de urbanização desenvolvida quando comparada com as outras cidades brasileiras da época. Juntos, todos esses fatores cooperaram para tornar a cidade do Rio de Janeiro o berço da industrialização no Brasil.

Os primeiros setores a ganhar importância foram o têxtil e o de alimentos: no ano de 1889, como ilustração, os 2 setores alocaram 60% e 15.5%, respectivamente, de todo capital investido na indústria em todo território nacional (PIGNATON, 1977, p. 145).

No ano de 1907, 29,9% da produção industrial brasileira estava concentrada no

Distrito Federal, contra 16,1% para todo o estado de São Paulo (tabela 1). Apesar da primazia, todavia, a participação do setor industrial carioca despencou para 22,3% no fim da segunda década século XX, mostrando um crescimento menor do que a média nacional, o que dá pistas de que poderia haver problemas nesse setor no município. No mesmo período, a participação do ESP cresceu para 33,0%.

Tabela 1: Participação relativa (%) dos estados selecionados no total da produção industrial do Brasil: 1907, 1919 <sup>1</sup>

Estado	Ano	
	1907	1919
Distrito Federal <sup>2</sup>	29,9	22,3
Rio de Janeiro <sup>3</sup>	7,7	6,2
São paulo	16,1	33,0
Rio Grande do Sul	13,6	11,8
Minas Gerais	4,4	5,7
Outros	28,3	21,0

Fonte: Censo Industrial *apud* Pignaton (1977).

<sup>1</sup> Não há dados disponíveis que possibilitem uma comparação entre municípios.

<sup>2</sup> Atual município do Rio de Janeiro.

<sup>3</sup> Refere-se ao estado do Rio de Janeiro da época, que não engloba o município do Rio de Janeiro.

São apontadas diversas questões estruturais que teriam prejudicado o desenvolvimento do setor. A duração do regime de mão de obra escrava atrapalhou a formação de um mercado interno forte e o avanço processo de acumulação capitalista. Além disso, em um período de integração comercial nacional, o Rio não conseguia vender sua produção para as regiões um pouco mais distantes, dependendo das compras de seu entorno, que era bastante fraco economicamente. (PIGNATON, 1977). A forma de produção extensiva nos campos do estado fluminense degradaram o solo, impossibilitando a cultura de gêneros que poderiam ser utilizados como matéria-prima. Como consequência, o município do Rio de Janeiro tinha que importar esses materiais, bem como alimentos, de outros estados, gerando uma evasão de capital, o que criava obstáculos à acumulação interna. Também, por esses motivos, não foi criado um mercado consumidor no campo fluminense e, conseqüentemente, a consolidação da divisão de trabalho entre o Distrito Federal e o ERJ foi prejudicada. Por essas razões aumentaram os custos de produção e de salários, o que torna uma indústria menos competitiva (R. SILVA, 2004). Tal argumento também é encontrado em Vieira (2004), que afirma que durante o período de expansão do café no estado do Rio de Janeiro, o interior orientou sua agricultura para a especialização no café, em detrimento de uma produção diversificada de

alimentos e matérias primas. Mesmo com a decadência do café, pouco melhorou no interior do estado em relação a produção e diversificação agrícola. O mesmo autor ainda acrescenta como problemas as perdas tributárias sobre o café e o aumento nas tarifas de transportes e energia, como outros choques de custos.

Para Leopoldi (1986), ainda há outra questão: o elevado grau de diversificação da indústria carioca<sup>1</sup> não permitiu o fortalecimento de algum determinado setor pela especialização, observando-se assim diversos mas frágeis setores industriais, voltados majoritariamente para o mercado local.

Como uma breve base de comparação, no caso paulista, o campo era forte, principalmente com o café, que gerou bastante excedente. Já a mão de obra empregada teve forte presença de trabalhadores assalariados, com base na imigração. Ainda se destaca a melhor organização e planejamento da expansão ferroviária desse estado e o ganho de importância do porto de Santos.

#### **I.1.4 Considerações finais e conclusão**

A cidade do Rio de Janeiro foi pioneira nacionalmente na produção de café e depois no aparecimento da indústria. Em ambos os casos, a disponibilidade de capital, a boa infraestrutura e a presença do porto foram determinantes. Para o café, também foi essencial a oferta de terras ociosas, enquanto que pra indústria pode-se destacar a centralidade financeira do município, o que garantia maiores facilidades de obtenção de financiamentos. Quando a cultura de café entrou em decadência, poucas foram as consequências mais graves pra economia carioca, cujos agentes souberam realocar seus investimentos.

O mesmo não pode ser dito da indústria da cidade, que a partir da segunda década do século XX, começou a perder sua posição de destaque. Ela sofria pela falta de um mercado consumidor interno mais forte, dado o longo período de produção com mão de obra não assalariada no município do Rio de Janeiro, o que reduzia a média de renda de sua população

---

<sup>1</sup> Ver Sobral (2010, p.68) para a desagregação da indústria carioca no período.

e, assim, sua capacidade de consumo e de acumulação. Seu entorno, que poderia ser o destino de sua produção e a origem de alimentos e insumos, por muitos anos produziu de forma especializada e predatória, não podendo exercer a função de um bom fornecedor. Era, também, fraco economicamente, sendo pouco efetivo como demandante dos produtos cariocas. Assim, não se deu uma integração satisfatória entre a cidade e o resto do estado do Rio de Janeiro. Então, para importar e exportar nacionalmente seus produtos, o MRJ tinha altos custos, o que encarecia seus produtos e o tornava menos competitivos contra as novas regiões produtoras, como São Paulo e Minas Gerais, principalmente quando o destino era uma região mais afastada, lembrando-se o planejamento menos preciso de sua malha ferroviária. Tais questões serão determinantes para a evolução da economia do Rio de Janeiro nas próximas décadas, não só para o setor industrial, como para os serviços e o produto como um todo. Como diz Pignaton em sua obra: “Pode-se perceber, assim, que há problemas no Distrito Federal do Rio de Janeiro que transcendem ao setor industrial.” (1977, p. 151).

## I.2 DE 1920 A 1980: O ÁPICE E A DECADÊNCIA RELATIVA DA ECONOMIA CARIOCA

### I.2.1 Contextualização

O período situado entre os anos de 1920 e 1980 apresentou grandes transformações e acontecimentos, desde a escala municipal, para o Rio de Janeiro, até a global. No âmbito internacional, aconteceu a Segunda Guerra Mundial, bem como a crise de 29 e os 2 choques do petróleo (1973 e 1979). Tais ocorrências foram intercaladas com períodos com alta taxa de crescimento mundial. Para o Brasil, compreendeu o fortalecimento do modelo de crescimento por substituição de importações, com o Plano de Metas, o 'Milagre Econômico' e o II PND, como exemplos. O Rio, por sua vez, viu sua consolidação como principal cidade brasileira, bem como o começo do declínio dessa posição. Também foi um marco para a cidade a transferência da capital do país para Brasília (1960). Tornou-se estado da Guanabara e, em 1975, teve sua fusão com o resto do estado do Rio de Janeiro. Tanto a transferência quanto a

fusão devem impactos significativos para os números da economia carioca.

Antes do Plano de Metas, a substituição de importações aconteceu, primeiramente, de forma espontânea, em períodos de restrição externa de mercadorias ou dívidas. Começa a se produzir internamente bens de consumo não durável. Num segundo momento, após a década de 40, esse processo se deu de forma indireta, sendo o resultado, por exemplo, de políticas adotadas para equilibrar as contas externas. Usava-se do câmbio e de controles de importações, como o sistema de licenças prévias para importar, além de aparatos regulatórios. Também foi importante o montante destinado ao crédito para a indústria. Foi, nesse instante, um movimento liderado pelo setor privado, e não havia um maior planejamento com o objetivo de crescimento industrial. Os setores que mais cresceram foram, inicialmente, o de bens intermediários e, em seguida, bens de consumo durável, como eletrodomésticos, ganhando o parque industrial nacional em complexidade (VIANNA E VILLELA, in: GIAMBIAGI et al, 2011).

O plano de metas, do governo Juscelino Kubitschek (1956-1961), inicia um período de maior planejamento de desenvolvimento econômico e tinha como objetivo reverter o quadro de atraso econômico e de constantes restrições vivido pelo Brasil, além de um panorama de estrangulamento, como nas áreas de energia e transportes. Para tal, previa o uso de volumosos investimentos, tanto privados quanto públicos, principalmente nos setores de infraestrutura e industrial. Auxiliaria aos investimentos, o emprego de políticas protecionistas, a exemplo das aduaneiras e cambiais. Foram, então, definidas 30 metas específicas, além de um objetivo extra: a construção de Brasília, que passaria a servir como a nova Capital Federal. Ela seria importante para ajudar na integração do extenso território brasileiro. O plano teve alto grau de sucesso: a maior parte das metas estabelecidas tiveram uma elevada porcentagem de realização. Nesse instante, os setores contemplados foram os de bens de consumo durável e de capital, com a indústria apresentando taxas de crescimento maiores do que a do PIB. Teve, como principal consequência negativa o aumento nas taxas de inflação (VILLELA, in: GIAMBIAGI et al, 2011).

No “Milagre Econômico”, período entre os anos de 1968 e 1973, o Brasil alcançou altíssimas taxas de crescimento, mas com um relativo controle da inflação e do balanço de pagamentos. Nos anos anteriores a ele, houve um programa de estabilização econômica, com o objetivo de controlar a inflação e realizar reformas estruturais. Foram realizadas nesse



programa uma reforma tributária, que aumentaria a arrecadação e racionalizaria o sistema tributário, e uma reforma financeira, destinada à complementar o sistema financeiro brasileiro, carente de um segmento privado de longo prazo e de instrumentos de regulação, de modo a se criar um mecanismo de financiamento não inflacionário. Nela, foi criado o Banco Central do Brasil. Também aumentou, com as reformas, o grau de abertura da economia brasileira e sua capacidade de atração de investimentos. O programa de estabilização e a conjuntura internacional, com a boa posição dos termos de troca e a disponibilidade de liquidez à juros reduzidos, tiveram um papel importante para o desempenho econômico brasileiro durante o milagre, que foi também estimulado pelo Plano Estratégico de Desenvolvimento. Esse Plano visava a retomada dos investimentos, a consolidação da infraestrutura e ampliação do mercado interno, particularmente na demanda de bens de consumo durável. Também se destaca a possibilidade de rápido aumento da produção dadas as altas taxas de capacidade ociosa do setor produtivo. O crescimento médio do produto do Brasil foi superior a 10% ao ano, com liderança do setor industrial, especialmente nos grupos de bens de consumo durável e de capital. Os principais aspectos negativos foram o aumento da dívida e da dependência externa, e a concentração de renda (HERMANN, in: GIAMBIAGI et al, 2011).

Os planos anteriores, liderados pelo estímulo à produção de bens de consumo durável, aumentaram a dependência externa, porque exigiam a importação de máquinas, equipamentos, petróleo e seus derivados, além de ter contribuído para o crescimento da dívida junto ao exterior. Em um contexto de dilatação do preço do petróleo e das taxas internacionais de juros, a dependência se converteu em restrição, já que era prejudicada a capacidade brasileira de se importar e, conseqüentemente, de crescer economicamente. Nessa conjuntura, foi lançado o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND, 1975-1979), que buscava superar a restrição através de um ajuste estrutural no Brasil, procurando diminuir os pontos de estrangulamento que causavam a dependência. Foram então feitos investimentos públicos e estimulados investimentos privados nas áreas de infraestrutura, bens de produção, energia e exportação, visando aumentar a complexidade do produto nacional. O Plano obteve êxito em complementar a estrutura produtiva, elevar a taxa de crescimento do PIB para uma média superior a 6% ao ano e melhorar a balança comercial, com queda nas importações e elevação das exportações. Como aspectos negativos ficaram a deterioração das contas do balanço de pagamentos e nas taxas de inflação (HERMANN, in: GIAMBIAGI et al, 2011).

É comum entre os autores separar o modelo de industrialização vivida pelo Brasil no período em industrialização restringida (até 1955) e industrialização pesada (a partir de 1956, com o Plano de Metas). Como visto, a diferença está em, por exemplo, na intencionalidade do processo de industrialização e na complexidade dos setores estimulados. O impacto dessas fases foi diferenciado para as economias das diferentes regiões do Brasil. Também tiveram forte influência para o que é hoje chamado de município do Rio de Janeiro, somando-se ao fato desta cidade ter perdido sua posição como a Capital Federal. Neste item, será feita uma revisão de como se comportou a economia do município ao longo desses anos.

O intervalo escolhido para esse item parece, à primeira vista, muito extenso. Mas é possível com ele contrastar os 2 momentos distintos explicitados nos parágrafos acima, e evidenciar suas diferentes consequências para a economia carioca, comparando, por exemplo, com o estado do Rio de Janeiro. Para esse, a literatura indica que foi um longo período de crescimento, mas abaixo da média brasileira. Entretanto, no segundo período, com a industrialização pesada, as perdas relativas foram muito maiores do que no primeiro, de industrialização restringida. Também é possível com essa escolha ter uma ideia dos impactos da transferência da capital brasileira para o Planalto Central. Outro fator é o grande espaçamento entre a publicação de dados que, em caso de escolha de um intervalo mais curto para o item, prejudicaria uma análise mais precisa dos acontecimentos e movimentos durante os anos destacados.

### **1.2.2 Economia**

Neste período, a cidade do Rio de Janeiro se consolidou como a mais importante do país, antes de começar a declinar. Teve, até meados da década de 40, a liderança econômica nos setores de serviços, indústria, e financeiro. Abrigava, até essa mesma época, o núcleo financeiro do país, com a maior parte das sedes de empresas, o comando do sistema bancário e a bolsa de valores. Ademais, era a porta de entrada dos turistas que vinham ao Brasil, sendo grande destino também do turismo nacional (LESSA, 2000). No mesmo sentido, M. Silva (2004) acrescenta que, como centro cultural do país, o MRJ se reforçava como um polo concentrador de serviços sofisticados. Ele ainda reforça o fato de que pela sua proximidade

com o poder, visto que era a capital, o Rio abrigava a maioria das sedes das grandes companhias e o centro financeiro do território brasileiro

Para acompanhar a evolução da economia carioca no período, serão conjugados dados econômicos extraídos do IPEADATA com visões de diferentes autores. A partir desses dados, podemos ver que dos 8 municípios das capitais com maior economia no ano de 1980, na primeira metade desse intervalo apenas 1 (Salvador) apresentou média de crescimento do PIB<sup>2</sup> menor do que a média nacional (tabela 2). Esses municípios, que no ano de 1920 representavam 21,4% da economia brasileira, fecharam 1949 com 37,3%. Já na segunda metade, 4 desses 8 municípios tiveram crescimento menor do que a média, entre eles o Rio de Janeiro e São Paulo. A perda dessas duas regiões ajudou a diminuir a concentração econômica, caindo para 34,8%. O Rio de Janeiro, entretanto, foi o único desses 8 que apresentou no total desses 60 anos uma média de crescimento menor do que a nacional, o que leva a uma grande perda de participação relativa.

Tabela 2: Participação relativa (%) dos municípios selecionados no total do PIB nacional e taxa de crescimento médio anual (%): 1920, 1949, 1980

Município	Participação relativa			Taxa de crescimento		
	Ano			Período		
	1920	1949	1980	1920-1949	1949-1980	1920-1980
São Paulo	4,72	14,83	15,61	11,33	7,71	9,44
Rio de Janeiro	12,23	15,83	9,59	7,98	5,81	6,85
Brasília	-	-	1,99	-	-	-
Porto Alegre	0,25	1,22	1,79	13,02	8,86	10,85
Belo Horizonte	0,55	0,67	1,39	7,77	10,09	8,96
Curitiba	1,27	1,99	1,95	8,71	7,45	8,06
Salvador	1,33	1,09	1,36	6,28	8,31	7,32
Recife	1,06	1,63	1,14	8,60	6,30	7,41
<b>Soma</b>	21,42	37,27	34,83	-	-	-
<b>Brasil</b>	100,00	100,00	100,00	6,55	7,93	7,26

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IPEADATA (IPEA 2013).

No fim dos anos 30 o município do Rio de Janeiro teve seu ápice como a economia mais importante do país, concentrando 16,8% do total brasileiro (tabela 3). Em 1920, essa participação era de 12,2%, mostrando que o Rio viu sua participação relativa crescer até o final dessa década. Ao fim dos 10 anos posteriores a 1939 ainda era a principal cidade,

<sup>2</sup> A metodologia utilizada para o cálculo do PIB municipal neste item e no próximo é a de custo de fatores a preços do ano 2000 (R\$ de 2000).

mesmo com um crescimento abaixo da média nacional. Neste mesmo período, o município de São Paulo, como base de comparação, teve um salto em sua participação, saindo de 4,7% para 14,8%. A década de 1940 representou, para o Rio de Janeiro, o início de sua trajetória de queda econômica relativa, enquanto a cidade de São Paulo se consolidou como a principal do país. A partir de 1970, entretanto, SP se junta ao Rio em sua trajetória de perdas relativas.

Tabela 3: Participação relativa (%) dos municípios do Rio de Janeiro e São Paulo no total do PIB nacional nos anos: 1920, 1939, 1949, 1959, 1970, 1975, 1980

Município	Ano						
	1920	1939	1949	1959	1970	1975	1980
Rio de Janeiro	12,23	16,76	15,83	13,26	11,83	10,45	9,59
São Paulo	4,72	12,64	14,83	18,62	19,56	18,43	15,61
<b>Soma</b>	16,95	29,40	30,66	31,88	31,38	28,87	25,20

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IPEADATA (IPEA 2013).

A partir do ano de 1949 até 1975 a taxa de aumento do PIB carioca foi crescente, mas não acompanhou o movimento da economia nacional. A diferença entre ambas as taxas estava alargando, o que fez com que as perdas de participação relativa fossem sendo ampliadas. Essa distância passou de 1,8% na década de 50 para 2,8% no quinquênio após 1970, quando o produto do MRJ expandiu 8,6%, contra 11,4% para o Brasil. Foi em algum momento no intervalo entre 49 e 59 que o município do então Distrito Federal perdeu seu posto de maior economia dentre os municípios do país para São Paulo. No último intervalo do período visto, o Rio continuou apresentando taxas de crescimento menores do que a média nacional, o que teve como consequência a perda de participação relativa ao total do Brasil.

Em contraste, o município de São Paulo teve taxas superiores à média nacional entre 1920 e 1970. Essas taxas foram sempre maiores do que as cariocas, com exceção do período entre 1975 e 1980.

Note que o PIB carioca teve taxas de crescimento médias positivas em todos os períodos listados e essa taxa foi muitas vezes elevada. Na média total do período, essa taxa é de 6,8%. A perda que aconteceu no período foi, portanto, em termos relativos. Não se pode falar em crise absoluta nessa região durante esses anos. Com tamanha taxa de crescimento média, aliás, não parece nem coerente o uso do termo 'crise'.

Tabela 4: Taxa de variação média anual (%) do PIB dos municípios do Rio de Janeiro, São Paulo e do Brasil: 1920-1980

Município	Período						
	1920-1939	1939-1949	1949-1959	1959-1970	1970-1975	1975-1980	1920-1980
Rio de Janeiro	9,33	5,44	4,98	5,27	8,64	5,87	6,85
São Paulo	13,26	7,75	9,32	6,84	10,04	4,19	9,44
<b>Brasil</b>	7,53	6,05	6,86	6,36	11,36	7,70	7,28

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IPEADATA (IPEA 2013).

Pode-se perceber que houve processo de concentração econômica nos municípios do Rio de Janeiro e São Paulo que durou até o fim dos anos 50, o que coincide com o período de industrialização restringida. No ano de 1959, essas duas capitais concentravam 31,9% de todo o PIB nacional. Até esse ano, as demais principais capitais também apresentaram ganhos, mas menores do que o dessas duas cidades. A partir desse ponto, com a industrialização pesada, o processo de crescimento passou a ter maior grau de planejamento e estímulo por parte do Estado. Também é observado, nesse momento, o início de um movimento de desconcentração contra essas duas cidades.

Observa-se, portanto, que o estado de São Paulo liderou o processo de crescimento brasileiro até o início da década de 75. Este estado apresentou até esse ano crescimento acima da média nacional (Anexo I). Este estado, sozinho, chegou a ter 40,1% do PIB de todo o país em 1975. Com o auxílio do Anexo III, que lista os 10 principais municípios não capitais ao final do ano de 2010 e seus respectivos desempenhos econômicos ao longo do tempo, podemos ver que não só a capital, mas também seus municípios periféricos foram indutores do crescimento brasileiro. Dentre esses municípios se tem por exemplo: Guarulhos, São Bernardo do Campo, Campinas e Osasco. Eles apresentaram, para o referido espaço de tempo, importantes ganhos de participação relativa. Como depois de 1970 o MSP começou a apresentar uma piora em seu crescimento em relação ao Brasil, se verifica que os municípios do interior de São Paulo que puxaram o avanço do estado. A partir de 1970 mostrou-se também uma desconcentração econômica em favor das outras unidades federativas brasileiras.

Para o estado do Rio de Janeiro houve perdas relativas em todos os subintervalos deste período. A sua participação relativa caiu de 20,3% em 1939 para 13,7% em 1980 (Anexo II). O movimento é o mesmo que o da cidade do Rio de Janeiro. Levando-se em conta que o cálculo do PIB utilizado para o estado do Rio de Janeiro engloba seu município homônimo, e

que este representa historicamente a maior parte do produto de sua unidade da federação, pode-se traçar um paralelo entre cidade e estado. O que a literatura apresenta como o esvaziamento relativo do estado do Rio de Janeiro entre os anos de 1920 e 1980 pode ser distinguido em outros 2 momentos. Em sua dissertação, R. Silva (2004) mostra que o descompasso entre o crescimento fluminense e o brasileiro aumentou a partir do fortalecimento do processo de crescimento com estímulo à substituição de importações e à industrialização pesada, em meados da década de 50. Também foi nesses anos que o MRJ começou a apresentar um maior descompasso entre seu crescimento e a média nacional. Mas, durante todo o espaço de tempo investigado, o município carioca teve redução também na participação na economia do estado, como pode ser visto no Anexo IV. Ou seja, cresceu menos do que o ERJ (deve-se destacar que a metodologia usada no cálculo do PIB estadual nas tabelas contidas no trabalho difere da empregada no municipal e, portanto, não se pode fazer uma comparação direta entre ambas). Assim, fica evidente que foi ele que induziu o movimento de esvaziamento relativo de toda a unidade da federação, Este pode ter sofrido não só com o novo modelo de industrialização, mas também com a transferência da capital nacional.

Comparando com o estado de São Paulo, se observa que esse mostrou ganhos relativos em todos os subintervalos, exceto entre 1975-80, enquanto a capital teve aumentos até 1970 e depois perdas até 1980. À vista disso, se verifica que também o município mais importante desse estado influenciou para baixo o seu crescimento, mas que esse ainda conseguiu ter um bom desempenho, alavancado pelos municípios de sua Região Metropolitana. O mesmo já não pode ser visto no Rio de Janeiro: sua Região Metropolitana, mesmo melhor do que o município central, visto que teve um grande ganho de participação no estado entre 1920 e 1980 não teve um desempenho suficiente para impulsionar o desenvolvimento do estado.

Não se pode deixar de acreditar que o desempenho da economia carioca não foi influenciado pelas decisões políticas do período, principalmente porque em 1960 acontece a mudança da capital brasileira do Rio de Janeiro para Brasília. M. Silva (2004 e 2006) trabalha sobre a questão política no espaço carioca no que concerne a capitalidade do município. Primeiramente, o autor destaca a descrença quanto à transferência da capital para Brasília, que continuou mesmo após a consumação do ato. Isso influenciou na falta de prioridade para elaboração de políticas para definir os rumos e estratégias da cidade pós transferência. Também acontecia no município de a política nacional abafar a política local, visto que a

primeira era igualmente feita na cidade, tornando os cidadãos, em certo grau, alheios às questões e aos problemas locais, influenciando o desempenho e as decisões dos prefeitos do até então Distrito Federal. Ficando em segundo plano em relação ao quadro social, o desenvolvimento econômico da região fica prejudicado, o que também contribui para as perdas de participação relativa do PIB carioca e criando consequências que transbordarão para as décadas seguintes.

### I.2.3 Indústria

A queda na participação relativa do município do Rio de Janeiro ao total brasileiro no valor adicionado da indústria também começou a acontecer entre os anos de 1939 e 1949, quando o Rio já apresentava taxas médias anuais menores do que as nacionais, fato que se repetiu até 1980 (tabela 5). Entre 1920 e 1980, essa taxa alcançou 6,9%, contra uma média de 9,0% para São Paulo e 8,8% para o Brasil. A indústria carioca cresceu em nível maior que o brasileiro até 1939 (8,2% contra 8,1%, o que mostra que a diferença já era pequena). No mesmo período, o MSP cresceu a 9,9% ao ano.

Tabela 5: Taxa de variação média anual (%) do valor adicionado na indústria nos municípios selecionados e do Brasil: 1920-1980

Município	Período						
	1920-1939	1939-1949	1949-1959	1959-1970	1970-1975	1975-1980	1920-1980
São Paulo	9,87	11,94	10,56	5,95	12,32	0,99	9,03
Rio de Janeiro	8,23	4,77	5,34	6,80	10,21	6,29	6,90
Brasília	-	-	-	-	36,70	-5,39	-
Belo Horizonte	15,62	6,85	10,05	9,84	11,90	9,44	11,30
Curitiba	4,73	7,99	7,82	10,28	15,92	12,68	8,35
Porto Alegre	8,21	6,51	8,86	7,33	12,92	4,31	7,92
Salvador	6,81	7,54	11,86	7,09	9,02	9,42	8,21
Recife	12,12	8,09	6,74	3,06	15,13	5,66	8,54
<b>Brasil</b>	8,09	8,57	9,98	7,17	14,04	8,00	8,79

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IPEADATA (IPEA 2013).

O Rio de Janeiro manteve-se como o principal município produtor industrial no Brasil até o fim da década de 30, com uma fatia de 21,7% do total (tabela 6). Na década de 40 foi

ultrapassado por São Paulo, município que no fim dos anos 50 chegou a concentrar mais de 28% da indústria nacional, quando sua participação também começou a declinar. As quedas para ambas as cidades foram muito drásticas, com o Rio fechando a década de 70 com 'apenas' 7,4% do total brasileiro, como segundo maior, e SP com 17%, sendo o maior produtor industrial nacional.

Tabela 6: Participação relativa (%) dos municípios selecionados no valor adicionado na indústria nacional nos anos: 1920, 1939, 1949, 1959, 1970, 1975, 1980

Município	Ano						
	1920	1939	1949	1959	1970	1975	1980
São Paulo	14,85	20,25	27,49	28,96	25,53	23,66	16,92
Rio de Janeiro	21,17	21,71	15,20	9,87	9,50	8,01	7,40
Brasília	-	-	-	-	0,36	0,88	0,45
Belo Horizonte	0,29	1,03	0,88	0,88	1,16	1,05	1,12
Curitiba	1,73	0,95	0,90	0,74	1,01	1,10	1,36
Porto Alegre	2,37	2,42	2,00	1,81	1,84	1,75	1,47
Salvador	1,16	0,92	0,84	0,99	0,99	0,79	0,84
Recife	0,83	1,67	1,60	1,19	0,77	0,81	0,73
<b>Soma</b>	<b>42,40</b>	<b>48,96</b>	<b>48,91</b>	<b>44,44</b>	<b>41,15</b>	<b>38,05</b>	<b>30,29</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IPEADATA (IPEA 2013).

Os 2 piores momentos para a indústria do município do Rio de Janeiro nesse período foram entre 1940 e 1960 e entre 1970 e 1975. O primeiro desses intervalos engloba desde a intensificação da industrialização por substituição de importações de forma indireta até o Plano de Metas, enquanto o segundo coincide com os anos do “Milagre Econômico”. Contudo, o desempenho na década de 40 não permite dizer com certeza se houve piora desse setor no MRJ causada pela industrialização pesada. Pode-se falar apenas que a grande intensidade das perdas relativas foi mantida. Assim, não se distingue no lado industrial 2 momentos para a cidade do Rio de Janeiro, diferentemente do que é proposto por R. Silva (2004) para o estado de mesmo nome. De fato, a leitura dos números das regiões político-administrativas do estado (Anexo IV) mostra que o município do Rio teve uma maior redução em sua participação em comparação à indústria do estado fluminense a partir da década de 40, e que ela continuou nos anos 50. Nesses anos, houve expansão desse setor na Região Metropolitana e no Médio Paraíba, onde se iniciaram as operações da CSN, em Volta Redonda. Isso mostra que o MRJ começou a ter sua redução relativa ao país antes do ERJ e da industrialização pesada. Depois, a partir de 1960, passou a sofrer as mesmas consequências que o estado, dado que as proporções de participação das regiões administrativas, inclusive a



carioca, frente à unidade da federação se estabilizam. Ou seja, a fase brasileira de industrialização pesada teve impactos semelhantes à cidade e ao estado do Rio de Janeiro, embora o primeiro já apresentasse dificuldades antes dessa.

O problema industrial carioca, como visto, começou a aparecer no período analisado anteriormente, com, por exemplo, a falta de integração e a fragilidade de seu entorno. Esse não podia servir como um forte mercado consumidor nem fornecedor de alimentos e insumos. Dessa forma, encarecia o produto carioca: importar de outros estados matéria-prima e alimentos aumenta os custos e os salários, assim como ter que vender para outros estados torna o produto mais caro por causa do frete. Mas há diversos outros fatores que intensificaram as perdas relativas para esse município no período em análise. Diferentes autores apresentam diversas interpretações sobre esse movimento. As políticas federais de desenvolvimento dos anos apreciados não tiveram maiores objetivos e efeitos específicos sobre a indústria do MRJ. Os investimentos do Governo Federal no município foram até menos relevantes do que no restante do estado, onde houve a criação da CSN (Volta Redonda), da Companhia Nacional de Álcalis (Arraial do Cabo), da Fábrica Nacional de Motores e da REDUC (Duque de Caxias), o que cooperou com a redução da concentração industrial nessa unidade da federação após 1940. O Plano de Metas propiciou uma concentração produtiva no estado de São Paulo, principalmente na capital e em seu entorno, com destaque para o ABC. O período do Milagre Econômico, durante o qual todo o território brasileiro obteve altas taxas de crescimento, ocultou a perda de dinamismo referente à transferência da capital e às crescentes diferenças estruturais entre o Rio e São Paulo (LESSA, 2000). O II PNB teve como um de seus corolários a redução da concentração industrial no Brasil e, assim, também pouco colaborou para o crescimento carioca. Diniz (1991) em sua tese sobre a desconcentração produtiva, ainda identifica a formação de economias de aglomeração em outras cidades, concomitantes com as deseconomias de aglomeração geradas nas maiores cidades, como o MRJ e o MSP. A aglomeração produtiva irá ocorrer onde há fatores que a favorecem, como custos, facilidade de escoamento de produção e insumos, segurança, dentre outros. A melhoria infraestrutural durante esse período em outras cidades importantes brasileiras melhorou as condições de atração destes lugares. Como deseconomias de aglomeração pode-se entender o encarecimento dos preços e custos nas grandes metrópoles causadas por aumento nos preços de terrenos e aluguéis, salários maiores pela facilidade de organização de sindicatos e preocupações com o meio ambiente, dentre outros.

Ainda sobre o processo de industrialização brasileiro, M. Silva (2004) explica que a indústria presente no município era, predominantemente, de bens de consumo não durável, enquanto que os tipos de indústria mais estimuladas a partir do Plano de Metas foram as de consumo durável e de bens de capital. Essas indústrias pesadas se localizariam majoritariamente no estado de São Paulo. O mesmo autor destaca que o tipo de indústria presente no Rio de Janeiro, com maior predomínio da produção de bens salário, é mais fortemente voltada para dentro, para o seu mercado interno. Argumento semelhante tem Dain (1990), que diz que “(...) o RJ tornou-se um mercado para ele mesmo. A indústria do RJ é uma indústria que atende o RJ, é uma indústria regional” (p.3). Voltando a M. Silva (2004 e 2006), sabendo-se que nesse período houve a transferência da capital para Brasília, é sugerido que os 2 primeiros governos (Lacerda e Negrão) do novo estado brasileiro, o da Guanabara, apresentaram uma certa continuidade entre eles. Um primeiro ponto em comum foi que havia uma crença da representação patronal da indústria local de que estava acontecendo um movimento do núcleo em direção à periferia, no caso a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, desse setor. O argumento era de que o preço de terrenos e de aluguéis estava demasiadamente alto e era uma desvantagem da cidade em relação ao seu entorno. Ambos os governos decidiram, então, agir sobre esse pensamento, desenvolvendo uma política de estímulo industrial através da criação de distritos industriais, pela qual se disponibilizaria terrenos vagos a custos mais acessíveis. A primeira região contemplada foi Santa Cruz. Por não identificar os diversos outros problemas estruturais, suas políticas industrializantes surtiram pouco efeito. No caso desse bairro, por exemplo, apenas algo em torno de 1% do total da região alvo de tal política foi ocupado. O fraco desempenho também foi observado em outros distritos, como na Avenida das Bandeiras e em Fazenda Botafogo, este já no governo Negrão de Lima. Não foi estimulada, por exemplo, a modernização do parque industrial regional ou a integração complementar com a indústria de São Paulo. Além disso, a política produtiva nunca foi a maior prioridade, em detrimento de políticas voltadas para o lado urbano e social. Nas palavras desse autor: “Dessa forma podemos afirmar que a política (...), no concernente à econômica *per se*, não apresenta importância significativa e não tem um foco adequado” (p.185). Motta (apud LOUREIRO, 2006) compartilha da visão de que houve, nessa época, uma preferência por investimentos urbanísticos em relação ao investimento produtivo.

No caso especial da cidade do Rio de Janeiro, o aumento no preço dos terrenos, aluguéis e salários também pode ser explicado pela concorrência entre o setor privado e o

governo pela sua disponibilidade (SANTOS, 1990). Também o fortalecimento da produção de outras regiões, como nos estados de SP, MG e RS inseriu uma concorrência que a indústria do Rio de Janeiro, com os problemas citados, teve dificuldades para lidar.

Um movimento da indústria carioca para a sua periferia pôde ser visto a partir da década de 50. A proporção da população economicamente ativa concentrada na indústria do Rio de Janeiro nesse período já era menor do que a de municípios como Nova Iguaçu, Nilópolis e São Gonçalo (LESSA, 2000). Ainda para esse mesmo autor, “Na cidade do Rio de Janeiro, não se internalizou nenhum sistema industrial virtuoso e integrado.” (p. 347), ponto compartilhado por Dain (1990), que destaca a falta de encadeamento na indústria carioca. Essa autora usa como comparação a indústria automobilística, presente em São Paulo, que desenvolve toda uma rede de conexões tanto para trás quanto para frente, o que favoreceria ao aparecimento e integração de indústrias para o Rio. Dessa forma, se reteria mais valor adicionado.

Aponta ainda Loureiro (2006) que não havia para a capital carioca uma integração produtiva com o seu entorno, e seus vizinhos não constituíam subcentros econômicos fortes com poder gerador de demanda, em comparação com a periferia de São Paulo, por exemplo. O mercado consumidor mais próximo para os produtos industriais cariocas era, assim, fraco. Santos (2002) atribui essa falta de integração à separação entre o município e o estado do Rio de Janeiro até 1975, o que atrapalha a coordenação de investimentos entre estes, impossibilitando um maior planejamento produtivo conjunto, o que seria benéfico para ambas as partes.

#### **I.2.4 Serviços**

O capital público era, no período, muito importante para a cidade do Rio de Janeiro, tendo impacto direto pelas estatais e pelos serviços públicos. Com a transferência da capital para Brasília, o Rio perderia parte deste capital com a ida da renda de servidores públicos para outra região, bem como a de sedes de empresas estatais e autarquias. Tais perdas seriam, contudo, atenuadas porque a transferência se daria gradualmente e o município do Rio

passaria a ter uma posição única no cenário nacional, a de município e de estado (da Guanabara). Assim, receberia tanto impostos municipais quanto estaduais, dispondo de um orçamento mais volumoso, para um mesmo total de gastos.

Já no ano de 1975 aconteceu a fusão do estado da Guanabara com o do Rio de Janeiro. A fusão foi uma decisão política que, como exposto por Pereira (1985), teve a intenção de criar uma região mais forte e dinamizada, consolidando um polo de desenvolvimento para o novo estado. Assim, poderia dualizar com São Paulo no quadro de liderança econômica e política do Brasil.

Com a fusão, contudo, o município do Rio perdeu essa posição privilegiada e passou a receber apenas os impostos municipais, enquanto que os impostos estaduais passou a ter que dividir com o resto do ERJ, que era extremamente atrasado em relação à capital. O impacto da fusão foi, para alguns autores, pior do que o da transferência da capital (R. SILVA, 2004). Para piorar, uma série de investimentos prometidos pelo governo para minimizar as perdas cariocas após a transferência da capital não foram, em sua maioria, concretizados (LESSA, 2000). Infelizmente, há poucos estudos que dimensionam o impacto da fusão para o novo estado e para o município do Rio de Janeiro.

No setor de serviços, a participação relativa do município do Rio de Janeiro se mantém estagnada até a década de 50, quando começa a cair, antes da transferência da capital brasileira para Brasília em 1960 (tabela 7). Após a transferência essa perda se intensificou um pouco: de 1949 até 1959, a redução foi de 23,0% para 19,8%; Já na década seguinte, a participação decresceu para 16,0%. Foi, nesse ponto, superada por SP, que detinha 19,8%. A partir de 1970 o ritmo de queda relativa dos serviços do MRJ diminuiu.

Tabela 7: Participação relativa (%) dos municípios selecionados no valor adicionado no setor de serviços nacional: 1920, 1939, 1949, 1959, 1970, 1975, 1980

Município	Ano						
	1920	1939	1949	1959	1970	1975	1980
São Paulo	5,79	15,82	15,51	18,18	19,78	18,15	17,75
Rio de Janeiro	23,51	22,48	23,03	19,84	16,01	14,73	13,39
Brasília	-	-	-	-	2,15	2,07	3,68
Belo Horizonte	0,53	1,73	1,94	2,43	2,87	3,43	2,72
Curitiba	0,58	1,01	0,85	1,00	1,68	1,84	1,70
Porto Alegre	2,08	3,18	2,88	2,79	3,05	3,05	2,75
Salvador	3,08	2,16	1,70	1,98	1,86	1,77	2,08
Recife	2,54	2,75	2,38	2,47	2,11	1,66	1,72
<b>Soma</b>	38,10	49,14	48,30	48,70	49,50	46,70	45,79

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IPEADATA (IPEA 2013).

Tal queda é evidenciada pelo crescimento abaixo da média nacional a partir da década de 50 (tabela 8). Mesmo crescendo a taxas positivas, de 1959 até 1970, a taxa média anual do Rio foi de 4,8%, contra uma média brasileira de 6,9%, levando a uma enorme perda de participação.

Tabela 8: Taxa de variação média anual (%) do valor adicionado no setor de serviços nos municípios selecionados e do Brasil: 1920-1980

Município	Período						
	1920-1939	1939-1949	1949-1959	1959-1970	1970-1975	1975-1980	1920-1980
São Paulo	15,90	5,24	8,18	7,71	7,86	7,26	9,87
Rio de Janeiro	9,68	5,71	4,90	4,82	7,92	5,70	6,83
Brasília	-	-	-	-	8,89	20,84	-
Belo Horizonte	17,01	6,64	8,92	8,52	13,69	2,81	10,81
Curitiba	13,24	3,67	8,19	12,02	11,73	6,11	9,80
Porto Alegre	12,42	4,43	6,11	7,77	9,73	5,47	8,34
Salvador	7,91	2,95	8,14	6,25	8,73	11,23	7,14
Recife	10,41	3,91	6,88	5,35	4,63	8,52	7,14
<b>Brasil</b>	9,94	5,45	6,48	6,88	9,73	7,73	7,84

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IPEADATA (IPEA 2013).

Um impactante sobre o setor de serviços identificado por Loureiro (ano 2006) foi a perda de importância do porto do Rio de Janeiro no comércio exterior. Por um lado houve a substituição de importações, enquanto que, por outro, as exportações foram sendo divididas com outros portos brasileiros. Além das mercadorias, com os novos portos, a rota de entrada de turistas no Brasil passou a ser um pouco mais dividida. Enquanto isso, a malha rodoviária brasileira passou a ter como principal origem e destino o estado de São Paulo, ficando o ERJ

em segundo plano. O Rio perdeu, como consequência, importância como centro distribuidor nacional e logístico nacional.

Também essa autora, junto a outros, como R. Silva (2004) citam o início da perda do controle financeiro nacional e de serviços de suporte à produção. Essa perda aconteceu antes da transferência da capital e explica o desempenho do setor na década de 50. Nessa época, o comando das redes privadas de bancos e operações financeiras rumava para São Paulo. O segundo autor citado ainda mostra que o setor de comércio sofria devido ao desempenho da indústria, dada a complementaridade entre ambos. Os piores comportamentos do comércio foram nas seções em que estava concentrada a indústria carioca. Mesmo o trabalho desse autor sendo especialmente sobre o estado fluminense, a comparação e o paralelo com o município carioca pode ser feita porque sua participação no setor de serviços estadual era superior, nesse período, a 75%, e, além disso, o comportamento para todas as regiões do estado foram mais ou menos uniformes. Houve apenas uma pequena transferência de participação para a Região Metropolitana (Anexo IV), que pode ser creditada ao crescimento e desenvolvimento urbano dos municípios integrantes.

Não se pode deixar também de se atribuir o crescimento da queda de participação carioca na década de 1960 à transferência da capital do Brasil para o Planalto Central. A saída de renda dos servidores públicos para outra região e todo o efeito multiplicativo gerado por essa renda teve, provavelmente, um impacto significativo sobre o setor de serviços do município, explicando parte desse desempenho. A perda no setor financeiro continuou, com a sede do sistema oficial monetário e bancário saindo para Brasília

### **I.2.5 Pessoal ocupado**

O movimento do total do pessoal ocupado no setor visto no tópico anterior, para o Rio de Janeiro, é divergente do total do valor adicionado. Houve uma forte queda na década de 50, seguido de um crescimento na década de 60, quando se trata da participação relativa ao total brasileiro (tabela 9). Esse aumento é explicado pela política do governo Lacerda (1960 – 1965) de abertura de concursos públicos, adicionando mais de 15 mil novos servidores

públicos ao Rio de Janeiro, com destaque para as áreas de educação e segurança (M. SILVA, 2004). Na década seguinte, houve novamente um ganho. Contudo, é razoável acreditar que apesar do crescimento, o efeito líquido na renda foi negativo, visto que os ganhos de profissionais nas áreas de saúde e educação são, em média, inferiores ao de políticos, por exemplo. Entretanto, quando considerado todo o período de 30 anos, das 10 capitais com maior produto em 1980 apenas o Rio de Janeiro apresentou perdas totais relativas, evidenciando também, assim, um enfraquecimento do município.

Tabela 9: Participação relativa (%) dos municípios selecionados no total do pessoal ocupado nacional no setor de serviços: 1950, 1960, 1970, 1975, 1980

Município	Ano				
	1950	1960	1970	1975	1980
São Paulo	9,68	12,97	16,47	16,70	17,82
Rio de Janeiro	16,51	12,05	13,10	12,75	13,27
Belo Horizonte	2,13	1,88	2,80	2,81	3,69
Porto Alegre	2,23	1,78	2,64	3,17	3,10
Brasília	0,00	0,00	1,11	1,92	2,68
Curitiba	0,79	1,27	1,44	2,10	2,18
Recife	1,64	1,78	1,82	1,77	1,84
Salvador	1,50	1,66	1,66	1,62	1,78
<b>Soma</b>	<b>34,48</b>	<b>33,38</b>	<b>41,04</b>	<b>42,85</b>	<b>46,36</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IPEADATA (IPEA 2013).

## I.2.6 Considerações finais e conclusão

O que se pode concluir através da análise dos dados apresentados e da leitura de diversos autores sobre esse período é que entre os anos de 1920 e 1960 o município do Rio de Janeiro atingiu e se consolidou como o principal centro econômico do país e, em seguida, apresentou seguidos anos de decadência relativa, ou “esvaziamento relativo”, como proposto por alguns autores. A perda relativa no produto começou a acontecer na década de 40, mas ganhou em proporções durante a década de 50. Durante todo esse intervalo, entretanto, o produto apresentou, em média, taxas positivas de crescimento.

O setor industrial que, como visto no item anterior, apresentava problemas desde a segunda década do século XIX, dentre os quais os seus custos crescentes e a falta de

integração com o fraco entorno do MRJ e o restante do país, manteve uma posição relativa mais ou menos estagnada até o fim da década de 30. Enquanto isso, o município de São Paulo mostrava um crescimento intenso. Na década de 40 começou para o Rio um movimento maior de queda relativa, continuado na década seguinte. No primeiro momento, até a década de 50, a falta de encadeamento com o interior do estado, principalmente com a Região Metropolitana, parece ser um dos principais empecilhos para esse setor no Rio de Janeiro. Posteriormente, a partir do Plano de Metas, os setores estimulados não estavam presentes na região carioca, que mantinha uma concentração na produção de bens de consumo não durável, com menor valor agregado e de tecnologia. As indústrias pesadas se direcionaram para o estado de São Paulo e, a partir do Milagre Econômico, para outras regiões atrativas. Há, portanto, a perda do MRJ para o ESP e, em seguida, para outros estados, pela desconcentração produtiva. Também começou um movimento de dentro do município do Rio para fora, seja para sua Região Metropolitana, ou para o interior do estado. Até 1970, isso foi causado pela entrada em operação de fábricas estatais, que foram fruto do investimento federal em outros municípios fluminenses. Após esse ano, as perdas relativas parecem ter tido as deseconomias de aglomeração como o pior problema.

Faltou ao Rio de Janeiro mostrar que também precisava ser alvo de investimentos nesse setor, dado que os números já demonstravam fragilidades. Não se incentivou a vinda de indústrias mais complexas e com mais grau de encadeamento, ao mesmo tempo em que os custos de produção continuavam a subir, em um momento em que as guerras fiscais começavam a influenciar como fator locacional para uma indústria e a integração do território nacional era cada vez maior. Também não foi bem sucedido o governo carioca em identificar os entraves ao desenvolvimento produtivo, nem em demonstrar que precisava de incentivos tanto quanto outras regiões menos favorecidas do país ou em não tentar criar, por conta própria infraestruturas que, por si só, já melhoraria suas condições de atratividade. Assim, as políticas adotadas pelo poder público foram ineficientes tanto na forma com que se tentou remediar o problema, pela criação de distritos industriais, quanto na relevância do montante destinado à tal objetivo, que foi preterido pelos investimentos urbanísticos.

No setor de serviços seria natural esperar por perdas após a transferência da capital. Mas, como se pode ver pelos dados, já havia perdas relativas importantes na década de 1950. No próximo decênio, o da transferência, que as perdas atingem proporções levemente maiores, o que mostra que existiu realmente um impacto. Não se deve, entretanto, creditar



essa perda somente à perda da capitalidade. Já estava acontecendo uma transferência do setor financeiro para São Paulo. O comando logístico do país, igualmente, fugiu do município. Há, também, uma forte correlação entre a indústria e o setor de serviços de uma região, principalmente no comércio. Por isso, perdas na indústria acarretam em diminuição nos números dos serviços. Por outro lado, o município do Rio de Janeiro era fortemente dependente das transferências públicas e, por isso, com a inauguração de Brasília e a mudança de funcionários públicos para aquela região, houve uma diminuição na renda local. Visto que a indústria aqui presente era voltada principalmente para o mercado regional interno e que produzia majoritariamente bens salário, essa indústria teria, conseqüentemente, perdas com a diminuição da renda local. Assim, formou-se um ciclo vicioso, onde a perda na indústria leva à perda nos serviços, e vice-versa, atingindo o produto por 2 lados, lembrando que a produção agrícola neste município é ínfima. O resultado natural foi sucessivas perdas relativas no PIB do Rio de Janeiro.

A parte mais forte do já conhecido movimento de esvaziamento relativo do estado do Rio de Janeiro foi, portanto, causado pelo município de mesmo nome. O produto dessa cidade cresceu, a partir da década de 1950, em ritmo muito inferior ao nacional e também ao estadual, influenciando para a queda desse último. As perdas não foram exclusivas de um setor: tanto a indústria quanto os serviços apresentaram resultados ruins, sendo ambos significativos para esse movimento. Nem a Região Metropolitana, favorecida pelas deseconomias de aglomeração do MRJ, nem o interior do estado, alvo de alguns investimentos estatais, conseguiram reverter esse quadro, tal como aconteceu no estado de São Paulo. Mas uma importante diferença entre as quedas de participação relativa carioca e a fluminense é que nesse município, as perdas na indústria começam a ficar mais fortes antes do início da fase brasileira de industrialização pesada.

## I.3 DE 1980 A 1996: A CRISE BRASILEIRA E A DÉCADA PERDIDA DO RIO DE JANEIRO

### I.3.1 Contextualização

Após décadas de crescimento econômico induzido pelo Estado através de um modelo de substituição de importações, o Brasil passou nos anos 80 por uma profunda crise, à qual foi dada a alcunha de “a década perdida”. O aumento da taxa de juros nos países centrais causado pelo boom no preço do petróleo em 1979, junto ao grande endividamento externo gerado por esse modelo de desenvolvimento geraram grandes problemas nas contas externas nacionais. Na parte interna, a inflação aumentava vigorosamente, enquanto as dívidas interna e externa se deterioravam.

Por isso, foi feito nos primeiros anos dessa década um forte ajuste recessivo, levando o produto interno bruto a cair em 2 anos. Na média dos 5 primeiros anos o PIB<sup>3</sup> nacional ficou praticamente estagnado, com crescimento médio de 1,5%, muito abaixo da média dos 60 anos anteriores (7% ao ano).

Nos 5 anos seguintes houve uma ligeira recuperação causada principalmente pela melhoria da balança comercial. Entretanto, o problema da inflação se tornava cada vez pior. Contra isso, se sucederam diversos planos de estabilização econômica. O produto nesse período cresceu em média 4,4%.

Já nos anos entre 1990 e 1996, o Brasil passou por uma experiência de início de maior abertura econômica e processo de privatizações, objetivando melhorar a competição e a competitividade no território nacional. Foi também nesse período que se conseguiu estabilizar o nível de preços, através do Plano Real. O crescimento médio do produto durante esses anos voltou a cair, mas em um patamar ligeiramente acima do observado no começo da década de 80. Atinge 1,8%, prejudicado principalmente por uma forte recessão no ano de 1990, graças à tentativa de ajuste feito por Collor em seu primeiro plano de estabilização.

---

3 A metodologia de cálculo do PIB nacional é a preços correntes de 2012 (R\$ de 2012), estimado pelo IPEA.

Trabalhos como o de Loureiro (2006) e R. Silva (2004) mostram que o estado do Rio de Janeiro viveu nesse momento uma transição de perdas relativas para perdas absolutas. Essas perdas atingiram praticamente todos os setores em que o estado era forte. Isso valeu tanto para as seções industriais, de serviços ou financeiras. Veremos, adiante, que a capital fluminense passou por experiência semelhante.

### I.3.2 Economia

Separando em quinquênios a década de 80, tanto no primeiro quanto no segundo houve crescimento total para o Brasil. Para o município do Rio de Janeiro, entretanto, ao final de 1985 a sua economia tinha diminuído em 8,0% em comparação a 1980 e, ao final de 1990, perdeu mais 11,0%, recuperando-se até 1996, voltando a um patamar ligeiramente superior a 1980 (em 5,3%). Esse movimento é o resultado da taxa de crescimento médio carioca exibido na tabela 10. Nos primeiros 5 anos essa taxa foi de -1,7% e nos 5 seguintes de -2,3%. Nos 6 anos posteriores a média de crescimento foi de 4,27%, mostrando uma boa recuperação.

Tabela 10: Taxa de variação média anual (%) do PIB do município do Rio de Janeiro e do Brasil: 1980-1996\*

Município	Período			
	1980-1985	1985-1990	1990-1996	1980-1996
Rio de Janeiro	-1,66	-2,29	4,27	0,32
<b>Brasil</b>	2,36	-	-	1,31

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IPEADATA (IPEA 2013).

Nota: (\*) Para o ano de 1990 foi utilizada uma estimativa feita por Oliveira (2003).

Nota: (-) Dado não disponível pela metodologia empregada.

Das 8 principais capitais brasileiras ao final de 1996, nos primeiros 5 anos após 1980 somente Brasília apresentou aumento de participação relativa ao total do produto nacional. Rio de Janeiro e São Paulo, as duas maiores, apresentaram as quedas de maior magnitude. Em 1996 todas essas capitais haviam recuperado parte de seu percentual de participação relativa do início da década de 80, ficando melhor do que no ano de 1985 (tabela 11).

Tabela 11: Participação relativa (%) dos municípios selecionados no total do PIB nacional: 1980, 1985, 1990\*, 1996

Município	Ano			
	1980	1985	1990	1996
São Paulo	15,61	13,05	-	14,84
Rio de Janeiro	9,59	7,85	6,55	8,20
Brasília	1,99	2,17	-	3,03
Belo Horizonte	1,79	1,69	-	2,76
Curitiba	1,39	1,39	-	2,29
Porto Alegre	1,95	1,68	-	2,14
Salvador	1,36	1,14	-	1,66
Recife	1,14	0,88	-	1,24
<b>Soma</b>	34,83	29,85	-	36,16
<b>Brasil</b>	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IPEADATA (IPEA 2013).

\* Para o ano de 1990 foi utilizada uma estimativa feita por Oliveira (2003).

(-) Dado não disponível.

Portanto, percebe-se que após períodos em sequência de perdas relativas na participação no produto nacional, na década de 80 as perdas passaram a ser também de ordem absoluta. O PIB carioca termina essa década com tamanho inferior ao do início, evidenciando um longo período de recessão e retrocesso. A diminuição de participação relativa do município converteu-se em crise absoluta após o início da decadência do modelo de desenvolvimento brasileiro e sua respectiva recessão, com uma consequente desaceleração dos gastos federais. Essa mudança foi, contudo, reforçada pelos problemas de ordem econômica que o Rio de Janeiro já vinha apresentando (SOBRAL, 2010). Dentro do estado, houve uma ligeira queda de participação da capital, enquanto tiveram incrementos todas as demais regiões, principalmente na Região Metropolitana, exceto o MRJ (Anexo IV). Ao fim de 1996, essas perdas foram quase que totalmente eliminadas, deixando um saldo de relativa estagnação nas participações. Dada a alta participação do município da capital e que nenhuma região em especial apresentou ganhos extraordinários, pode-se verificar que, assim como no período anterior, a inflexão para uma crise absoluta no ERJ foi liderada pelo município homônimo.

Natal (2004) e M. Silva (2004) acreditam que problemas mais profundos na estrutura econômica carioca estavam sendo amenizados, ou mascarados, pelo longo período de intenso crescimento da economia brasileira. No momento em que o Brasil entra em crise, os problemas do MRJ fazem com que esse município sinta essa crise muito mais intensamente do que o restante do país. O primeiro autor destaca os problemas da indústria, que vêm sendo

apresentados nos itens anteriores. Nesse caso, o Rio também se beneficiou de uma certa maneira dos estímulos nacionais ao setor, que o levou como um todo a ter altas taxas de crescimento, amenizando o problema carioca nessa área. O segundo acentua a importância do setor de serviços para o Rio e que a transferência da capital traria fortes impactos para esse setor e conseqüentemente para toda a economia carioca. Mas, como o processo de transferência foi lento e também por se sucederem alguns planos de desenvolvimento, houve uma ilusão minimizadora de problemas da cidade.

Em um trabalho posterior, M. Silva (2006) explora outro caminho para entender a questão da economia do Rio de Janeiro. Empregando o conceito de Gunnar Myrdall de causação circular cumulativa, o autor pondera sobre os efeitos da capitalidade para essa cidade. Nesse conceito, ele explica que fatores diferenciais como a presença de um porto ou a ocorrência de algum efeito histórico poderiam levar ao desenvolvimento de elementos que distinguiriam uma região de outra. Com isso, o processo de crescimento dessas regiões seria diferenciado. Esse fator diferencial geraria forças centrípetas e centrífugas que agiriam sobre a economia desse lugar. A primeira se trata de fatores que dinamizariam a região, como por exemplo a presença de um mercado de trabalho de grande porte, principalmente se especializado, ou os efeitos de que o investimento em uma atividade com diversas possibilidades de encadeamento geraria nas outras atividades. No caso carioca, toda a renda gerada pelo robusto setor público, exponenciada pelo fato de ser a capital, e os efeitos multiplicadores gerados por ela, principalmente no setor de serviços, seria um exemplo. Quanto à força centrífuga, essa estaria relacionada às deseconomias de aglomeração, já narradas anteriormente para o caso do município em questão. A interação entre essas duas forças definiria qual seria o caminho da economia local: se a centrípeta for mais forte, há um diferencial que permitirá uma dinamização maior nesse local em relação ao resto de sua região de comparação, valendo o contrário caso a centrífuga seja mais forte. Considerando isso, a presença da capital e o período de altíssimo crescimento da economia brasileira seriam forças centrípetas mais fortes que as deseconomias, no caso a força centrífuga, ocultando assim os efeitos dela. Dessa maneira, teria sido mascarado a presença de problemas para a região, que passaram a ser mais evidentes quando cessaram os anos de bons ventos da economia nacional. Também deve-se voltar às decisões governamentais, exposto no trabalho do mesmo autor, para tentar se explicar o desempenho carioca. Como já visto na seção anterior, após a transferência da capital, na década de 60, os governadores da região não foram exitosos em suas políticas para realavancar o crescimento do município. Isso, por si só,

já traria efeitos negativos nos anos posteriores. Porém, os governos seguintes tampouco tomaram decisões mais adequadas para a economia do Rio. Segundo o autor, nos governos Chagas Freitas, por exemplo, inexistiram políticas centradas no desenvolvimento econômico. Já no governo Faria Lima, sua estratégia estava especializada em sua preocupação com o setor agrícola, que tem participação insignificante no PIB carioca.

Um outro fator, destacado por R. Silva (2004), que teria atenuado os problemas da cidade do Rio de Janeiro foi a criação do estado da Guanabara que, como já mencionado, deu uma posição única a esse município de ser também estado. Teve, assim, vantagens de arrecadação e transferências tributárias, o que teria dado um fôlego extra à região até o momento da fusão com o estado do Rio de Janeiro.

Para os 6 primeiros anos da década de 90 o município do Rio de Janeiro voltou a apresentar, depois de 4 décadas, taxa de crescimento de seu produto interno bruto acima da média nacional, no que poderia ser o início de um processo de recuperação.

### **I.3.3 Indústria**

Nos 5 primeiros anos da década de 80 o Rio de Janeiro apresentou um ligeiro crescimento no valor adicionado de sua indústria: 1,5% (tabela 12). Esse valor foi metade da média nacional para o período, porém maior do que todas as outras 7 principais capitais do país. Delas, inclusive, 5 apresentaram queda. Assim, todas essas capitais apresentaram queda em sua participação relativa ao total do Brasil, das quais a do Rio foi a menor.

Nos 10 anos seguintes, entretanto, se observou um movimento antagônico. O município do Rio de Janeiro teve o pior resultado dentre as capitais selecionadas, com queda de 1,1% em sua indústria. Foi, junto com São Paulo, a única a apresentar resultado negativo. Contudo, a média de crescimento brasileira também foi negativa, no valor de 1,4%. Assim, apesar do mau resultado, o Rio teve aumento em sua participação relativa. O resultado agregado do período foi um decréscimo da indústria carioca na magnitude de 0,3%.

Nos primeiros anos, quando o Rio apresentou crescimento positivo, o setor de construção apresentou queda. Nos anos seguintes, todavia, ele teve forte alta. Essa alta, contudo, não foi suficiente para equilibrar a perda nos setores de transformação e extração mineral, o que resultou nos números negativos. O município fechou 1996 com 10,9% de toda a indústria de construção e de serviços de utilidade pública do Brasil, ambas com ganhos no período. Movimento contrário tiveram as indústrias extrativas minerais e de transformação: com forte queda entre 1985 e 1996, sua participação reduziu a 5% da indústria nacional deste setor.

Tabela 12: Participação relativa (%) dos municípios selecionados no total do valor adicionado na indústria nacional e taxa de crescimento médio anual (%): 1980, 1985, 1996.

Município	Ano			Período		
	1980	1985	1996	1980-1985	1985-1996	1980-1996
São Paulo	16,92	13,94	15,83	-0,90	-0,28	-0,47
Rio de Janeiro	7,40	6,85	7,09	1,46	-1,12	-0,32
Construção	5,58	5,69	10,88	-1,76	12,00	7,50
Serviços de utilidade pública	6,53	6,55	10,88	6,43	7,37	7,08
Transformação e extrativa mineral	7,83	7,05	5,02	1,66	-6,47	-4,00
Brasília	0,45	0,31	0,94	-4,57	9,02	4,57
Belo Horizonte	1,12	1,00	2,15	0,60	5,68	4,06
Curitiba	1,36	1,26	2,44	1,45	4,67	3,66
Porto Alegre	1,47	0,94	1,19	-5,78	0,69	-1,38
Salvador	0,84	0,71	1,05	-0,53	2,24	1,36
Recife	0,73	0,61	0,97	-0,39	2,77	1,77
<b>Soma</b>	30,29	25,62	31,65	-	-	-
<b>Brasil</b>	100,00	100,00	100,00	3,01	-1,42	-0,06
Construção	-	-	-	-2,15	5,60	3,11
Serviços de utilidade pública	-	-	-	6,37	2,53	3,72
Transformação e extrativa mineral	-	-	-	3,79	-3,53	-1,30

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IPEADATA (IPEA 2013).

Como já visto, todas as principais capitais brasileiras tiveram perdas relativas no valor adicionado da indústria no primeiro quinquênio da década de 80, o pior da crise brasileira. A maioria teve, inclusive, perdas absolutas. Nesse período as consequências da crise nacional parecem ter sido mais severas nos municípios centrais. Houve, por exemplo, para a cidade do Rio de Janeiro queda na sua participação em relação ao seu estado, que foi incorporada pela Região Metropolitana (Anexo 4). Com a reabilitação brasileira, em 1996 os números voltaram a ser semelhantes a 1980. O Brasil, mesmo assim, apresentou um crescimento médio positivo. Lembramos que o II PND teve como uma de suas consequências a desconcentração

produtiva. Retornando ao trabalho de Diniz (1991), vemos que grande parte dos investimentos da época foram orientados para regiões periféricas da produção brasileira. Tal movimento foi viabilizado por implementos técnicos e evoluções no setor de transportes. Assim, o destino desses investimentos foi influenciado, muitas vezes, por fatores locacionais, como proximidade de recursos naturais e fontes energéticas. No começo dos anos 80, muitos dos investimentos desse programa ainda estavam sendo maturados. Isto, conjugado a uma crise e com as deseconomias de aglomeração inerentes aos maiores centros econômicos brasileiros, explica o resultado geral dessas capitais. Esse fato ajuda a entender o movimento da indústria fluminense da capital para sua Região Metropolitana.

O Rio de Janeiro, de alguma forma, conseguiu ter um desempenho melhor do que as outras principais capitais durante esses 5 primeiros anos. Esse resultado foi impulsionado pela seção da indústria de serviços de utilidade pública.

O resultado negativo da indústria brasileira dos anos seguintes pode ser relacionado principalmente à intensificação da abertura comercial da economia nacional desde o ano de 1990, principalmente para a seção da indústria de transformação. Essas perdas parecem ter se concentrado nas regiões produtivas mais periféricas do Brasil, visto que as capitais analisadas, em sua maioria, apresentaram ganhos. No estado do Rio de Janeiro, a recuperação de participação relativa da capital mostra que isso também valeu para essa unidade da federação: o interior sofreu mais do que a capital. Apesar disso, a indústria carioca voltou a ter um desempenho pífio, pior do que o das demais capitais apresentadas, apesar de ser ligeiramente superior à média total do Brasil.

#### **I.3.4 Serviços**

Durante o mesmo intervalo, para o setor de serviços, o município carioca apresentou, em contraste com a indústria, queda nos primeiros 5 anos e aumento nos 10 anos posteriores (tabela 13). A queda foi de 3,3% enquanto o aumento foi de 2,4%, sendo em ambos os casos menor do que a média nacional para o valor adicionado do mesmo setor.



Assim como para a indústria, o período entre 1980 e 1985 parece ter sido o pior para as principais capitais do país: 4 delas apresentaram resultado negativo, sendo que todas tiveram perdas relativas. Os anos subsequentes, até 1996, foram de recuperação para todas as 8 capitais, que cresceram a uma taxa semelhante à média brasileira. No somatório geral, o Rio de Janeiro mais uma vez apresentou perdas relativas, terminando 1996 com 10,0% de todo o valor adicionado no setor de serviços no Brasil, contra 13,4% do começo da década de 80.

Tabela 13: Participação relativa (%) dos municípios selecionados no valor adicionado no setor de serviços nacional e taxa de crescimento médio anual (%): 1980, 1985, 1996.

Município	Ano			Período		
	1980	1985	1996	1980-1985	1985-1996	1980-1996
São Paulo	17,75	15,33	16,27	-1,54	3,58	1,96
Rio de Janeiro	13,39	10,59	9,91	-3,26	2,41	0,60
Administração pública	15,01	13,51	8,34	2,42	3,34	3,05
Atividades imobiliárias e aluguel	11,81	15,03	8,53	-7,83	8,61	3,18
Comércio	10,24	7,23	8,72	-8,57	0,97	-2,11
Intermediação financeira	13,63	6,61	11,24	-3,73	0,43	-0,89
Transporte, armazenagem e correio	9,29	8,00	14,90	0,65	6,03	4,32
Outros	17,69	15,23	11,47	-2,66	-0,81	-1,39
Brasília	3,68	4,35	4,57	4,85	3,50	3,92
Belo Horizonte	2,72	2,71	3,47	1,32	5,39	4,10
Curitiba	1,70	1,85	2,51	3,05	5,95	5,04
Porto Alegre	2,75	2,74	2,95	1,38	3,70	2,97
Salvador	2,08	1,80	2,22	-1,48	4,99	2,92
Recife	1,72	1,33	1,56	-3,67	4,52	1,89
<b>Soma</b>	45,79	40,69	43,47	-	-	-
<b>Brasil</b>	100,00	100,00	100,00	1,39	3,03	2,51
Administração pública	-	-	-	4,60	7,97	6,90
Atividades imobiliárias e aluguel	-	-	-	-12,16	14,34	5,30
Comércio	-	-	-	-2,00	-0,73	-1,13
Intermediação financeira	-	-	-	11,26	-4,30	0,31
Transporte, armazenagem e correio	-	-	-	3,71	0,20	1,28
Outros	-	-	-	0,31	1,78	1,32

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IPEADATA (IPEA 2013).

A seção de administração pública apresentou ganhos contínuos desde 1980, embora menores do que a média nacional, acarretando em perda de participação relativa. Porém, não se pode apenas com esses dados chegar a qualquer conclusão se ainda havia impacto da transferência da capital diretamente sobre essa seção. Isto porque nesse período o Brasil passa por um intenso movimento de urbanização. Mas, como pode ser visto no trabalho de Loureiro (2006), diversas divisões da administração pública ainda apresentavam perdas importantes durante o período em análise, principalmente as de administração pública federal e

organizações internacionais e representações financeiras. Com isso, ainda se vê transferência de pessoal e renda para a nova capital.

Outro indicador importante é o do comércio. Esse setor apresentou forte queda nos anos iniciais (8,6%), seguido de uma leve recuperação nos anos subsequentes (1%). Já os números das atividades imobiliárias e aluguel foram influenciados pelos problemas inflacionários e pela existência de um déficit na oferta de moradias no município. A isso, lembra-se que os investimentos em urbanização nos anos analisados no município foram muito menores nas regiões mais periféricas e menos abastadas. Portanto, foram concentrados nas áreas mais centrais (SOBRAL, 2007). Mesmo assim, essa seção apresentou para o período uma média de crescimento menor do que a brasileira, perdendo também participação relativa.

Com exceção de transportes, armazenagem e correios, ao final desses 16 anos o Rio de Janeiro apresentou perdas relativas em todas as seções. No agregado, também houve diminuição de sua proporção em relação à seu estado, onde mais uma vez foi a Região Metropolitana que saiu ganhando. Mas, diferentemente da indústria, a queda do primeiro intervalo do período não foi recuperada até 1996, além de não somente a RM ter mostrado evolução: todas as demais regiões também tiveram incrementos. Isso evidencia, além uma certa desconcentração nesse setor, que a capital estava em uma pior situação do que o resto do estado.

### **I.3.5 Pessoal ocupado**

O decréscimo total do período para o valor adicionado na indústria se refletiu nos números do pessoal ocupado total desse setor para o Rio de Janeiro, onde se houve uma perda de 3,3% (tabela 14). No ano de 1995 o Rio passa a ter apenas 3,8% de toda a população brasileira ocupada na indústria. Os números para os serviços e comércio também apresentaram perdas relativas durante esse intervalo, não obstante terem mostrado taxas de crescimento positivas. Mas, apesar da perda de valor adicionado para esses setores, o número de contratações foi superior ao de desligamentos. No final desse período, o Rio de Janeiro tinha 9,7% de todos os residentes brasileiros empregados no setor de serviços, número

próximo de sua proporção no valor adicionado. Assim, se vê uma transferência de pessoal ocupado da indústria para os serviços, aumentando ainda mais a proporção da importância desse setor para a economia carioca no que tange ao pessoal ocupado. Também dá indícios do movimento da produção para os municípios mais periféricos que, como já visto, com o exemplo de alguns na Região Metropolitana, já possuíam maior proporção de trabalhadores no setor secundário do que a capital do estado.

Tabela 14: Participação relativa (%) ao total do Brasil e crescimento médio anual do pessoal ocupado total nos setores selecionados para o município do Rio de Janeiro: 1980, 1985 e 1995

Setor	Participação relativa			Crescimento médio anual		
	Ano			Período		
	1980	1985	1995	1980-1985	1985-1995	1980-1995
Indústria	6,41	5,73	3,82	-2,63	-3,69	-3,34
Serviços	13,27	12,01	9,72	1,13	2,85	2,27
Comércio	8,45	7,40	5,86	2,28	2,62	2,50

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IPEADATA (IPEA 2013).

### I.3.6 Considerações finais e conclusão

Infelizmente, a escassez de dados atrapalha uma análise mais acurada do movimento da economia carioca. Não é possível fazer um recorte setorial do valor adicionado no ano de 1990. Mesmo assim, algumas conclusões importantes podem ser tomadas, principalmente quando se utiliza a bibliografia disponível sobre o período, tanto sobre o momento carioca quanto o nacional.

A crise brasileira da década de 80 acertou o município do Rio de Janeiro em cheio. As perdas dessa região, que eram relativas, passaram a ser absolutas. Elas foram tão intensas para essa cidade, que fizeram com que todo o estado a acompanhasse nesse resultado. Junto à crise deve-se adicionar o movimento de desconcentração produtiva impulsionada pelo estado no programa de desenvolvimento da década de 70, que em quase nada favoreceu especialmente ao Rio. Os autores que estudaram tal fato são unânimes em afirmar que já havia problemas na região desde o início do século e que, como já visto no trabalho, esses foram acobertados por diversos motivos. O município não avançou na produção de bens mais complexos, com maior

valor agregado, nem na criação de vínculos mais fortes com o seu entorno. Mas o mais grave parece ainda ter sido, até 1990, as deseconomias de aglomeração. Com altos custos de terrenos e salários, era difícil competir na atração de indústrias, ao mesmo tempo em que novos fatores locacionais ganhavam importância e a infraestrutura em volta de regiões menos centrais do Brasil se desenvolvia, com ajuda dos investimentos estatais das décadas anteriores para a superação de gargalos. Os elevados custos também acarretavam em dificuldades em competir nacionalmente e internacionalmente, o que foi intensificado com a abertura da economia, sendo esse o fator mais grave após 1990 e a abertura econômica. O resultado da indústria afetava o setor de serviços, que também ainda sofria com a perda da capitalidade. Sobre o que contribuiu para disfarçar tais problemas se destacam as altas taxas de crescimento do Brasil nos anos anteriores, a presença da capital na região e a criação do estado da Guanabara. Dificultou-se assim uma possível percepção do governo local sobre a existência e das corretas causas das dificuldades estruturais na economia do MRJ. Nas palavras de Sobral:

Apesar de sofrer os efeitos da crise estrutural brasileira e a influência do caráter descoordenado assumido mais recentemente pela desconcentração produtiva regional no país, a análise das raízes do processo de crise fluminense remete inicialmente aos fins do século XIX. (2010, p.64)

Nos 5 primeiros anos da década, a perda no produto carioca foi causada pelo setor de serviços. Este teve queda absoluta, enquanto a indústria apresentou um pequeno ganho. Para os 5 anos seguintes, não há dados que permitem desagregar as perdas, mas algumas conjecturas podem ser feitas. De 1985 a 1990, o produto carioca voltou a cair, somente subindo nos anos seguintes. O setor de serviços apresentou crescimento no total dos 11 anos após 1985. Já a indústria apresentou queda nesse mesmo intervalo. Como o maior impacto sobre a indústria carioca vem da abertura comercial proporcionada por Collor, essa queda aconteceu principalmente a partir do ano de 1990. Além disso, o setor de serviços historicamente representa mais de 60% da economia carioca. Assim, pode-se chegar à conclusão de que entre 1985 e 1990, a queda no PIB do Rio foi causada por perdas no setor de serviços, e este se recuperou a partir de 1990, quando o produto do município voltou a crescer, mesmo com o decréscimo na indústria.

Parece então haver uma certa recuperação da cidade do Rio de Janeiro no início dos anos 90, sendo impulsionada, principalmente, pela retomada ao crescimento do setor terciário. A análise dos anos seguintes a 1996 irá verificar se esse movimento se consolidou ou não na região.

#### I.4 DE 1997 A 2010: ESTABILIZAÇÃO BRASILEIRA E ESTAGNAÇÃO CARIOCA<sup>4</sup>

##### **I.4.1 Contextualização**

O próximo período representou a consolidação da democracia no Brasil. Depois da transição conturbada pelo impeachment de Collor sucedem-se, até agora, 5 eleições presidenciais sem maiores problemas. Do lado econômico, após o sucesso do Plano Real, a economia brasileira passou a viver um período de ajustes e continuidade, com pequenos períodos de desequilíbrio. O principal objetivo da política econômica nacional deixou de ser o crescimento, dando lugar ao controle das taxas de inflação. Assim, as taxas de variação do PIB ficaram, normalmente, abaixo dos 7 pontos percentuais anuais, exceto em alguns anos como em 2010. Intensificou-se também nesse período o processo de abertura econômica e financeira, bem como a privatização de empresas estatais.

O estado do Rio de Janeiro, por sua vez, começou a apresentar no final dos anos 90 uma inflexão positiva em sua trajetória de crescimento. Depois de décadas de perda de participação relativa, após 1996 o ERJ voltou a apresentar crescimento maior do que a média nacional (Anexo II). Esse ganho foi resultado principalmente pelo crescimento de importância da exploração de petróleo e gás no estado, que sozinho passou a concentrar cerca de 80% de toda a produção nacional desse óleo, com destaque para a região Norte Fluminense, especificamente os municípios de Macaé e Campos dos Goytacazes (SILVA, 2004). O

---

4 Devido à mudanças metodológicas no cálculo do PIB municipal entre 1996 e 1999, não é possível ser feita a comparação entre esses 2 períodos no que tange às taxas de crescimento. O mesmo vale para o valor adicionado dos setores da indústria e de serviços. A nova metodologia é a preços básicos do ano 2000 (R\$ de 2000), o que exclui os impostos sobre produtos. Por isso, as proporções de participação relativa diferirão das apresentadas anteriormente, impossibilitando a comparação dos dados de 1996 com os de 1999.

segundo, como pode ser visto no Anexo III, duplicou sua importância no cenário nacional. Assim, pode-se dizer que há um processo de desconcentração na economia fluminense, com perda de participação de sua capital. Essa desconcentração foi, todavia, concentrada em apenas alguns poucos municípios, com destaque para os que produzem ou recebem transferências de royalties do petróleo (NATAL, 2004). O mesmo autor ainda destaca o crescimento de participação da indústria no PIB do estado, que historicamente tem os serviços como seu carro chefe. Também se tem em destaque, mas em menor grau, a atração de outros tipos de indústria em alguns municípios fluminenses, principalmente através da “guerra fiscal”. Um exemplo é a indústria automobilística em Resende e Porto Real. A partir da virada do milênio, contudo, a participação do estado fluminense na renda nacional voltou a declinar, mas de forma moderada.

#### I.4.2 Economia

O município do Rio de Janeiro, entretanto, não confirmou a trajetória de recuperação vista no quinquênio anterior a 1996. Seu PIB fica praticamente estagnado até 2006, com pequenas oscilações tanto para cima quanto para baixo (tabela 15). A partir desse ano, todavia, a economia carioca começou a crescer, resultado observado até 2010, mas ainda em uma taxa inferior à média nacional.

Tabela 15 Taxa de variação média anual (%) do PIB dos municípios selecionados e do Brasil: 1999-2010

Município	Período						
	1999-2000	2000-2002	2002-2004	2004-2006	2006-2008	2008-2010	1999-2010
São Paulo	0,01	-1,34	-1,26	5,07	4,89	3,50	1,52
Rio de Janeiro	0,22	-0,75	0,35	-0,08	3,98	1,64	0,74
Brasília	-9,97	0,13	1,26	5,53	6,95	4,84	1,87
Curitiba	0,11	1,24	3,72	2,81	8,38	2,76	2,68
Belo Horizonte	-0,03	5,29	3,02	2,19	6,52	2,66	2,79
Manaus	17,08	2,33	7,98	4,75	2,11	4,96	4,29
Porto Alegre	-0,24	1,25	-2,57	5,52	1,85	1,74	1,07
Fortaleza	1,04	3,37	-0,02	5,52	5,98	5,44	2,94
<b>Brasil</b>	4,31	1,98	3,40	3,56	5,63	3,53	2,88

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IPEADATA (IPEA 2013).

Essa perda de participação não foi exclusiva do Rio: das 8 principais capitais ao fim de 2010, 6 tiveram o mesmo resultado (tabela 16). Assim, a soma do produto desses municípios caiu de 31,8% para 27,0% do total brasileiro. Os demais principais municípios do Brasil que não são capitais apresentaram números que não diferem em muito desses já vistos (Anexo III). O aumento de participação destes, juntos, não supera a ordem de 0,4%. Para esse período, percebe-se portanto que o crescimento brasileiro não foi alavancado pelos municípios mais importantes economicamente.

Tabela 16: Participação relativa (%) dos municípios selecionados no total do PIB nacional (%): 1999, 2000, 2002, 2004, 2006, 2008 e 2010

Município	Ano						
	1999	2000	2002	2004	2006	2008	2010
São Paulo	14,17	13,59	12,72	11,60	11,94	11,77	11,77
Rio de Janeiro	6,77	6,51	6,16	5,80	5,40	5,24	5,05
Brasília	4,57	3,94	3,80	3,64	3,78	3,88	3,98
Curitiba	1,45	1,39	1,37	1,38	1,36	1,43	1,41
Belo Horizonte	1,39	1,33	1,42	1,41	1,37	1,39	1,37
Manaus	1,06	1,19	1,20	1,31	1,34	1,25	1,29
Porto Alegre	1,46	1,40	1,38	1,22	1,27	1,18	1,14
Fortaleza	0,98	0,95	0,97	0,91	0,94	0,95	0,98
<b>Soma</b>	31,85	30,29	29,02	27,27	27,41	27,09	26,98
<b>Brasil</b>	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IPEADATA (IPEA 2013).

Em relação ao estado, começou uma importante queda de participação relativa. De 56,7% em 1996, a proporção carioca na economia estadual caiu para 46,7% em 2010 (Anexo IV). Os ganhos mais importantes são da região Norte Fluminense, devido à extensão da exploração de petróleo, e das Baixadas Litorâneas, região com um importante setor turístico. A Região Metropolitana mostrou uma posição relativa estagnada. Assim, se conjectura que há certa desconcentração no estado, mas de forma concentrada em algumas poucas zonas.

### I.4.3 Indústria

O caminho da indústria nesses anos foi similar entre as principais capitais brasileiras. Com exceção de Manaus, todas tiveram uma taxa de crescimento inferior à média brasileira (tabela 17). O município do Rio de Janeiro, junto com o de São Paulo foram, entretanto, os únicos dentre os 8 selecionados a apresentar decréscimo de seu valor adicionado no agregado desse período. Ainda assim, continuaram como os 2 maiores produtores nacionais do setor, com Manaus e Campos na cola do RJ (o Rio chegou a perder seu posto como segundo município de maior produção industrial brasileiro para Campos no meio da década de 00, mas recuperou-o em seguida).

O intervalo entre 2000 e 2002 foi extremamente conturbado. Teve-se, nesse período, a crise do apagão. Devido a falta de chuvas e de um planejamento falho, o setor elétrico ficou prejudicado, forçando os setores da sociedade a racionar o seu uso de energia elétrica. Outro problema importante foi a incerteza acerca do direcionamento político nacional após as eleições de 2002, quando as pesquisas de intenções de votos começaram a mostrar uma virada rumo à esquerda no Brasil, o que de fato foi confirmado com a eleição de Lula. A trajetória econômica depois da subida do PT ao poder foi, contudo, mais próxima de uma continuação do que uma ruptura, segundo Giambiagi (2011). Os impactos dos problemas desse período podem ser vistos no desempenho industrial: apenas Manaus dentre os selecionados não apresentou retração no valor adicionado desse setor.

Tabela 17: Taxa de variação média anual (%) do valor adicionado na indústria nos municípios selecionados e do Brasil: 1999-2010

Município	Período						
	1999-2000	2000-2002	2002-2004	2004-2006	2006-2008	2008-2010	1999-2010
São Paulo	3,85	-6,29	4,00	-1,98	0,42	0,83	-0,21
Rio de Janeiro	-2,21	-2,56	1,70	-8,54	2,03	7,01	-0,31
Brasília	1,66	-1,68	8,09	2,29	5,91	7,00	3,14
Curitiba	-0,41	-4,96	12,24	-3,48	-1,12	6,95	1,19
Belo Horizonte	9,93	-4,77	12,16	-1,32	6,34	3,77	2,87
Manaus	19,65	8,70	8,26	6,01	-5,67	11,44	5,29
Porto Alegre	6,43	-3,73	4,09	-2,56	2,15	9,21	1,68
Fortaleza	-4,92	-3,30	9,25	2,00	8,31	6,74	2,82
<b>Brasil</b>	10,84	0,45	8,89	1,21	3,60	4,14	3,33

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IPEADATA (IPEA 2013).



A cidade do Rio de Janeiro, devido ao seu baixo desempenho nesses anos, vê sua participação relativa cair quase pela metade, chegando a apenas 2,5% de toda a indústria brasileira em 2010 (tabela 18).

Tabela 18: Participação relativa (%) dos municípios selecionados no total do valor adicionado na indústria nacional: 1999, 2000, 2002, 2004, 2006, 2008 e 2010

Município	Ano						
	1999	2000	2002	2004	2006	2008	2010
São Paulo	13,32	12,48	10,86	9,91	9,29	8,73	8,18
Rio de Janeiro	4,09	3,61	3,40	2,97	2,42	2,35	2,48
Brasília	0,99	0,91	0,87	0,85	0,87	0,91	0,96
Curitiba	1,24	1,11	1,00	1,06	0,96	0,88	0,92
Belo Horizonte	0,88	0,87	0,78	0,83	0,79	0,83	0,82
Manaus	1,70	1,84	2,15	2,13	2,34	1,94	2,22
Porto Alegre	0,77	0,74	0,68	0,62	0,58	0,56	0,62
Fortaleza	0,80	0,69	0,64	0,64	0,65	0,71	0,75
<b>Brasil</b>	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IPEADATA (IPEA 2013).

A queda de participação de praticamente todas as principais capitais brasileiras mostra o movimento da indústria brasileira para as cidades de menor porte. São os municípios com menores preços de terrenos, custos de salários e que oferecem melhores condições tributárias, que passam a atrair os investimentos produtivos, quando podem ofertar uma boa infraestrutura para instalação, logística e escoamento de produção e insumos. Mais uma vez, é importante voltar ao trabalho de Diniz (1991) para entender o processo, que também é identificado por Saboia (2001). Lins (2005) observa esse movimento no estado do Rio de Janeiro. Ela explicita que em busca de maiores vantagens comparativas, as indústrias se deslocam dos grandes centros urbanos em direção ao interior, para regiões onde podem encontrar boas condições de infraestrutura e/ou boa disponibilidade de recursos naturais, capitais ou humanos. Ainda em sua obra, a autora destaca que os APLs<sup>5</sup> (arranjos produtivos locais) mais dinâmicos e com maiores taxas de desenvolvimento estão fora da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Os 3 APLs que ela dá destaque são o do petróleo, com núcleo em Macaé, o automotivo, nucleado em Resende, e o siderúrgico, centrado em Volta Redonda. O petróleo leva a região Norte Fluminense a aumentar sua participação industrial em relação ao estado de 11,8% para 28,7%, mais do que dobrando, enquanto que na capital a sua proporção é reduzida quase que pela

5 Ver Lins (2005, p.40-46) para a conceituação empregada pela autora para a definição de arranjos produtivos locais.

metade (Anexo IV). Isso leva o município de Campos, por exemplo, a dobrar sua participação no produto nacional (Anexo III).

Essas 3 atividades econômicas ajudam a entender a inflexão positiva vista na economia do estado do Rio de Janeiro. Mas, como explica Sobral (2007), principalmente para a atividade petroleira, o estado fluminense não foi bem sucedido em desenvolver maiores encadeamentos não só entre este setor e as possíveis atividades em *downstream* e *upstream*, mas também com toda a economia da região que apresenta essas atividades, restringindo o efeito multiplicativo e o aproveitamento de externalidades positivas gerados pela expansão desse setor. A capital, mesmo hospedando sedes de grandes empresas desses setores, inclusive o de petróleo, e sendo centro financeiro, pouco aproveitou do desenvolvimento dessas atividades no interior do estado.

Vê-se então que o certo grau de recuperação da indústria no estado do Rio de Janeiro no final da década de 90 e início dos anos 2000 se deu fora de seu principal município, seguindo o que vem acontecendo em todo o Brasil. Mesmo quando o crescimento do estado nesse setor foi inferior à média brasileira, o resultado para o município do Rio foi ainda pior, como demonstrado por Medeiros Júnior e Medina (2008), ocasionando uma perda de participação da capital na indústria fluminense. Nesse trabalho, que avalia o desempenho da indústria carioca e suas divisões em comparação a brasileira e fluminense entre os anos de 1996 e início de 2008, pode ser observado que essa perda acontece tanto nas variáveis físicas quanto nas monetárias. Entretanto, ocorreu com muito mais intensidade nas monetárias (como o valor da transformação industrial [VTI], salários e receita líquida de vendas, por exemplo), que seriam mais sensíveis para captar mudanças na indústria de uma região. No caso do VTI, como exemplo, a indústria da cidade caiu de uma participação de 52,2% em 1996 para 25,5% em 2006, em relação ao total do estado<sup>6</sup>. Mostra-se, nesse estudo, que no ano de 2006 as atividades mais importantes da cidade eram: fabricação de produtos químicos; fabricação de produtos alimentícios e bebidas; e edição, impressão e reproduções. São essas as mesmas atividades de maior importância em 1996, com um crescimento do grau de concentração de 63,6% para 63,8%. Em seguida vinham as atividades de artigos de borracha e plástico, e fabricação de máquinas e equipamentos. Somadas às 3 anteriores, tinha-se mais de 80% do setor industrial da cidade. Para se ter a mesma proporção, eram necessárias, em 1996, um total de 7 atividades, o que evidencia um aumento de concentração, sendo que dessas 5 atividades,

---

6 Indústria na cidade do Rio de Janeiro: estrutura e conjuntura recente, p.5.

a única que obteve perdas de participação relativa foi a de edição, impressão e reproduções. Contudo, o aumento de concentração não significa que essas atividades tiveram um bom desempenho. Como já visto na tabela 17, o desempenho da indústria carioca foi fraquíssimo, com retração em metade dos intervalos selecionados. Com o auxílio do trabalho de Medeiros Junior e Medina, pode-se desagregar as perdas. O que se vê como resultado é que as perdas foram praticamente generalizadas. Mesmo a melhora vista a partir de 2006, que também é generalizada, deve estar mais atrelada a uma recuperação de perdas do que a um processo de expansão industrial. O mesmo estudo ainda mostra que além de perdas de participação, esse setor no município também apresenta perdas de produtividade.

Para explicar as perdas da indústria carioca evidenciadas em seu trabalho, Medeiros Júnior e Medina (2008) concentram seus argumentos na nova formação do espaço urbano brasileiro no processo de desconcentração, que favorece o crescimento de cidades de porte médio mais afastadas dos principais centros tradicionais, e nos efeitos que a competição que a produção dessas regiões exercem sobre a indústria carioca. Também destacam que na produção do município do Rio de Janeiro predomina o grupo de bens de consumo não durável (56,2%), seguido o de bens intermediários (23,1%)<sup>7</sup>, ou seja, essa se caracteriza pela produção de bens salário. Assim, é mais sensível à mudanças de trajetórias de ciclo econômico e oscilações de nível de renda em seu mercado consumidor. Enquanto isso, o restante do estado fluminense migrou sua produção para ter como mais importante o grupo de bens intermediários. Dessa maneira, nota-se que mudanças ocorridas no parque industrial fluminense ao longo do tempo não atingiram a indústria carioca, o que destaca diferenças estruturais entre ambas, bem como sua falta de complementaridade.

#### **I.4.4 Serviços**

A tendência para as maiores cidades dos países mais ricos é a diminuição de participação da indústria em suas economias, em contraste com o crescimento do setor de serviços. Essas cidades têm condições de centralizar serviços mais complexos e ofertá-los para todo o seu entorno, inclusive a sua periferia. Esse movimento é identificado por

---

7 Indústria na cidade do Rio de Janeiro: estrutura e conjuntura recente, p.23

Davidovich (1999) na economia brasileira, em especial para os maiores centros (SP e RJ). A autora explica que esses centros, com o tempo, deixam de ser sedes produtivas para serem sedes de controle, gestão e serviços avançados, em favor das grandes empresas. À luz disso, pode-se entender o desempenho desse setor para as capitais analisadas, que foi menos pior do que o industrial (tabela 19). Metade delas teve crescimento acima da média do Brasil, e nenhuma apresentou retrocesso.

Tabela 19: Taxa de variação média anual (%) do valor adicionado no setor de serviços nos municípios selecionados e do Brasil: 1999-2010

Município	Período						
	1999-2000	2000-2002	2002-2004	2004-2006	2006-2008	2008-2010	1999-2010
São Paulo	-1,19	0,16	-3,43	8,31	5,06	4,36	1,91
Rio de Janeiro	-3,68	0,98	-3,56	2,02	4,38	1,47	0,46
Brasília	-11,48	-1,50	0,66	6,01	6,20	5,19	1,43
Curitiba	-2,36	6,82	1,88	1,80	5,87	4,03	2,59
Belo Horizonte	-1,85	1,40	1,77	4,54	10,29	1,45	2,71
Manaus	14,31	-6,58	6,15	5,98	5,42	2,49	2,81
Porto Alegre	-2,36	6,82	1,88	1,80	5,87	4,03	0,72
Fortaleza	2,15	4,89	-2,03	6,55	5,50	5,88	3,08
<b>Brasil</b>	0,81	1,45	0,56	5,85	5,50	4,18	2,54

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IPEADATA (IPEA 2013).

Ajudam a entender o movimento negativo apresentado pelas principais capitais nos primeiros anos do período as crises internacionais que aconteceram em suas vésperas, como a do sudeste asiático, da Rússia, da Argentina e a própria crise do Real em 1999, com forte impacto no mercado financeiro.

O MRJ, como visto, mais uma vez teve o pior desempenho dentre os municípios expostos, com crescimento médio de somente 0,5% ao ano. Não conseguiu apresentar em nenhum dos subintervalos uma taxa superior à média brasileira.

Assim como na indústria, o Rio de Janeiro está próximo de perder no setor de serviços seu posto como segundo principal município brasileiro, dessa vez para Brasília. No ano de 1999, o Rio tinha 7,5% de todo esse setor do Brasil. Em 2010, essa proporção caiu para 5,8%, ficando tecnicamente empatado com a Capital Federal, que obteve uma participação ligeiramente menor.

Tabela 20: Participação relativa (%) dos municípios selecionados no total do valor adicionado no setor de serviços nacional: 1999, 2000, 2002, 2004, 2006, 2008 e 2010

Município	Ano						
	1999	2000	2002	2004	2006	2008	2010
São Paulo	14,69	14,40	14,03	12,94	13,55	13,44	13,49
Rio de Janeiro	7,75	7,41	7,34	6,75	6,27	6,14	5,82
Brasília	6,72	5,90	5,56	5,57	5,59	5,67	5,78
Curitiba	1,63	1,58	1,75	1,79	1,66	1,67	1,67
Belo Horizonte	1,59	1,55	1,55	1,58	1,54	1,69	1,60
Manaus	0,85	0,96	0,82	0,91	0,91	0,91	0,88
Porto Alegre	1,63	1,58	1,75	1,79	1,66	1,67	1,67
Fortaleza	1,09	1,10	1,18	1,12	1,13	1,13	1,17
<b>Brasil</b>	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IPEADATA (IPEA 2013).

O crescimento de apenas 0,5% ao ano para o Rio de Janeiro foi bem discreto, quando considerado que a expectativa era de aumento da participação do setor de serviços frente ao industrial. Ajuda a entender esse número a interpretação dada por Lins (2005). Nela, a autora esclarece que há um desenvolvimento desse setor na Região Metropolitana da cidade, o que diminui a demanda sobre os mesmos serviços na capital. Os habitantes da RM, que antes teriam que ir até o MRJ para consumir serviços mais avançados, agora podem dispor deles em áreas mais próximas. Assim, a evolução dos números da capital ficam prejudicados. A. Santos (2002) também identifica esse movimento do setor terciário em seu artigo. Assim, com ajuda do Anexo IV, vemos que enquanto o município da capital do estado exibiu uma queda de 57,3% para 50,8%, as demais regiões mostram ou relativa estagnação ou pequenos ganhos, o que pode corroborar tal teoria.

Uma explicação complementar é apresentada por Sobral (2007), o qual atribui parte do fraco desempenho dos serviços ao baixo dinamismo da indústria, visto que ambos os setores apresentam um certo grau de complementaridade, mesma explicação já vista para as décadas anteriores.

#### **I.4.5 Considerações finais e conclusão**

O saldo do período foi, mais uma vez, negativo para o município do Rio de Janeiro.

Dentre as principais capitais do país, essa foi a que teve o menor crescimento, acarretando em mais perdas relativas para a cidade, como no intervalo entre 1920 e 1980. O mesmo vale para o total da indústria e dos serviços, para os quais passou a ver sua posição como o segundo principal provedor desses setores para o Brasil em perigo. Mesmo com o crescimento da indústria de extração mineral e de petróleo em todo esse período no estado do Rio, sua capital parece não ter se aproveitado em uma medida satisfatória das possíveis externalidades transbordadas por esses. Dessa vez, inclusive, há uma significativa perda de força dentro de seu estado que, puxado por outras regiões, demonstrou em alguns anos números razoáveis, superiores aos do MRJ. O produto do estado passou a ter a possibilidade de ser conduzido por outras zonas, como a Norte Fluminense.

Durante a década de 90 e no início dos anos 2000, parece que pouco foi feito para solucionar os problemas estruturais da produção no município do Rio de Janeiro, problemas que vêm de longa data. O município continuou concentrando sua produção em seus setores tradicionais, majoritariamente em bens de consumo não durável e, em menor grau, de transformação. Sua produção era, dessa maneira, ainda pouco complexa e de menor valor agregado, sendo, além disso, muito pressionada por flutuações na renda interna. A cidade do RJ também continuou pouco integrada ao seu entorno, e, por isso, não se viu o transbordamento da melhoria industrial das demais regiões do estado, como a Norte Fluminense, para a capital. Ainda, é mais comum ver as fábricas se direcionando para cidades médias, onde encontram mais fatores atrativos. No lado dos serviços, a capital do estado começou a concorrer também com a sua Região Metropolitana, que passou a ofertá-los em alguns setores para os quais os seus cidadãos tinham que se deslocar rumo ao MRJ de forma a usufruir deles. Tal fato gerou mais uma fonte de perdas para a economia carioca. Júnior (2008) em seu estudo sobre o município carioca atribui a continuidade das dificuldades do Rio à falta de planejamento econômico e social à ineficiência dos gastos públicos na década de 90. Esse autor afirma que projetos de desenvolvimento, quando feitos, não partiam de diagnósticos precisos sobre as privações da cidade e careciam de um acompanhamento mais rigoroso e de metas a cumprir, o que impossibilita comparações de resultados e da evolução dos projetos. Ademais, a maior parte das estratégias adotadas era de curto prazo, faltando um compromisso mais longo com o município em si, em detrimento a obras mais visíveis ao público eleitor. O que se via eram iniciativas isoladas e sem continuidade, cujos retornos não eram nem mesmo mensurados, não podendo, assim, avaliar-se a eficiência de um projeto. Isto seria fruto da ausência de uma estrutura de planejamento autônoma em que a opinião técnica

seja mais importante do que a política.

Dessa forma, assim como na década de 80, os diversos problemas estruturais da economia do MRJ fizeram com que os reflexos de crises e ajustes da economia brasileira tenham sido maiores para esse município. Assim, continuou o seu processo de desindustrialização e o fraco desempenho no de serviços.

Apesar disso, parece acontecer um ligeiro processo de recuperação a partir de 2006. As taxas de crescimento do RJ, tanto no agregado quanto para os serviços e indústria, se aproximaram da média de crescimento nacional. Se por um lado no subintervalo de 2008 a 2010 essa taxa foi um pouco menor, a indústria por sua vez apresentou evolução maior do que a do Brasil.

O estudo feito por M. Silva em 2011 mostra que outros números da economia carioca também se aproximaram da trajetória nacional a partir da segunda metade dessa década, sendo que alguns deles já superaram a média das outras metrópoles nacionais. É o caso, por exemplo, do rendimento médio real mensal do trabalhador carioca e do aumento de formalização do trabalho. Dentre os que estão mais próximos da média, mas ainda abaixo, destaca-se o do grau de ocupação e do crescimento do número de trabalhadores.

Não é possível ainda dizer se o retorno ao crescimento visto após 2006 é resultado de melhorias na cidade ou se seria mais uma vez apenas um acompanhamento do momento do país, que passou a apresentar uma maior estabilidade e uma pequena elevação em suas taxas de crescimento. Mas, há alguns eventos que nos fazem acreditar que esse momento pode se diferir dos anos anteriores, e o Rio de Janeiro voltar a crescer “sozinho” e em proporção maior do que a do restante do Brasil. No próximo capítulo veremos o que pode estar ajudando a dinamizar a economia do município.

## **CAPÍTULO II – ACONTECIMENTOS RECENTES E SUA POSSÍVEL INFLUÊNCIA NA ECONOMIA CARIOCA**

O município do Rio de Janeiro apresentou, conforme visto no capítulo anterior, razoáveis taxas de crescimento durante a maior parte do século XX, embora menores do que a média brasileira. O forte crescimento do Brasil serviu como uma máscara, disfarçando o que a região apresentava de deficiências em sua estrutura econômica, o que ficou mais evidente com a crise nacional durante a década perdida. Nos primeiros anos do novo milênio, o Brasil voltou a mostrar um cenário de maior estabilidade econômica, com a volta do crescimento, mesmo que em proporções menores do que sua média histórica.

Nesse sentido, após anos de estagnação, a cidade carioca voltou a exibir evolução em seu produto a partir da metade da primeira década dos anos 2000. Entretanto, mais próximo de um movimento de recuperação de perdas, essa evolução ainda se mostra inferior à observada, em média, no restante do país. Por isso, é possível que, mais uma vez, a economia carioca esteja sendo arrastada pelo resultado brasileiro.

Durante os anos de dificuldades, alguns setores cariocas ficaram reprimidos, não podendo se desenvolver de acordo com o seu potencial. A violência urbana, por exemplo, diminuiu a quantidade de pessoas que poderiam vir até a cidade como turistas, que passaram a preferir novos destinos, como o Nordeste. O potencial logístico do município também ficou reduzido pela degradação de seu porto e todo o seu entorno. A possibilidade de ofertar serviços mais modernos, visto que se trata de uma grande cidade, também ficou prejudicado. Isso porque não havia um bom ambiente para negócios, o que afastou as sedes empresariais.

Contudo, dessa vez parece haver um sentimento de que a cidade está passando por melhorias e de que o momento será diferente. Tal sentimento é reforçado por alguns fatos que aconteceram e deram destaque para a cidade. Do lado social, o retorno do controle do estado em áreas antes dominadas pela criminalidade é o principal deles. No lado econômico, destaca-se a descoberta de petróleo no pré-sal na plataforma continental próxima ao litoral do Rio de Janeiro. Ainda houve um outro atrativo para a cidade: a escolha dela como sede para os Jogos Olímpicos de 2016. Com esses e outros fatores, o estado fluminense é um dos que mais



recebe investimentos por metro quadrado em todo o mundo<sup>8</sup>, e boa proporção deles será destinado à sua capital.

Dessa forma, é possível que o produto volte a crescer de forma vigorosa e que a qualidade de vida dos habitantes do município melhore, fazendo com que retome uma posição de destaque no Brasil e, porque não, mundialmente. Com tamanho investimento, é factível que a estrutura da economia carioca mude, apresentando uma nova forma de dinamismo, baseado em setores mais complexos. Mas não só esses novos setores, como também aqueles que não estavam se desenvolvendo a todo seu potencial, como os destacados acima, podem assumir uma participação ainda mais importante, atingindo seu pleno potencial. Isso seria consequência, por exemplo, da multiplicação de empresas voltadas para pesquisa e desenvolvimento na Ilha do Fundão. A infraestrutura urbana pode melhorar, graças às adaptações que têm que ser feitas para a Copa do Mundo de 2014 e para as Olimpíadas de 2016. A renovação da zona portuária, cheia de história e cultura, pode consolidar um novo polo turístico na cidade. Portanto, alguns estudos podem ser feitos para facilitar o melhor aproveitamento de todo esse capital, e também para identificar se todo esse investimento já está fazendo efeito, e em quais setores. O segundo caso é o objetivo desse capítulo, que está separado em 4 partes. Nas 3 primeiras serão apresentados, respectivamente, os 3 fatos considerados mais relevantes que estão acontecendo para o município carioca no momento: a descoberta do pré-sal e a consolidação de um parque tecnológico no Fundão; a escolha e os preparativos para que o Rio sedie grandes eventos em 2014 e 2016; e um projeto que visa dar novo dinamismo à zona portuária da cidade. Será visto, nesses itens, o que já está sendo feito por causa disso, o que está em projeto e as consequências que eles podem trazer para o Rio, sendo escolhidos alguns setores que eles podem estar impulsionando, ou estimulará no futuro. Na quarta parte será feito um estudo empírico sobre os setores selecionados para verificar como está o desempenho deles, se já pode-se dizer que estão sendo afetados por esses eventos. A metodologia utilizada será descrita no próprio item.

---

8 Fonte: <http://oglobo.globo.com/economia/inj...#ixzz2DfjwCipu> Acesso em: Janeiro de 2014.

## II.1 PRÉ-SAL E O PARQUE TECNOLÓGICO DO FUNDÃO

### II.1.1 A descoberta do pré-sal

No ano de 2007 foi anunciada pela Petrobras a confirmação da existência de petróleo e gás na região do pré-sal brasileiro. Essa região fica a aproximadamente 300 quilômetros da costa, na faixa litorânea que vai desde o estado de Santa Catarina até o Espírito Santo, nas bacias de Santos, Campos e Espírito Santo. Abrange uma área com algo em torno de 150 mil km<sup>2</sup>, a uma profundidade superior a 7 mil metros (PETROBRAS, 2011).

Com pesquisas e testes de perfurações, chegou-se à estimativa de que as reservas podem alcançar os 50 bilhões de barris equivalentes de petróleo. Os números menos conservadores indicam que essa quantidade pode chegar a 70 bilhões, o que multiplicaria por 5 a magnitude das reservas brasileiras, colocando o país entre os principais produtores do mundo desse óleo. Tamaña quantidade pode permitir a extração do produto por até 40 anos, com a duplicação da produção diária que se tem nos dias atuais (SEFAZ-RJ, 2010). Segundo estimativas do IPEA (2010)<sup>9</sup>, o lucro dessa atividade pode alcançar a cifra de 10 trilhões de reais, ou algo em torno de 3 a 4 trilhões de dólares.

Entretanto, para que se possa desenvolver essa atividade em uma região tão distante da costa e de uma profundidade inédita, muitos avanços tecnológicos são necessários, o que demanda investimentos de valores bastante relevantes. Além da nova tecnologia, uma grande quantidade de novos equipamentos e maquinarias serão demandados. A Petrobras estima que a quantidade de embarcações, plataformas de exploração e sondas de perfuração empregadas será, em 2020, mais que 2 vezes maior do que a que era utilizada no ano de 2010.

Assim, o total de investimentos planejado pela empresa chegará, no ano de 2017, a 52,2 bilhões de dólares só com o pré-sal (PETROBRAS, 2013). O total de investimentos estimados até 2020 chega a impressionantes 400 bilhões de dólares, segundo a ANP<sup>10</sup> (2012).

---

9 Fonte: [http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1464:pre-sal-representaria-lucro-de-us-10-trilhoes-para-o-pais&catid=3:dímac&Itemid=3](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=1464:pre-sal-representaria-lucro-de-us-10-trilhoes-para-o-pais&catid=3:dímac&Itemid=3) Acesso em: Dezembro de 2013

10 Fonte: <http://www.anp.gov.br/?pg=60260&m=pr%E9-sal&t1=&t2=pr%E9->

Os impactos econômicos do pré-sal, portanto, transcendem à atividade de extração mineral. Serão estimulados diversos outros setores, como o de construção naval, engenharia e arquitetura, siderurgia, dentre outros, garantindo uma vasta rede de encadeamentos. Serão necessários diversos fornecedores, bem como o uso de serviços dos mais diversos tipos. A necessidade de transpor a fronteira tecnológica implica no investimento em pesquisa e desenvolvimento científico e no emprego de capital humano altamente especializado e qualificado.

O Rio de Janeiro, pela sua proximidade com os novos campos do pré-sal e por abrigar as sedes da Petrobras e da ANP, tem uma posição de destaque na atração de investimentos originados pelo pré-sal. Um estudo da FIRJAN, em 2010, mapeou que só o estado do Rio de Janeiro iria receber, entre os anos de 2010 e 2012, investimentos da ordem de 126,3 bilhões de reais. Dessa quantia, uma importância de 77,1 bilhões viria de empreendimentos da Petrobras. No estudo posterior, para 2012 até 2014, feito em 2012, o valor total em investimentos aumentou para R\$ 211,5 bilhões, dos quais 107,7 bi de Reais viriam dessa mesma empresa.

Além do recebimento de rendas do petróleo e do refortalecimento de setores como o da construção naval, o principal legado do pré-sal para a cidade Rio de Janeiro está sendo o desenvolvimento de um polo tecnológico voltado principalmente para o desenvolvimento de tecnologias para a exploração de óleo em águas ultraprofundas. Além dos esforços da Petrobras, diversas empresas internacionais de considerável porte estão se instalando no Rio e investindo em laboratórios de pesquisa. Esse polo está localizado na Ilha do Fundão, próxima a UFRJ, e recebe o nome de Parque Tecnológico da UFRJ.

## II.1.2 A influência do pré-sal para o Parque Tecnológico da UFRJ

### II.1.2.1 O que é um parque tecnológico

De acordo com as diferentes e complementares definições de diversos organismos apresentadas no trabalho de Melo (2011), pode-se dizer que um parque tecnológico é um ambiente no qual se incentiva a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico, com o objetivo da inovação e geração de conhecimento. Para isso, estimula a integração e sinergia entre universidades, centros de pesquisa, empresas e mercado, públicas ou privadas, geralmente instaladas em um mesmo espaço físico ou pelo menos próximas, de modo a favorecer o fluxo de conhecimento e tecnologia e integrar o resultado da pesquisa científica e tecnológica à empresa e aos negócios. É facilitado nesse espaço, portanto, o surgimento, crescimento e fortalecimento de empresas intensivas em tecnologia e inovadoras, por meio de incubadoras e do auxílio gerado pela provisão de infraestrutura de qualidade e espaço favorável, com apoio institucional e financeiro tanto do setor público quanto do privado.

Ainda, para facilitar o entendimento, pode-se ler uma definição direta da IASP (International Association of Science Parks and Areas of Innovation), extraída do sítio do Parque Tecnológico da UFRJ (<http://www.parquedorio.ufrj.br>), diz que:

Um Parque Tecnológico é uma organização administrada por profissionais especializados que têm por objetivo proporcionar para a sua comunidade a promoção da cultura da inovação e competitividade de suas empresas e instituições de pesquisa. Para alcançar estes objetivos um parque deve estimular e gerenciar o fluxo de conhecimento e tecnologia entre as universidades, centros de P&D, empresas e seus mercados, facilitando a criação e consolidação de EBT'S através da incubação e processo de "*spin-off*", além de prover outros valores agregados com espaço de qualidade e infraestrutura. (Acesso em: dezembro de 2013)

### II.1.2.2 O caso do parque da UFRJ

Nas décadas de 1970 e 1980, o Brasil buscava, através de sua estatal do petróleo, a Petrobras, a autossuficiência no abastecimento interno desse óleo. Foi feita então uma grande procura no território nacional por essa commodity, sendo encontrada em grande quantidade na região *offshore*. Era necessário, dadas as especificidades brasileiras, o desenvolvimento de novas tecnologias para a exploração desse produto, o que a Petrobras decidiu fazer internamente. Assim foi criado o Centro de Pesquisas e Desenvolvimento Leopoldo Américo Miguêz de Mello (CENPES), para suprir a carência inicial de infraestrutura própria de P&D tanto da estatal como do Brasil. Esse centro foi importante para a indução de formação de profissionais qualificados nas diversas áreas relacionadas à exploração de petróleo, como engenheiros e geólogos, pelas universidades brasileiras. Essa cooperação entre as instituições era nesse momento, entretanto, ainda indireta (LIMA & SILVA, 2011).

O embrião do parque começou a ser formado na metade final da década de 1990, com a quebra do monopólio estatal sobre os setores de petróleo e gás, e assim foi possível uma maior abertura da Petrobras à comunidade científica externa. As universidades passaram a ser mais próximas e internas na formação de pessoal e de desenvolvimento tecnológico para o setor. Com a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, com o subsídio do setor à programas de inovação, e pelo fato de grande parte dos profissionais da Petrobras ter sido formado no Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa em Engenharia (COPPE-UFRJ), uma maior aproximação entre a Petrobras e a UFRJ foi possível e, subseqüentemente, a formulação de uma parceria entre ambos (LIMA & SILVA, 2011).

Com a presença lado a lado no Campus do Fundão, na Ilha do Governador, do COPPE e do CENPES, além de uma pequena incubadora, a ideia de se formar um parque tecnológico na região começou a ser apreciada no final da década de 90. Mas só no ano de 2003 que foi oficialmente inaugurado o projeto. Nesse parque, as empresas poderiam alugar, por meio de licitações de 20 anos (renováveis), terrenos com a finalidade de construir centros de pesquisa, se comprometendo a usar o pessoal que vinha da UFRJ. quem ali se instalava tinha como vantagens a proximidade aos centros de pesquisa da UFRJ e da Petrobras, podendo utilizar

algumas de suas instalações em suas pesquisas. O projeto avançou lentamente até 2007. Com a descoberta de petróleo no pré-sal e a necessidade de desenvolvimento de novas tecnologias para sua exploração, empresas começaram a ver vantagens em se instalar no parque, o que foi acentuado com a presença do CENPES no local. A partir daí, mais e mais empresas passaram a disputar os espaços disponíveis. O tamanho do parque é de aproximadamente 350 mil metros quadrados (EXAME, 2012).

A importância do pré-sal para a consolidação do parque também é destacada por Melo em sua dissertação (2011). O autor expõe, com o auxílio de entrevistas, que a política adotada pelo setor público e pela Petrobras teve sua parcela de contribuição para o evento. Essa política exige que uma empresa interessada em ter sua fatia de lucro com o pré-sal teria que instalar no Brasil um centro de pesquisa para ajudar a desenvolver em conjunto soluções para os gargalos tecnológicos inerentes à exploração em águas ultraprofundas. O destino natural para as interessadas está sendo, então, o Parque da UFRJ, até pela presença do COPPE e do CENPES, de uma universidade de renome internacional na área de petróleo, e de diversos outros equipamentos e infraestrutura de laboratórios e centros de pesquisa já presentes no parque e, claro, espaço vazio para os empreendimentos.

Com as características típicas de um parque tecnológico, estimula-se no local a sinergia entre universidade, empresas, setor público e privado, com o objetivo de gerar conhecimento, tecnologia e incentivar o empreendedorismo entre os estudantes da Universidade, principalmente em setores de ponta, transformando, assim, conhecimento em riqueza (AMBIPETRO<sup>11</sup>, 2013).

Desde então, diversas empresas vêm se instalando no local. São empresas brasileiras ou internacionais, desde gigantes até as recém-criadas através da incubadora da UFRJ. Em sua maioria, essas empresas estão ligadas aos setores de petróleo e gás, energia, meio ambiente e tecnologia da informação, havendo a presença, inclusive, de fervorosos concorrentes. Muitos dos empreendimentos estão prontos e outros ainda em instalação, totalizando, só na construção dos prédios, investimentos da ordem de 500 milhões de reais<sup>12</sup>. O total dos investimentos realizados já ultrapassou a importância de R\$ 1 bilhão, sendo a pesquisa e inovação o foco principal desses projetos. Já são mais de 1500 pesquisadores trabalhando no

---

11 Disponível em: <http://ambipetro.com.br/empresa/ambipetro-no-parque-tecnologico/> Acesso em: Dezembro de 2013

12 Fonte: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2012/03/rio-se-consolida-como-polo-mundial-de-tecnologia-do-pre-sal.html> Acesso em: Dezembro de 2013.

local, com muitos profissionais altamente qualificados entre eles. Esse número deve alcançar a marca de 5 mil pesquisadores quando o Parque estiver em pleno funcionamento. A estrutura já disponível inclui o segundo supercomputador mais potente da América Latina, o maior e mais profundo laboratório oceânico do mundo (LabOceano), e outros importantes centros de pesquisa tecnológicas do país, como o Centro de Tecnologia Mineral (CETEN), o Instituto de Engenharia Nuclear (IEN), e o Centro de Pesquisa em Energia Elétrica (CEPEL). Assim, as empresas que se instalam no local além de terem seus laboratórios privados, podem investir e utilizar dessas instalações já disponíveis, criando também uma parceria com os professores e alunos universitários. O sucesso do projeto foi tamanho, que foi necessário um acordo com o exército para a utilização de uma área próxima para a expansão do Parque. O Rio de Janeiro torna-se, com isso, um polo de atração de pesquisa e conhecimento, e geração tecnológica para o setor de óleo e gás, com uma base de empresas bastante diversificada, o que terá um forte impacto na economia local no futuro (EXAME, 2012).

A expectativa é que mais de 200 empresas estejam em funcionamento quando o parque estiver completo. Uma lista das principais que já estão em operação pode ser vista nos quadros 1 (grandes empresas) e 2 (médias e pequenas empresas).

Quadro 1: Grandes empresas presentes até o ano de 2013 no Parque Tecnológico da UFRJ, suas áreas de atuação e seus países de origem

Nome da empresa	Área de atuação	País de origem
Baker Hughes	Equipamentos, serviços e softwares para a indústria de petróleo e gás	Estados Unidos
BG	Exploração e produção de hidrocarbonetos	Reino Unido
EMC <sup>2</sup>	Serviços em tecnologia da informação	Estados Unidos
FMC Technologies	Equipamentos e serviços para a produção e exploração de petróleo e gás	Estados Unidos
General Electric (GE)	Tecnologia nas áreas de energia e combustíveis	Estados Unidos
Georadar	Levantamentos geológicos, geofísicos e outros, para as indústrias petrolíferas e minerais	Brasil
Halliburton	Serviços para a produção e exploração de petróleo	Estados Unidos
L'Oreal	Cosméticos	França
Petrobras	Exploração de petróleo e gás	Brasil
Schlumberger	Geociências e engenharia de exploração em águas profundas	França
Siemens	Serviços de engenharia, otimização de processos e tecnologia da informação industrial	Alemanha
Tenaris Confab	Fabricante de tubos de aço	Brasil
Vallourec & Mannesmann (V&M)	Fabricante de tubos de aço sem costura para aplicações críticas	França

Fonte: Parque Tecnológico UFRJ e AMBIPETRO. Disponíveis em: <http://www.parquedorio.ufrj.br/> e <http://ambipetro.com.br/>. Acesso em: Dezembro de 2013.



Quadro 2: Principais médias e pequenas empresas presentes até o ano de 2013 no Parque Tecnológico da UFRJ, suas áreas de atuação e seus países de origem

Nome da empresa	Área de atuação	País de origem
Ambidados	Serviços e produtos para monitoramento ambiental	Brasil (Coppe/UFRJ)
Ambipetro	Soluções em energia e meio ambiente	Brasil (Coppe/UFRJ)
Aquamet	Desenvolvimento de serviços e produtos para meteorologia	Brasil (Coppe/UFRJ)
ESSS	Desenvolvimento de softwares e consultoria de simulação com foco em petróleo e gás	Brasil
Ilos	Soluções em logística	Brasil (Coppead/UFRJ)
INOVAX	Soluções para telecomunicações e tecnologia da informação	Brasil (Coppe/UFRJ)
Maemfe	Fornecedor de peças (metalúrgicas) para diversos setores	Brasil (Coppe/UFRJ)
PAM Membranas	Membranas de microfiltração	Brasil
Virtualy	Desenvolvimento de simuladores	Brasil (Coppe/UFRJ)

Fonte: Parque Tecnológico UFRJ e AMBIPETRO. Disponíveis em <http://www.parquedorio.ufrj.br/> e <http://ambipetro.com.br/>. Acesso em: Dezembro de 2013.

Pode-se notar que, dentre as grandes empresas, a maioria é de transnacionais, enquanto que as menores são brasileiras. Dessas menores empresas uma quantidade significativa já é fruto da integração entre ensino universitário e empreendedorismo, visto que saíram da incubadora de empresas da COPPE. Como observado por Melo (2011), a proximidade de uma empresa de menor tamanho à uma gigante internacional facilita para a pequena expor o resultado de suas pesquisas e seus produtos. Assim, abre-se a possibilidade dela se tornar uma fornecedora para a gigante, no Brasil ou até mesmo mundialmente, sendo então uma alavanca para o desenvolvimento dessa menor companhia. É justamente esse um dos objetivos do Parque Tecnológico. E com essa justificativa, há projetos para aumentar a capacidade da incubadora, de 25 para 50 empresas, e para a construção da Torre da Inovação, uma área destinada às empresas de menor porte.

Também se nota que, em sua maior parte, as empresas estão de alguma forma conectadas ao setor de petróleo. Mas é importante de se dizer que as inovações, mesmo que feitas com o objetivo de serem usadas nesse setor, podem também atender a diversos outros segmentos produtivos ou sociais. Tanto desenvolvimentos em tecnologia da informação, quanto em serviços meteorológicos, tubos de aço ou simuladores podem ter ramificações em diversos setores da economia, provocando um saudável transbordamento. E isso é importante

porque, por ser o petróleo um recurso finito, o Parque ficaria obsoleto caso seu único propósito for esse setor, quando esse recurso se extinguir. Assim, é preciso ter um certo grau de diversificação para sobreviver às mudanças que ocorrem com o tempo.

Lembrando-se que nesse local não é feita produção, mas pesquisa e desenvolvimento tecnológico, também se ganha na criação de tecnologia nacional, em número de patentes e qualificação e aumento de experiência de capital humano. Pode-se assim exportar ativos que estão na fronteira tecnológica, fronteira essa que foi expandida pelas inovações desenvolvidas no parque.

### **II.1.3 Conclusão e considerações finais**

A exploração do petróleo do pré-sal, por si só, já traria ganhos econômicos para a cidade do Rio de Janeiro. Esses ganhos viriam de várias formas: da exploração em si do refino do óleo, da venda ou exportação do produto e dos royalties, por exemplo. Para acontecer a exploração, todavia, necessita-se de novas tecnologias e, por isso, demanda-se investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovações. Por meio do Parque Tecnológico da UFRJ, o Rio acabou por obter uma posição privilegiada exercendo uma força atrativa de centros de pesquisas de variadas empresas do setor de petróleo e seus encadeamentos.

O Parque, inaugurado em 2003, começa a ganhar uma maior dimensão em 2007, como consequência do pré-sal. Sua evolução foi tamanha que, atualmente, diversas empresas de diversas origens e magnitudes estão instaladas, se instalando ou pretendem se instalar no parque, tornando o Rio de Janeiro um polo tecnológico do petróleo. Passa a serem atingidos no parque os objetivos de sinergia e integração entre empresa e Universidade, facilitando a formação de pessoal qualificado, difusão e propagação de conhecimento, e criação e desenvolvimento de empresas. A consequência natural desse processo é o aumento do número de inovações e capacitação de capital humano nativos, cooperando para a criação de tecnologia nacional. Dentre as vantagens dessa criação de tecnologia está a independência de fornecedores externos, bem como a possibilidade de exportá-la e auferir rendas sobre ela.

O transbordamento desses benefícios para toda a cidade é possível e pode ser extremamente benéfico para fortalecer a sua recuperação. É esperado que setores como os de extração de petróleo e gás natural, serviços de tecnologia de informação, serviços de consultoria e gestão empresarial, serviços de arquitetura e engenharia, e pesquisa e desenvolvimento científico comecem a ter resultados mais expressivos e que possam, no futuro, alavancar outros, por meio de seus encadeamentos.

## II.2 OS GRANDES EVENTOS

### II.2.1 A experiência carioca com grandes eventos

Há muitos anos a cidade do Rio de Janeiro vem criando uma experiência em sediar eventos que mobilizam enorme número de pessoas, algumas vezes ultrapassando a casa dos milhões. Já é tradição, por exemplo, o carnaval, quando a quantidade de gente nas ruas ultrapassa os 6 dígitos. O mesmo pode ser dito da virada de ano em Copacabana: mais de 2 milhões se concentram nesse bairro para ver shows pirotécnicos e de música. Outro exemplo que pode ser citado são as edições do Rock in Rio, um grande festival de música com um enorme público que é realizado desde a década de 80, mas que, após diversas pausas, voltou a ser realizado com frequência desde 2011.

Desde os anos 90, quando César Maia chegou à prefeitura, tornou-se um desejo da cidade sediar os Jogos Olímpicos de verão. Depois da candidatura falha para o ano de 2004, chegou-se a conclusão que hospedar um evento de menor porte pode garantir credibilidade para o município, de forma a facilitar o sonho de ser anfitrião da Olimpíada. Foi nesse cenário que o Rio conseguiu sucesso em sua candidatura para sediar os jogos Pan Americanos de 2007. De fato, apesar de algumas mazelas como a multiplicação dos gastos do orçamento inicial, os jogos transcorreram sem maiores problemas, mostrando que a cidade poderia ter capacidade de hospedar eventos internacionais de maior porte. Foi importante também a construção, para o Pan, de equipamentos esportivos de nível olímpico, o que facilitaria em

uma candidatura futura (LO BIANCO, 2010).

Após mais uma tentativa fracassada para 2012, foi anunciado em 2 de outubro de 2009 que o Rio de Janeiro seria a sede dos Jogos Olímpicos de Verão de 2016. Além do êxito na realização do Pan e dos equipamentos esportivos construídos para ele, Garcia *et al* (2010) também destaca como trunfos, com base no Dossiê de Candidatura de 2009, o fato de nenhuma outra cidade da América do Sul ter sediado os jogos, além do comprometimento do governo em seus 3 níveis com a realização do evento. Também é destacada a imagem passada na campanha de que o Brasil vivia um momento de estabilidade política e econômica (no caso do segundo, até superior à países mais desenvolvidos que viviam os efeitos da crise de 2008) e de que os jogos seriam utilizados como um projeto nacional que teriam, principalmente para a sede, fortes impactos sociais e infraestruturais.

De fato, desde 2003 o Brasil mostrou uma estabilidade econômica, com um crescimento moderado mas com controle na inflação e nas contas externas. Além disso, começou-se a viver no Rio uma sensação de que o município, enfim, estava dando sinais de recuperação e progresso, o que foi de certa forma confirmado com a volta do crescimento a partir de 2006. Mas o município, que parecia mais uma vez ter pegado carona com o momento brasileiro, também começou a apresentar mudanças em sua estrutura social e urbana. O grande destaque desse movimento ficou com a segurança pública: foi iniciado um projeto de retomada e pacificação de áreas antes dominadas pelo tráfico de drogas e pelo crime. Este programa, chamado de UPP (Unidade de Polícia Pacificadora), iniciado em 2008 na favela Dona Marta, cooperou não só para a redução nos índices de homicídios<sup>13</sup> como para a melhora da imagem da cidade no exterior, deturpada pelos altos números da criminalidade (FERREIRA, in: URANI, GIAMBIAGI, 2011).

O bom momento brasileiro não ajudou a garantir apenas a realização das Olimpíadas: também foi conquistado, em outubro de 2007, o direito de sediar a Copa do Mundo FIFA de 2014. A capital fluminense terá destaque também nesse evento, visto que vai ser a cidade aonde acontecerá a final.

Desde então, além dos anuais carnavais e réveillons, e do Pan de 2007, outros grandes

---

13 <http://oglobo.globo.com/rio/upps-reduziram-homicidios-em-38-bairros-3331252> e <http://oglobo.globo.com/rio/taxa-de-homicidios-em-upps-quase-13-da-media-nacional-11004359>  
Acesso em Janeiro de 2014.

eventos passaram pelo município do Rio de Janeiro: Os jogos Mundiais Militares em 2011, a Rio+20 em 2012, a Jornada Mundial da Juventude e a final da Copa das Confederações FIFA em 2013. A sucessão desses eventos, além de trazer impactos econômicos para a cidade, principalmente com o turismo e infraestrutura, também ajuda na constituição de um sentimento geral de bom momento e de aumento de autoestima para a população, ademais colocar a cidade em evidência, com a possibilidade de melhoria da imagem dessa frente ao exterior.

Não é objetivo desse item entrar na discussão de se vale ou não a pena para um país sediar eventos de grande porte. Tampouco de analisar mazelas sociais provenientes das obras para o sediamiento, como remoções ou superfaturamento de obras. O foco está em ver como o fato de ser anfitrião desses eventos pode ajudar e se já estão ajudando na melhora das condições econômicas do município do Rio de Janeiro.

## **II.2.2 Os grandes eventos dos próximos anos**

### *II.2.2.1 A Copa do Mundo FIFA 2014*

O direito de sediar uma Copa do Mundo vem junto com diversas obrigações, garantias e acordos junto à FIFA, a entidade que organiza e detém os direitos sobre os jogos. É necessário que o país sede: garanta segurança energética, ofereça eficiente infraestrutura nos mais diversos modais de transportes, dada a enorme quantidade de pessoas que se movimentarão durante o evento, tenha estádios que atendam a um padrão de qualidade determinado pela entidade, apresente um sistema hoteleiro com capacidade suficiente para receber os turistas e todos os envolvidos com a realização do evento, bem como serviços de qualidade para essas mesmas pessoas, além de assegurar a segurança pública. Um país como o Brasil deve, portanto, realizar diversos investimentos de forma a cumprir com todas essas questões, visto que há problemas dos mais diversos tipos em todos esses aspectos apresentados (Ernst & Young Terco, 2011).

Portanto, estão sendo realizadas nas 12 cidades escolhidas para realização das partidas diversas obras e investimentos. Todas elas precisaram de ajustes ou de reconstrução em seus estádios de futebol. Nos transportes, aeroportos necessitam de reformas e expansões. A mobilidade urbana exige novas vias e meios de transportes de massa compatíveis com a demanda da população e dos turistas. Para garantir a segurança pública, muito investimento em novos equipamentos e treinamento estão sendo realizados, contemplando as mais diversas instituições, como a polícia, o corpo de bombeiros e as forças armadas militares. Centros de mídia estão sendo construídos para garantir a transferência de informação e a transmissão dos eventos durante os jogos. Para bem receber aos turistas, atletas, comissões de arbitragem e profissionais da mídia, há a necessidade de aumentar a oferta de quartos em toda a rede hoteleira brasileira. Também é preciso, para lidar com essas pessoas, o treinamento de profissionais de diversas áreas, desde recepcionistas de hotéis até garçons e taxistas. Assim, tem que ser estimulado o ensino de línguas estrangeiras, principalmente o Inglês (Ernst & Young Terco, 2011).

Portanto, para adequar ao país às condições inerentes à realização de um evento desse porte, dispêndios de grandioso montante têm de ser realizados em investimentos. Por isso, um orçamento que chegou a R\$ 25,6 bilhões foi separado<sup>14</sup>, dos quais 8 bi foram para a construção de estádios e outros 8 bi para a mobilidade urbana, em todas as cidades sede. No Rio de Janeiro, esse orçamento está na casa dos R\$ 3,35 bilhões, concentrado nas obras do quadro abaixo:

Quadro 3: Principais obras e intervenções realizadas no Rio de Janeiro para a preparação para a Copa do Mundo FIFA 2014, a área de intervenção e seu respectivo orçamento previsto

Obra	Área da intervenção	Orçamento (R\$ milhões)
Reforma do Maracanã	Infraestrutura e esportes	1050,00
Urbanização do entorno do Maracanã	Infraestrutura e lazer	1582,20
Estação Multimodal do Maracanã	Mobilidade urbana e transportes	109,60
Reforma do Aeroporto Antônio Carlos Jobim	Transportes	174,80
BRT* Transcarioca	Mobilidade urbana e transportes	435,65

Fonte: 5º Balanço de Ações para a Copa – Cidade-sede: Rio de Janeiro. Setembro de 2013. Disponível em: <http://www.copa2014.gov.br/pt-br/brasilecopa/sobreacopa/balancos> Acesso em Janeiro de 2014.

Nota: (\*) BRT = Bus Rapid Transit.

Desde o anúncio, em 2007, de que o Brasil seria o país sede, algumas simulações

<sup>14</sup> Fonte: 5º Balanço das Ações do Governo Brasileiro para a Copa 2014 – Setembro 2013. Disponível em: <http://www.copa2014.gov.br/pt-br/brasilecopa/sobreacopa/balancos> Acesso em: Janeiro de 2014.

foram feitas de forma a tentar medir o impacto desse evento na economia nacional. Segundo a Ernst & Young Terco (2011), esse impacto pode chegar a R\$ 142 bilhões até 2014, gerando 3,63 milhões de empregos diretos e indiretos e 63,5 bilhões de reais em renda para a população, com ano de 2003 como base. No Rio de Janeiro, ainda com esse ano base, o PIB teria um acréscimo de 0,58%, ou R\$ 1,006 bi, além de 7,23 mil empregos, contra um cenário onde não seria realizada a Copa. Os principais setores beneficiados pela copa seriam: construção civil; alimentos e bebidas; serviços prestados às empresas; serviços de utilidades públicas; e serviços de informação. Outro estudo, encomendado em 2010 pelo ministério dos esportes e realizado pela Value Partners Brasil Ltda., coloca que os impactos podem alcançar R\$ 183 bilhões, dos quais 26% seriam diretos contra 74% de impactos indiretos. Nesse estudo ainda se destaca que 78% dos investimentos em infraestrutura está vindo do setor público, enquanto 22% vêm do setor privado, e que devem ser criados 737,8 mil novos empregos, dos quais apenas 49% seriam fixos, resultando em um crescimento de 5 bilhões de reais no consumo das famílias até 2014. Por fim, os setores que mais seriam favorecidos são os mesmos do estudo apresentado no início do parágrafo, com o acréscimo do comércio e hotelaria. Ambos os estudos frisam os efeitos multiplicativos gerados pelos investimentos e que a maioria dos empregos devem ser gerados por micro e pequenas empresas.

É de extrema importância se salientar, como descrito por Domingues, Betarelli Júnior e Magalhães (2011), que esses estudos têm uma tendência a superestimar o impacto econômico sobre a economia. Isto porque, por exemplo, parte dos gastos públicos não se materializa, como já pode ser visto no Brasil com o cancelamento de algumas obras de mobilidade urbana que tinham sido planejadas. Também acentuam a falta de correlação entre construção de estádio esportivo e desenvolvimento econômico, além de que a criação de empregos gerados pela construção civil para esses estádios e demais obras de infraestrutura são de caráter temporário, se esgotando ao fim do evento. Esses fatos já teriam sido observados nas edições anteriores da Copa do Mundo, das quais são utilizadas como exemplos a da África do Sul em 2010 e da Alemanha em 2006.

A Copa do Mundo será especialmente importante para o Rio de Janeiro, visto que esse será o município que mais receberá partidas, conjuntamente com Brasília, e onde ocorrerá a final. Igualmente, como é a segunda maior cidade do país e a que mais recebe turistas recreativos, os efeitos econômicos do evento podem ser ampliados. Receberá, em comparação com as outras sedes, um dos maiores investimentos totais, dos quais nenhuma das obras a

que foram destinadas foi cancelada. Essas intervenções serão também importantes para a realização dos Jogos Olímpicos de 2016. Então, a Copa servirá, em certa medida, como um grande teste para a realização da Olimpíada.

### *II.2.3 Os Jogos Olímpicos de 2016*

Durante toda a duração, de aproximadamente um mês, dos Jogos Olímpicos e Parolímpicos, os olhos de todo mundo estarão voltados para uma cidade: o Rio de Janeiro. Desse modo, é de extrema importância que tudo saia como planejado. Da mesma forma que na Copa do Mundo, para as Olimpíadas uma série de exigências por parte do Comitê Olímpico Internacional (COI) têm que ser cumpridas para garantir os mesmos princípios do evento anterior, já destacados no item precedente. A diferença é que quase a integralidade dos eventos de uma Olimpíada acontece em uma cidade só. Assim, em uma comparação grosseira, é como se uma Copa inteira fosse realizada em apenas uma cidade. Por isso, o que é exigido sobre essa cidade assume uma proporção muito maior do que para ser um município de Copa do Mundo. Consequentemente, os investimentos de preparação de uma região para sediar uma Olimpíada devem ser mais ambiciosos em relação ao primeiro. Em uma cidade com múltiplos problemas estruturais e sociais, como é o caso do Rio, diversas intervenções têm que ser feitas para que a realização de um evento desse porte se aproxime da perfeição. Justifica-se, então, um orçamento inicial previsto para os Jogos Olímpicos superior ao da Copa do Mundo: R\$ 28 bilhões<sup>15</sup> contra R\$ 25,6 bilhões, dos quais 20,3% serão provenientes do setor privado. Obviamente, os impactos da Olimpíada serão, portanto, maiores para o município carioca do que a Copa do Mundo.

Sediar tamanho evento realizando investimentos nessa magnitude abre, dessa maneira, a possibilidade de transformar uma cidade. Foram, então, elaborados vários projetos de obras para assegurar o bom transcorrimento dos Jogos. Do orçamento inicial, 50% está sendo destinado para o setor de transportes, 8% para energia, 8% para hospedagem, 7% para segurança, e mais 10% para o núcleo olímpico, dentre outros gastos. Para a infraestrutura, foi

---

<sup>15</sup> Fonte: Dossiê de Candidatura Rio 2016. Disponível em: <http://rio2016.com/comite-organizador/transparencia/documentos> Acesso em: Janeiro de 2014.



determinado 18% desse montante, no qual se incluem as instalações esportivas, que representam 4% do total geral. Algumas dessas intervenções já eram julgadas como essenciais para o Rio de Janeiro mesmo se a cidade não fosse sediar os jogos. Mas, está se aproveitando o momento para adiantar sua execução. Será desfrutado, dessa forma, de um orçamento de US\$ 8,8 bilhões do Programa de Aceleração de Crescimento do governo (PAC) que já seria destinado a obras no ERJ (PRONI, 2009). As principais obras a serem realizadas podem ser encontradas no quadro 4, logo abaixo:

Quadro 4: Principais obras e intervenções realizadas no Rio de Janeiro para a preparação para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 e sua área de intervenção

Obra	Área da intervenção
Centro de operações	Infraestrutura
BRT Transoeste	Mobilidade urbana e transportes
BRT Transolímpica	Mobilidade urbana e transportes
Veículo leve sobre trilhos (VLT)	Mobilidade urbana e transportes
CTR* Seropédica	Meio Ambiente
Parque de Madureira	Meio Ambiente e lazer
Reflorestamento de encostas	Meio Ambiente e segurança de habitação
UTRs** para despoluição de rios e lagoas	Meio Ambiente
Ginásio Experimental Olímpico	Esporte, educação e lazer
Vilas Olímpicas	Esporte e lazer
Reforma e ampliação do Sambódromo	Lazer
Parque dos atletas	Esporte e lazer
Parque Olímpico	Esporte
Vila dos Atletas	Habitação

Fonte: <http://www.cidadeolimpica.com.br/> Acesso em: Janeiro de 2014.

Nota: (\*) CTR = Centro de Tratamento de Resíduos.

Nota: (\*\*) UTR = Unidade de Tratamento de Rios.

Além de obras infraestruturais, parte do orçamento será destinado para programas sociais. Será acelerado o processo de reurbanização de favelas e estimulada a prática de esportes por pessoas com renda menos favorecida. Também, para melhorar o desempenho dos atletas brasileiros, serão melhoradas as condições de treinamento para eles. Por fim, serão igualmente destinadas verbas para treinamento e aperfeiçoamento de profissionais, desde as áreas de turismo até segurança.

No Rio de Janeiro há, pelo menos no discurso, a preocupação de repetir modelos de sucesso de realização de Jogos Olímpicos antecedentes de forma a maximizar o retorno social e econômico dos investimentos realizados. Os maiores exemplos são, no caso, as Olimpíadas

de Barcelona em 1992 e de Sidney em 2000. O caso de Barcelona apontou algumas similaridades com o carioca: a região estava em estagnação, com um movimento de saída da indústria e apresentava problemas infraestruturais. Também apresentava, por sua vez, altas taxas de desemprego. Alguns projetos de reurbanização já tinham sido elaborados, mas foram postos em prática com antecedência para a organização dos Jogos. Há de se destacar uma forte reelaboração do sistema de transportes e a instalação dos equipamentos olímpicos em regiões que mais necessitavam de investimentos. Assim, essa cidade obteve êxito em diversos fatores, como a redução das taxas de desemprego e do trânsito, regenerou lugares degradados, melhorou a infraestrutura urbana, dentre outros. Isso melhorou a visão internacional sobre a cidade e a qualidade de vida de seu próprio povo (LO BIANCO, 2010). O grande destaque dos jogos de Sidney ficou por conta da qualificação do enorme contingente pessoal que trabalhou de forma voluntária e, principalmente, o cuidado com o meio ambiente. Nesses Jogos, houve uma extrema preocupação em ser sustentável e seu sucesso nisso influenciou ao COI a ter, na escolha das sedes seguintes, exigências sobre essa prática (PRONI; ARAÚJO; AMORIM, 2008).

Em 2009, pouco antes da escolha do Rio de Janeiro como sede para 2016, foi feito pela Fundação Instituto de Administração (FIA) e pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) um estudo para dimensionar os impactos socioeconômicos que os Jogos Olímpicos poderiam ter sobre o Brasil, em caso de vitória na candidatura. Esse estudo é semelhante aos realizados para a Copa do Mundo de 2014 apresentados no item anterior. Portanto, valem as mesmas ressalvas que foram feitas sobre a tendência à superestimação dos resultados, dentre outras. Nessa simulação, chegou-se à conclusão de que os impactos dos investimentos podem alcançar, até 2027, a ordem de 51,1 bilhões de Dólares (do ano 2008), mostrando um efeito multiplicador de 4,26 para cada Dólar investido. No mercado de trabalho podem ser criadas aproximadamente 120 mil vagas ao ano até 2016. Esses efeitos não estariam restritos ao Rio de Janeiro, se transbordando para todo o Brasil. Por fim, ainda conclui que os setores mais estimulados são os de construção, prestação de serviços às empresas, petróleo e gás, e serviços de informação.

### II.2.3 O legado

A realização de grandes eventos vem junto da discussão sobre o que vai ficar para esse país após o término da realização deles. O que se chama de legado é uma forma de legitimar o enorme montante gasto com os investimentos necessários ao seu cumprimento. Pode-se até tentar fazer simulações para prever os impactos econômicos, como foi visto nos itens anteriores, mas o que realmente será aproveitado é difícil de ser mensurado. Na discussão em nosso trabalho, por exemplo, queremos ver como alguns fatores podem ajudar na recuperação da cidade do Rio de Janeiro e sua respectiva dinamização. Simulações de produto e de nível de emprego são muito pontuais, visto que muita coisa é temporária, e vai-se embora após o término do evento. Os investimentos para os grandes eventos podem, e provavelmente já estão afetando a economia carioca. Mas as consequências intangíveis são pelo menos tão importantes quanto as que podem ser mensuradas, para uma recuperação plena do município.

Portanto, no debate de como maximizar os benefícios de se sediar um grande evento, para que esses não se limitem com o final dele, alguns procedimentos são sugeridos. Primeiramente, os jogos é que devem servir à cidade, não o contrário. Em segundo lugar, é necessária uma forte integração entre todas as esferas de poder público, o setor privado e das variadas camadas da sociedade, para melhor avaliar e servir aos interesses de todos. Em seguida, se destaca um planejamento prévio e correto do Governo, que deve ser aliado às iniciativas privadas, assim como seu correto cumprimento. Por último, é imensamente útil se basear em edições anteriores sobre o que foi feito em cada cidade sede e que teve consequências positivas, mas se aliando às suas devidas particularidades. Consequentemente, é mais favorável que se realizem investimentos em áreas mais necessitadas, e que seja uma preocupação a de não criar equipamentos que se tornarão obsoletos após os jogos, criando um crescimento sustentado, na qual o pontapé inicial podem ser os gastos realizados para os jogos (LO BIANCO, 2010). Esse mesmo autor separa, então, de onde esse legado pode surgir (quadro 5). Poderá se notar que a maior parte desse legado não pode ser precificado, tanto quanto os aspectos positivos que eles podem trazer.

Quadro 5: Tipos de legados de grandes eventos

Fonte do legado	Áreas a ser impulsionadas
Legados do evento em si	Instalações, infraestrutura, equipamentos, emprego, aumento da atividade física
Legados da candidatura	Planejamento urbanístico da cidade a ser aproveitado pelo poder público
Legados da imagem do Brasil	Projeção de oportunidades econômicas e da imagem do país e da cidade-sede, interna e externamente; nacionalismo e autoconfiança
Legados de governança	Planejamento participativo, cooperação entre as instâncias do poder público, parceria público-privada
Legados de conhecimento	Know-how da força de trabalho, voluntariado, transferência de conhecimento para futuros eventos, conhecimento sobre a organização e organizadores, estruturas a serem aproveitadas pelo país e cidade-sede

Fonte: BRASIL, 2008 apud BIANCO, 2010, p.33.

No caso carioca, caso seja seguido o planejamento inicial, diversos proveitos podem ser auferidos. A imagem da cidade, que sempre foi conhecida no exterior pelas suas belezas naturais, mas também pelos altos índices de violência, pode ser resgatada. Assim, o número de turistas aumentaria não só durante os eventos, mas também posteriormente. A isso também coopera o interesse do setor hoteleiro em ampliar suas instalações no Rio, o que absolutamente tem influência da realização dos eventos no futuro próximo. A melhoria na infraestrutura da cidade, principalmente nos transportes, no urbanismo e na acessibilidade, além da despoluição das águas, reflorestamento e estímulo à prática de esportes ampliaria as condições de vida dos habitantes, reduzindo, por exemplo, o tempo de deslocamento, e elevando a saúde dos habitantes. O aperfeiçoamento da segurança pública, não só durante o evento, mas de forma permanente, também vai de encontro com o que já foi dito. A capacitação e treinamento de mão de obra, mesmo se essa for voluntária, ajuda na qualificação dos indivíduos. Também é necessária evolução na tecnologia em informação, de forma a diminuir as falhas e o tempo de transmissão de dados. O ambiente para se fazer negócios, dessa forma, com certeza melhoraria, atraindo mais filiais de empresas e capitais. Dessa maneira, seriam estabelecidas e aproveitadas as 5 classes de legado apresentadas. Por isso, pode-se entender o resultado de uma pesquisa realizada pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), na qual mais da metade dos representantes de empresas perguntados acreditavam que os grandes eventos irão afetar positivamente os resultados de sua companhia<sup>16</sup>.

A maioria dos fatores do parágrafo anterior é, portanto, intangível, mas extremamente

16 Fonte: [http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1270:reportagens-materias&Itemid=39](http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1270:reportagens-materias&Itemid=39) Acesso em janeiro de 2014.

expressivo para cooperar no crescimento de longo prazo do município. Também é significativo perceber que se trata, salvas algumas exceções, de setores não industriais. O favorecimento a esses setores em um processo de retomada e crescimento é mais condizente com o papel que deve exercer uma cidade de maior porte e mais central, ao contrário de estímulos à proliferação de polos industriais.

### **II.2.3 Conclusão e considerações finais**

A escolha e a realização de grandes eventos na cidade do Rio de Janeiro é uma certa demonstração de força. O município ficará em evidência no período em torno da realização desses eventos e é de suma importância que seja passada uma imagem positiva. Mas não só a imagem passada, como também os investimentos a serem realizados, não podem ter como objetivos apenas o cumprimento das obrigações frente aos órgãos internacionais para a ocorrência dos jogos: tem-se que mirar o longo prazo. Tudo que será feito, ainda mais se lembrando das enormes cifras que estão envolvidas, pode e tem a obrigação resultar em melhorias para a cidade e para a população nos anos subsequentes.

O impacto econômico direto, como o estimado pelas simulações apresentadas, poderá ser enorme, tal como o da exploração do petróleo do pré-sal. Mas esses efeitos são pontuais e finitos, ou seja, após um certo tempo eles irão se esgotar. Por isso, é necessário que seja planejado o correto uso dos investimentos de forma a garantir um crescimento sustentado para o período posterior ao término dessas realizações. É nesse contexto que aparece a importância do legado intangível. O papel que esse terá para a cidade, no caso de sucesso, é o de cooperar para o retorno da centralidade, mas não voltada para o lado produtivo industrial, e sim na prestação de serviços, como por exemplo nas atividades de turismo e empresariais, pautados na melhoria da imagem do município frente ao exterior e na melhoria de sua infraestrutura.

Através dos investimentos que estão sendo realizados, devem estar sendo estimulados setores como: obras de infraestrutura; transporte terrestre; alojamento, serviços de tecnologia de informação; e atividades esportivas e de recreação e lazer. Tais setores podem já estar apresentando maior dinamismo em relação ao restante da economia carioca.

## II.3 O PROJETO PORTO MARAVILHA

### II.3.1 Degradação e reativação de áreas urbanas

Com o passar dos anos, muitas grandes cidades de todo o mundo começaram a ver que algumas de suas áreas foram ficando defasadas em relação à outras. Alguma parte de um município pode ter sido, no passado, o centro econômico dele. Mas a própria presença dos fatores que garantiam essa posição, como a existência de indústrias ou de uma região portuária, podem começar a trazer problemas que iniciam um processo de afastamento de sua população e de suas atividades. O grande tráfego de pessoas e automóveis, a poluição do ar, das águas e sonora, o envelhecimento de seus edifícios e a falta de investimentos na região por parte de seu governo são alguns desses fatores. Pode também ser um condicionante a perda de funcionalidade dos equipamentos que garantiam dinamismo ao lugar, causando seu esvaziamento. Aos poucos, os habitantes que têm um maior nível de renda começam a se mudar para lugares que oferecem melhores condições de vida. Depois, a piora nas condições de se trabalhar e fazer negócios também afasta as empresas, principalmente do setor de serviços. Passa a restar no lugar apenas algumas pessoas das camadas menos favorecidas da população, um pequeno setor de comércio que os abastece e algumas poucas empresas. Assim, essa parte da cidade perde toda a atratividade que pode ter tido anteriormente, apresentando pouco dinamismo e baixo índice de desenvolvimento humano. Portanto, quem ainda habita esses lugares sofre com falta de segurança, de um sistema adequado de saúde, de opções de lazer, e de oportunidades, dentre outras coisas.

Tem sido de interesse do governo de diversas cidades que apresentaram esse tipo de problema a realização de investimentos para tentar trazer de volta a atratividade e o dinamismo a esses lugares. Dentre os principais estímulos a isso pode-se citar a falta de áreas de expansão da cidade, tanto habitacionalmente quanto economicamente, a possibilidade de sediar um grande evento, o interesse em desenvolver um novo polo turístico e cultural, a melhoria da imagem desse lugar, regionalmente e até internacionalmente, ou mesmo a vontade de melhorar as condições de vida dos residentes.

Nesse sentido, dos Santos (2010) destaca que com a mudança da dinâmica das grandes cidades, quando passa a preponderar o setor de serviços em relação ao industrial, atividades ligadas à cultura e lazer que, além de tudo, ajudam com a criação de fatores atrativos para turistas, passaram a ter maior atenção por parte do governo. É interessante para ele garantir maior oferta nesses setores, garantindo novos meios de geração de renda. Áreas com fortes marcas históricas e culturais teriam um apelo maior, porque já atraem interesse sem a necessidade de criação de novos elementos. Elas já despertam a atenção por mostrar as particularidades da cidade, necessitando apenas de um destaque. Regiões que já foram centrais têm, muito provavelmente, um marco histórico rico. Portanto, no caso de estarem degradados, a revitalização ou redinamização desses espaços pode ter consequências muito positivas. Como veremos adiante, a região do porto do Rio de Janeiro se encaixa nessas características.

Toledo (2012) destaca que a tentativa de revitalizar uma área é buscar soluções para problemas que o próprio desenvolvimento da cidade causou. Adiciona que mesmo que haja interesses econômicos, o processo de recuperação para a utilização de uma região deve se dar de maneira sustentável, inserindo uma citação de Rolnik e Botler (2004) que trata que a reabilitação de um espaço deve promover diversidade de usos e atividades, preocupando-se também com o lado urbano e social. Deve compreender, portanto, melhoria infraestruturais, dos serviços urbanos e reaproveitamento de locais vazios, abandonados ou subutilizados. É importante, portanto, a participação de todas as camadas da sociedade para se realizar um projeto que traga benefícios a uma quantidade maior de agentes.

Então, muitos exemplos de áreas que receberam investimentos e incentivos para serem reaproveitadas podem ser citados. Muitas delas têm em comum o fato de terem sido regiões portuárias. Toledo (2012) lista alguns deles em sua dissertação, baseada no trabalho de Verena Andreatta, de 2010. Um dos espaços mais famosos é o Port Vell em Barcelona (Espanha). Aproveitando que iria ser sede dos Jogos Olímpicos de 1992, o governo local decidiu por instalar nesse lugar, que é próximo ao centro histórico da cidade, alguns dos equipamentos necessários para a realização dos Jogos, além de elaborar intervenções urbanas e infraestruturais. Para isso constituiu uma gerência específica para planejar, executar e cuidar do funcionamento e da gestão do projeto de revitalização. É interessante ver que, pela semelhança com o caso carioca, algumas experiências podem ser aproveitadas. Outro lugar bastante destacado é Porto Madero, em Buenos Aires (Argentina). Nesse caso, apesar de se ter

dado uma nova dinâmica a esse lugar, o objetivo de reintegrá-lo ao tecido urbano da cidade não foi cumprido. Com restaurantes caros e edifícios de vista exclusiva, tornou-se uma zona elitista. Também há o caso de revitalização do Kop van Zuid em Roterdã (Holanda), no qual foi notória a integração e cooperação entre as autoridades públicas, especialistas e cidadãos. Essa parceria garantiu credibilidade ao setor público, possibilitando maior consensualização entre as partes. Algumas outras cidades que tiveram espaços revitalizados foram Baltimore, nos Estados Unidos, Cidade do Cabo, na África do Sul, Hong Kong (China) e Hamburgo, na Alemanha.

No Rio de Janeiro, sua região portuária se encontra nesse estado de degradação e obsolescência. Como veremos adiante, essa localidade tem uma importância histórica e cultural muito grande para a cidade, mas mesmo isso não foi suficiente para garantir que ela acompanhasse o desenvolvimento do município nas últimas décadas. Desde então, foram pensadas algumas formas de reinserir esse espaço econômico e urbanamente. Entretanto, poucos avanços foram obtidos. No ano de 2009 um projeto mais sério foi apresentado, chamado de Porto Maravilha. A ideia já existia, mas sua elaboração está relacionada à escolha do Rio de Janeiro como sede para as Olimpíadas de 2016. Contudo por ser uma intervenção tão grande, está sendo tratada separadamente. Veremos no item a seguir um pouco da história e importância da zona portuária para o MRJ. Em seguida, será apresentado o projeto e seus possíveis impactos para a região.

### **II.3.2 A evolução e a deterioração da zona portuária do município do Rio de Janeiro**

A região portuária do Rio de Janeiro, como já destacado no item I.1, teve suma relevância para o desenvolvimento econômico e social da cidade. Ganhou importância a partir do ciclo da mineração e da intensificação do tráfego negreiro. Com as atividades de comércio exterior, ajudou na acumulação de capital mercantil que seria uma das condições para o aparecimento da cultura de café e da indústria nesse município. A cidade foi, aos poucos, se desenvolvendo ao redor do porto e do centro histórico, conferindo a ambos uma proximidade geográfica e histórica, com os bairros a sua volta começando a se desenvolver. Com o crescimento da região, processos de urbanização foram necessários, tal como novos



equipamentos para o porto. Assim, edificaram-se trapiches para o armazenamento de café e o Cais do Valongo para a movimentação da crescente quantidade de escravos, que iriam trabalhar no campo brasileiro. Já no século XIX, principalmente após a vinda da Família Real de Portugal, a região portuária terminou de integrar-se com o restante da cidade, tendo ainda mais destaque pela sua importância logística, tanto para a exportação quanto para a distribuição nacional de produtos e alimentos, e por ser a porta de entrada do Brasil. Nisso, seu contorno já estava praticamente todo ocupado. Foram necessárias, portanto, algumas ampliações, para que o porto desse conta de um fluxo cada vez maior de pessoas e mercadorias. Foi assim que surgiu, por exemplo, o Moinho Fluminense e as Docas Nacionais, além de melhorias infraestruturais para a ligação com o sistema de bondes e ferrovias. Mas já nessa época, apesar de constituir uma zona habitável, sua população era predominantemente de pessoas menos favorecidas, muitos dos quais trabalhavam em algumas funções do porto. Muita gente evitava passar por esse local por considerá-lo sujo, perigoso e a origem de surto de algumas doenças. As condições de vida nesse lugar já não eram, portanto, razoáveis. Nesse contexto se formou a primeira favela do Brasil, no Morro da Providência em 1897 (COSTA, 2011).

Com a virada para o século XX, intervenções continuaram acontecendo na região portuária. Dentre as reformas urbanas propostas pelo prefeito Pereira Passos, algumas melhorias foram destinadas ao porto, dada a sua má fama e sua importância econômica. Após essa reforma, durante todo o século, o porto continuou a expandir-se, mas sem melhorias infraestruturais para o seu entorno, levando à configuração atual. A partir dos anos 60, com avanços tecnológicos, muitos dos seus equipamentos começaram a se tornar obsoletos. A entrada em funcionamento de outros portos mais modernos, como o de Itaguaí no próprio estado fluminense, colaborou para a perda de função de algumas de suas atividades. Na década de 80 foi levantado o viaduto da Perimetral, que mostrou um grande potencial de degradação para a região. Assim, muitos armazéns e outras edificações foram sendo desativados e, sem manutenção, ficaram em estado precário, dando à região um ar de abandono. Com isso, os bairros ao seu redor se desvalorizavam e se isolavam da cidade, com a saída de ocupações comerciais e deslocamento para seu interior apenas de pessoas com menor renda. A população desse espaço começou então a cair nos anos 90. Dessa forma, a degradação física e social da área ficou evidente (TOLEDO, 2012).

### II.3.3 O projeto de revitalização

Ao objetivo de dar nova dinamização e reinserir uma área na dinâmica de seu entorno, urbano, econômico e socialmente, muitos sinônimos podem ser empregados, com leve diferença entre eles. Revitalização, refuncionalização, renovação, redinamização, requalificação, regeneração, recuperação e revalorização são alguns deles. Com esse intuito, dado o potencial cultural, econômico e social da zona portuária carioca, muitos projetos foram elaborados a partir dos anos 90, mas todos eles não tiveram muitos avanços, apresentando apenas algumas ações pontuais. Em 2001, por exemplo, foi sugerido o Plano de Recuperação e Revitalização da Região Portuária – PORTO DO RIO. A linha de ação desse plano era na implantação de empreendimentos imobiliários, comerciais e residenciais, com ênfase no estímulo às atividades culturais e de entretenimento, com reaproveitamento de terrenos de posse dos entes públicos. Era de interesse do programa, por exemplo, a reformulação da paisagem da região e a instalação de equipamentos culturais, de forma a incentivar o setor turístico nesse espaço (IPP, 2003). Todavia, poucas iniciativas planejadas foram realizadas, com o plano caindo em esquecimento alguns anos depois. Mesmo assim, algumas de suas ideias puderam ser aproveitadas como inspiração para o Porto Maravilha, projeto instituído em 2009 e que finalmente vingou.

O novo plano está sendo implementado nos bairros de Santo Cristo, Gamboa e Saúde e em setores de São Cristóvão, Centro e Cidade Nova, o que compreende uma área de aproximadamente 5 milhões de metros quadrados e que tem um dos piores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) da cidade. Dividido em 2 etapas, o projeto está sendo financiado pela iniciativa pública (1ª parte) e pela iniciativa privada (2ª parte), além do uso de parcerias público-privada (PPP). Na parte infraestrutural, está acontecendo uma recuperação da malha urbana, dos meios de transporte e mobilidade, e do meio ambiente, conferindo novos usos ao solo. Está prevista, só nesse setor, a criação de 20 mil empregos e investimentos da ordem de 3 bilhões de reais. Também é objetivo a melhoria nas condições habitacionais, prevendo o aumento da população local de 20 mil para 100 mil habitantes. Para isso, coopera a recuperação do casario e a implantação de UPP no Morro da Providência. Ainda se planeja a criação de um polo turístico no local, aproveitando o patrimônio histórico e cultural presente, como já mencionado, e com a construção de novos equipamentos de cultura

e entretenimento (a exemplo do Museu do Amanhã, que está em construção e do Museu de Arte do Rio, já inaugurado). Por fim, também se tem como propósito a atração de sedes empresariais e companhias do ramo da tecnologia da informação, dando nova vida a atividade econômica na região. Para facilitar, será aproveitada em cada região a sua vocação já existente, com o seu respectivo reforço. (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 2009).

Ainda de acordo com a prefeitura (2009), a primeira fase do projeto, já concluída, foi financiada com recursos próprios, com investimento total de aproximadamente R\$ 200 milhões. As principais obras realizadas podem ser encontradas no quadro 6 abaixo:

Quadro 6: Principais obras e intervenções da fase 1 do Projeto Porto Maravilha

Obra	Área da intervenção
Urbanização do Píer Mauá	Infraestrutura urbana
Revitalização da Praça Mauá	Infraestrutura urbana
Calçamento, iluminação pública, drenagem e arborização	Infraestrutura urbana
Reurbanização do Morro da Conceição	Infraestrutura urbana
Implementação da Via Binário	Mobilidade urbana
Demolição de parte do Viaduto da Perimetral	Mobilidade urbana
Construção de garagem subterrânea na Praça Mauá	Transportes

Fonte: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro – Projeto Porto Maravilha. Disponível em:  
[http://www.camara.rj.gov.br/planodiretor/pd2009/porto2009/aud\\_public\\_porto\\_maravilha.pdf](http://www.camara.rj.gov.br/planodiretor/pd2009/porto2009/aud_public_porto_maravilha.pdf)  
 Acesso em Janeiro de 2014.

Na reurbanização do Morro da Conceição fica o destaque para a restauração dos Jardins Suspensos do Valongo e da Pedra do Sal. Nesse primeiro estágio ainda se ressalta a redescoberta do Cais do Valongo e do Cais da Imperatriz. Assim, se acentua o aproveitamento dos atrativos históricos da região.

A segunda etapa se caracteriza pela viabilização através da venda de Certificados de Potencial Adicional Construtivo (CEPACs). Nessa, títulos imobiliários são vendidos em leilões pela Comissão de Valores Mobiliários para os interessados. Com esse certificado, autoriza-se a construir acima do gabarito permitido (evidentemente, ainda sob um certo limite) aumentando o potencial construtivo da região. Todo o montante arrecadado nos leilões tem que ser investido na região portuária, com 3% separados para a restauração de seu patrimônio histórico e mais 3% para programas de desenvolvimento para moradores e trabalhadores locais. Está previsto, nessa fase, a inversão de cerca de R\$ 3 bilhões

(PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 2009). O valor arrecadado será destinado para as obras vistas no quadro 7, que estão sendo realizadas pela iniciativa privada com fiscalização e coordenação do poder público. O responsável pelas intervenções é o Consórcio Porto Novo, composto pela OAS, Odebrecht e Carioca Engenharia.

Quadro 7: Principais obras e intervenções da fase 2 do Projeto Porto Maravilha

Obra	Área da intervenção
Implantação de novas vias e ciclovias	Infraestrutura urbana
Melhoria na rede de água potável, drenagem pluvial, esgoto sanitário	Infraestrutura urbana
Melhoria na rede de energia elétrica e iluminação pública	Infraestrutura urbana
Sistema de melhoria da qualidade das águas do Canal do Mangue	Infraestrutura urbana
Complementação da Via Binário	Mobilidade urbana
Complementação da demolição do Viaduto da Perimetral	Mobilidade urbana
Construção de túnel entre a Praça Mauá e a Avenida Francisco Bicalho	Mobilidade urbana
Construção de rampas ligando o Viaduto do Gasômetro ao Santo Cristo	Mobilidade urbana
Ampliação do Túnel Ferroviário sob o Morro da Providência para o fluxo de carros	Mobilidade urbana
Implantação de mobiliário urbano	Infraestrutura urbana

Fonte: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro – Projeto Porto Maravilha. Disponível em: [http://www.camara.rj.gov.br/planodiretor/pd2009/porto2009/aud\\_public\\_porto\\_maravilha.pdf](http://www.camara.rj.gov.br/planodiretor/pd2009/porto2009/aud_public_porto_maravilha.pdf) Acesso em Janeiro de 2014.

Como uma forma de conferir mais credibilidade e atratividade para a região, além de tentar aumentar o aproveitamento do possível legado que os Jogos Olímpicos podem auferir, alguns dos empreendimentos que serão usados nos Jogos foram transferidos da Barra da Tijuca para a região portuária. Dessa forma, foram deslocadas vilas de árbitros e de mídia não credenciada. Ainda segundo o site oficial do Projeto Porto Maravilha<sup>17</sup>, há a preocupação com o lado social na área, com a instalação de creches, escolas e Unidades de Pronto-Atendimento (UPAs), além da recuperação da qualidade ambiental desse espaço. Também serão elaborados programas de formação profissional e desenvolvimento comunitário e estimulada a formalização e regularização das atividades econômicas.

O êxito do programa pode ser visto através do interesse dos agentes da iniciativa privada em implantar projetos na zona portuária ou reformar antigos edifícios. Enquanto uns ainda estão em fase de estudo, outros já tiveram suas obras finalizadas. Uma lista com alguns desses empreendimentos pode ser vista no quadro 8.

<sup>17</sup> Disponível em: <http://portomaravilha.com.br/web/sup/OperUrbanaApresent.aspx> Acesso em Janeiro de 2014.

Quadro 8: Principais empreendimentos da iniciativa privada na região portuária

Empreendimento	Estágio da implantação
Porto Brasilis	Finalizado
Alfa Corporate	Em andamento
Complexo Porto Atlântico Business Square	Em andamento
Port Corporate Tower	Em andamento
Trump Towers Rio	Em andamento
Prédio corporativo da CONCAL	Em estudo
Prédio corporativo da Fibra Experts	Em estudo
Bayview	Em estudo
Centro de Tecnologia Avançada da Microsoft	Em estudo
Complexo Empresarial Porto Maravilha	Em estudo
FII Porto Maravilha	Em estudo
Hotel da rede Accor	Em estudo
Hotel da rede Hyatt	Em estudo
Nova sede do grupo das Lojas Americanas	Em estudo
Porto Maravilha Corporate	Em estudo
Prédio corporativo Barão da Tefê	Em estudo
Prédio corporativo da Construtora CHL	Em estudo
Prédio corporativo da WTORRE	Em estudo
Prédio corporativo MDL Reality	Em estudo
Prédio corporativo Sandria Projetos e Construções Ltda.	Em estudo
Prédio corporativo Venezuela	Em estudo
Barão da Tefê 27	Em estudo
Torre Carioca	Em estudo
Torre Centro	Em estudo
Torre Maravilha	Em estudo

Fonte: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=751306> Acesso em: Janeiro de 2013

Todos esses projetos são destinados para as áreas comercial ou habitacional. A real concretização de pelo menos uma parte desses empreendimentos implicará em capacidade de atração de capital, de sede de empresas e de fluxo de pessoas, estimulando também os setores de serviços e comerciais, dando nova vida econômica e social na região. O potencial turístico será alavancado pela presença de hotéis, restaurantes e instalações históricas e culturais, montando um novo destino na cidade do Rio de Janeiro.

### III.3.4 Conclusão e Considerações finais

A área portuária do município do Rio de Janeiro foi, e ainda é, de extrema importância para o desenvolvimento da cidade, com uma história recheada de fatos relevantes. Entretanto,

com o passar dos anos, foi sofrendo com a falta de investimentos e infraestrutura, tornando-se uma área degradada e desvalorizada. Nesse sentido, a prefeitura da cidade lançou o Projeto Porto Maravilha, visando a reinserção desse espaço na dinâmica urbana, econômica e social do resto do município. Dentre outros programas desse tipo tentados anteriormente, apenas esse obteve sucesso em tocar para frente suas propostas, talvez por influência do fato de que a cidade sediará os Jogos Olímpicos de 2016.

Esse plano de revitalização está compreendendo diversas melhoras infraestruturais, desde setores básicos como saneamento e iluminação, até nos transportes e no paisagismo. Além de dar uma nova dinâmica interna a esse espaço, pretende-se aproveitar a sua importância histórica e cultural para atrair o turismo. Com o incentivo à vinda do setor privado e com as PPPs, diversos empreendimentos estão sendo elaborados, o que ajudará a reativar economicamente a região. No futuro, caso de complete o êxito do programa, diversos setores econômicos serão favorecidos, principalmente os terciários e quaternários, se preterindo as atividades produtivas. Dessa maneira, poderá ajudar o produto interno do município a apresentar maior dinamismo.

Por hora, é razoável acreditar, devido às intervenções já concluídas e as que ainda estão sendo realizadas, que os setores: construção de edifícios; obras de infraestrutura; transporte terrestre; serviços de tecnologia de informação; atividades de sedes de empresas; e serviços de arquitetura e engenharia já estejam apresentando resultados melhores que os demais, colaborando com o crescimento recente da cidade.

## II.4 UMA ANÁLISE SOBRE ALGUNS SETORES

### II.4.1 Os setores escolhidos

Foram apresentados nos itens anteriores alguns eventos que podem estar ajudando o município do Rio de Janeiro a voltar a ter um patamar de destaque na economia nacional. A

princípio, parece sensato esperar que eles irão gerar efeitos positivos. Conforme visto, observou-se um retorno dessa cidade ao crescimento após a metade da primeira década do terceiro milênio. Mas ainda é difícil dizer até que ponto, ou mesmo se outros fatores negativos equilibrarão os impactos, promovendo a volta da estagnação. Por hora, podemos tentar avaliar se já há algum tipo de relação entre tais eventos e os resultados da economia carioca. Para isso, foram separados alguns setores que apresentam relação direta com os acontecimentos apresentados, tendo sido ressaltados na conclusão de cada item do capítulo. Esses setores, chamados de divisão pela classificação da CNAE2.0, estão listados no quadro 9 abaixo, que também apresenta quais subsetores (grupos) estão inseridos em cada um. A escolha do uso da classificação CNAE será explicada no item sobre a metodologia aplicada.

Quadro 9: Setores econômicos escolhidos - e suas desagregações - classificados conforme as divisões e grupos da CNAE2.0, e seus códigos representativos			
Divisão		Grupos	
B06	Extração de petróleo e gás natural	B060	Extração de petróleo e gás natural
F41	Construção de edifícios	F411	Incorporação de empreendimentos imobiliários
		F412	Construção de edifícios
F42	Obras de infraestrutura	F421	Construção de ferrovias, rodovias, obras urbanas e obras-de-arte especiais
		F422	Obras de infraestrutura para energia elétrica, telecomunicações, água, esgoto, e transporte por dutos
		F429	Construção de outras obras de infraestrutura
H49	Transporte terrestre	H491	Transporte ferroviário e metroviário
		H492	Transporte rodoviário de passageiros
		H493	Transporte rodoviário de carga
		H494	Transporte dutoviário
		H495	Trens turísticos, teleféricos e similares
I55	Alojamento	I551	Hotéis e similares
		I559	Outros tipos de alojamento não especificados anteriormente
J62	Atividades dos serviços de tecnologia da informação	J620	Atividades dos serviços de tecnologia da informação
M70	Atividades de sedes de empresas e de consultoria em gestão empresarial	M701	Sedes de empresas e unidades administrativas locais
		M702	Atividades de consultoria em gestão empresarial
M71	Serviços de arquitetura e engenharia; testes e análises técnicas	M711	Serviços de arquitetura e engenharia e atividades técnicas relacionadas
		M712	Testes e análises técnicas
M72	Pesquisa e desenvolvimento científico	M721	Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais
		M722	Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências sociais e humanas
R93	Atividades esportivas e de recreação e lazer	R931	Atividades esportivas
		R932	Atividades de recreação e lazer

Fonte: Elaboração própria a partir da classificação CNAE2.0 disponível em: [http://www.cnae.ibge.gov.br/estrutura.asp?TabelaBusca=CNAE\\_200@CNAE%202.0](http://www.cnae.ibge.gov.br/estrutura.asp?TabelaBusca=CNAE_200@CNAE%202.0) Acesso em Janeiro de 2013

## II.4.2 Metodologia

Para acompanhar o desempenho dos setores listados, serão utilizadas as estatísticas disponibilizadas pelo Cadastro Central de Empresas (CEMPRE) do IBGE e pela Demografia das Empresas, trabalho do mesmo órgão.

O CEMPRE é um cadastro que reúne dados das organizações que têm um Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) e que responderam, no ano de referência, às pesquisas do IBGE nas áreas da indústria, comércio, serviços e construção, ou à Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho. Quando há conflito de informações entre uma das pesquisas e a RAIS, prevalece a pesquisa do IBGE. No CEMPRE há dados referentes à razão social, código de natureza jurídica, classificação da atividade econômica principal, ano de fundação, pessoal ocupado total, assalariado e assalariado médio mensal, e salários e outras remunerações, dentre outros. A classificação de atividade econômica principal segue às desagregações da Classificação Nacional de Atividades Econômicas 2.0 (CNAE2.0). Havia, no ano de 2011, um total de 15,7 milhões de empresas e 17,2 milhões de unidades locais (endereços de atuação), das quais 87% eram entidades empresariais e o restante órgãos da administração pública ou entidades sem fins lucrativos. Devido às mudanças na forma de se classificar uma empresa como ativa e à adoção do sistema internacional de classificação de atividades econômicas, a CNAE2.0, há uma quebra na série no ano de 2006 que impossibilita a comparação com anos anteriores. A nova metodologia foi empregada a partir de 2007, mas foi feita uma versão revista referente ao ano de 2006 aplicando a nova metodologia. No novo procedimento, é possível a comparação dos resultados de forma internacional, com os países que também usam a CNAE2.0 (CEMPRE, 2011)<sup>18</sup>.

A publicação da Demografia das Empresas aplica as mesmas metodologias e fontes do CEMPRE, mas com um foco diferente. Mesmo que o número de empresas ativas em um certo ano permaneça inalterado, pode ter havido um grande fluxo de entrada e saída de firmas. Além disso, a queda de atividade em um setor conjuntamente ao aumento em outro pode significar tanto o fim de uma empresa e o início de outra, quanto o simples movimento de

---

<sup>18</sup> Disponível em: [ftp://ftp.ibge.gov.br/Economia\\_Cadastro\\_de\\_Empresas/2011/notas\\_tecnicas.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Economia_Cadastro_de_Empresas/2011/notas_tecnicas.pdf) Acesso em: Janeiro de 2014.



mudança de atividade principal de uma companhia. Outras transformações que podem acontecer são o crescimento no número de empregados ou o processo de fusão de duas empresas. Essas e algumas outras questões são tratadas na Demografia das Empresas. Para nós, em particular, será interessante o conceito de empresa de alto crescimento, que é uma: “(...) empresa com crescimento médio de pessoal ocupado assalariado igual ou maior que 20% ao ano, por um período de três anos. Foram consideradas somente as empresas com 10 ou mais pessoas assalariadas no ano inicial de observação” (DEMOGRAFIA DAS EMPRESAS, 2011, p.20)<sup>19</sup>.

Foram escolhidas para a nossa análise as variáveis de número de unidades locais, pessoal ocupado total, salários e outras remunerações e número de unidades locais de empresas de alto crescimento. O período selecionado terá início em 2006, devido à mudança metodológica que impede a montagem de uma série maior, e se estende até 2011, ano da última publicação. Foram elaborados 3 intervalos: 2006-2011, 2006-2009 e 2009-2011. A partir deles, foi tirada a média de crescimento das 4 variáveis para cada divisão selecionada, para o município do Rio de Janeiro, o Estado do Rio de Janeiro e o Brasil. Assim, pode ser feita a comparação dos números do município com o total das divisões, do estado e do Brasil, e a evolução nos últimos 3 anos em relação aos 3 precedentes. Também será acompanhado a evolução do salário médio nas 3 regiões escolhidas.

É esperado ver que, após o anúncio da descoberta do pré-sal, em 2007, do recebimento do direito a sediar os Jogos Olímpicos de 2016 e do início do Projeto Porto Maravilha, ambos em 2009, haja um incremento no crescimento das variáveis da maioria das divisões selecionadas. Por isso, se espera ver nessas divisões resultados mais expressivos do que a média dos anos anteriores e do que a média de todas as divisões, para o município, além de maior crescimento dentro da divisão em relação ao estado e ao país. Assim, se explica a separação pré e pós o ano de 2009. Os resultados encontrados serão apresentados nos itens a seguir.

---

<sup>19</sup> Disponível em: [ftp://ftp.ibge.gov.br/Demografia\\_das\\_Empresas/2011/demoemp2011.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Demografia_das_Empresas/2011/demoemp2011.pdf) Acesso em: Janeiro de 2014.

## **II.4.3 Resultados**

### *II.4.3.1 Número de unidades locais*

O crescimento no número de unidades locais presentes no município do Rio de Janeiro aumentou após o ano de 2009, seguindo o movimento do estado (tabela 21). Enquanto isso, essa taxa decresceu no Brasil. Das divisões escolhidas, 6 tiveram ganho em seu crescimento depois de 2009. São elas: obras de infraestrutura; transporte terrestre; alojamento; serviços de arquitetura e engenharia; e pesquisa e desenvolvimento científico. Essa última teve o desempenho mais impressionante: saltou de uma média de 4,8% para 16,6%. Pelo lado negativo, o destaque fica para a extração de petróleo e gás natural, que inverteu sua trajetória de crescimento para decréscimo (de 10,7% para -4,26%).

Apenas 3 das divisões selecionadas tiveram um desempenho superior ao brasileiro no agregado de todo o intervalo: transporte terrestre, atividades de serviços de tecnologia da informação e atividades de sedes de empresas. Na comparação com o restante do estado, esse número é superior: 5 divisões tem melhor performance (se exclui o transporte terrestre e adiciona os serviços de arquitetura e engenharia, pesquisa e desenvolvimento científico, e atividades esportivas e de recreação e lazer). As mesmas 5 são as que mostraram desempenho superior ao estadual na comparação apenas entre os 3 últimos anos da série. Para esse mesmo intervalo, em comparação ao Brasil, 4 divisões exibiram ritmo mais elevado: transporte terrestre, atividades de serviços de tecnologia da informação, atividades de sedes de empresas e pesquisa e desenvolvimento científico. Todas as taxas desse período estavam relativamente próximas às brasileiras, com apenas a pesquisa e desenvolvimento científico destoando um pouco, com 3,3 pontos percentuais a mais.

Tabela 21: Taxa de crescimento médio do número de unidades locais das divisões selecionadas no MRJ, ERJ e Brasil: 2006-2010

Seção CNAE 2.0	Região								
	Mun. Rio de Janeiro			Est. Rio de Janeiro			Brasil		
	Intervalo			Intervalo			Intervalo		
	06 – 09	09 – 11	06 – 11	06 – 09	09 – 11	06 – 11	06 – 09	09 – 11	06 – 11
<b>Total*</b>	2,61	3,33	2,97	2,61	3,60	3,01	4,16	3,08	3,73
Extração de petróleo e gás natural	10,65	-4,26	4,43	15,58	9,98	13,31	19,14	18,86	19,03
Construção de edifícios	8,08	5,11	6,88	6,76	8,43	7,43	9,40	11,66	10,30
Obras de infraestrutura	2,35	4,72	3,29	2,70	6,28	4,12	3,63	6,07	4,60
Transporte terrestre	4,37	8,73	6,09	4,88	11,41	7,45	5,28	7,20	6,04
Alojamento	-0,59	1,29	0,16	1,08	2,98	1,84	3,29	2,59	3,01
Ativs dos servs de tecnologia da inf	8,81	1,65	5,89	7,04	-10,64	-0,42	6,16	0,56	3,88
Ativs de sedes de empresas	6,35	5,27	5,92	5,23	3,23	4,42	7,10	2,27	5,14
Servs.de arquitetura e engenharia	4,48	5,58	4,92	4,50	5,08	4,73	8,49	5,74	7,38
Pesq e desenvolvimento científico	4,78	16,60	9,36	4,55	15,02	8,62	11,85	13,32	12,44
Ativs esp e de recreação e lazer	2,29	2,52	2,38	1,96	2,18	2,05	5,12	2,58	4,09

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do CEMPRE recebidos após solicitação nos canais de comunicação do IBGE: [ibge@ibge.gov.br](mailto:ibge@ibge.gov.br)

Nota (\*) Não foi disponibilizado o resultado do total das divisões para o município do Rio de Janeiro para o ano de 2006, por isso seu crescimento médio é calculado a partir de 2007

No geral, o desempenho visto para o crescimento do número de unidades locais no município do Rio de Janeiro nas divisões selecionadas ficou aquém do esperado. Mesmo assim, algumas atividades merecem destaque. Além de ter um grande aumento a partir de 2009, a divisão de pesquisa e desenvolvimento científico mostrou resultado superior ao brasileiro e ao fluminense. As atividades de serviços de tecnologia da informação e de sedes de empresas mostraram números superiores aos nacionais e estaduais em todo período. O transporte terrestre teve expansão no seu crescimento nos últimos anos, com taxas maiores do que as do Brasil, mas menores do que as do estado do Rio de Janeiro, podendo ser, portanto, fruto de ampliação da malha viária de todo o estado. Também tiveram um desempenho razoável as atividades de esportes e de recreação e lazer. Essa divisão obteve melhora após o ano de 2009.

#### II.4.3.2 Número de unidades locais de alto crescimento

Nos resultados para o crescimento das unidades locais de alto crescimento se verificam números mais voláteis, devido à quantidade reduzida de ULs desse tipo. Ainda

assim pode-se ver que apenas 4 setores aumentaram seu crescimento a partir de 2009: as obras de infraestrutura, as atividades de serviços de tecnologia da informação, as atividades de sede de empresas, e pesquisa e desenvolvimento científico (tabela 22). Mas metade dessas atividades, mesmo com melhoria em seu resultado, ainda apresentou decréscimo. No total, 4 divisões obtiveram desempenho melhor do que o brasileiro. São elas as de extração de petróleo e gás natural; alojamento; serviços de arquitetura e engenharia; e pesquisa e desenvolvimento científico. Se excluirmos à essas a extração de petróleo e gás natural e adicionarmos as atividades esportivas e de recreação e lazer, temos as atividades que foram melhores em relação ao ERJ.

Com resultados melhores do que o brasileiro após 2009 temos as divisões de alojamento, atividades de serviços de tecnologia da informação, pesquisa e desenvolvimento científico e atividades de sedes de empresas.

Tabela 22: Taxa de crescimento médio do número de unidades locais de alto crescimento das divisões selecionadas no MRJ, ERJ e Brasil: 2006-2010

Seção CNAE 2.0	Região								
	Mun. Rio de Janeiro			Est. Rio de Janeiro			Brasil		
	Intervalo			Intervalo			Intervalo		
	08 – 09	09 – 11	08 – 11	08 – 09	09 – 11	08 – 11	08 – 09	09 – 11	08 – 11
<b>Total*</b>	-	-	-	8,16	5,27	4,63	0,71	7,21	3,72
Extração de petróleo e gás natural	150,00	18,32	36,78	150,00	54,92	56,51	-40,00	95,79	23,15
Construção de edifícios	18,45	-23,18	-8,56	20,50	-14,75	-3,26	3,63	1,94	1,87
Obras de infraestrutura	-11,76	-2,70	-4,40	-7,69	-2,27	-3,10	2,18	-3,19	-1,08
Transporte terrestre	1,75	1,28	1,08	9,17	7,89	6,17	-2,66	7,90	3,18
Alojamento	33,33	11,80	13,62	-26,32	-9,37	-11,80	2,58	7,28	4,24
Ativs dos servs de tecnologia da inf	-6,45	15,22	5,57	2,74	12,55	6,81	6,48	8,88	6,00
Ativs de sedes de empresas	-9,09	-6,91	-5,79	2,17	-4,35	-1,67	12,41	-8,38	-1,44
Servs.de arquitetura e engenharia	16,67	8,01	8,01	9,17	8,85	6,65	1,84	9,30	5,02
Pesq e desenvolvimento científico	0,00	73,21	31,61	0,00	73,21	31,61	35,71	2,60	9,33
Ativs esp e de recreação e lazer	23,81	-3,92	3,39	29,63	-7,42	2,67	13,89	9,60	8,15

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do CEMPRE recebidos após solicitação nos canais de comunicação do IBGE: [ibge@ibge.gov.br](mailto:ibge@ibge.gov.br)

Nota (\*) Não foi disponibilizado o resultado do total das divisões para o município do Rio de Janeiro.

Nessa variável, a performance é ainda pior do que a de número de unidades locais simples. Dos ramos vistos, 3 diminuíram a quantidade de ULs de alto crescimento. O destaque fica, mais uma vez, com a pesquisa e desenvolvimento científico. Em seguida, podem-se citar as atividades dos serviços de tecnologia da informação e os serviços de

arquitetura e engenharia.

#### II.4.3.3 Pessoal ocupado total

Nesse quesito, 5 das divisões selecionadas melhoraram seus resultados após 2009: extração de petróleo e gás natural; alojamento; transporte terrestre; atividades de sedes de empresas; e atividades esportivas e de recreação e lazer (tabela 23). A primeira apresentou um salto, saindo de um crescimento médio anual de 40,5% para 55,9%, mostrando um grande ganho de dinamismo. Já a segunda reverteu uma tendência de estagnação para ampliação de seu pessoal ocupado. Ainda depois do ano de 2009, essas 2 atividades, somadas às atividades de sedes de empresas, formam o grupo das que tiveram desempenho superior ao restante do Brasil. Se a soma for com as atividades de tecnologia da informação, temos as que foram melhor do que o estado do Rio de Janeiro.

Por fim, no total do período, o desempenho geral das divisões foi inferior ao fluminense e ao brasileiro. Mas apenas metade das atividades selecionadas seguiu esse caminho em relação ao Brasil, enquanto que 6 tiveram resultado inferior ao fluminense.

Tabela 23: Taxa de crescimento médio do pessoal ocupado total das divisões selecionadas no MRJ, ERJ e Brasil: 2006-2010

Seção CNAE 2.0	Região								
	Mun. Rio de Janeiro			Est. Rio de Janeiro			Brasil		
	Intervalo			Intervalo			Intervalo		
	06 – 09	09 – 11	06 – 11	06 – 09	09 – 11	06 – 11	06 – 09	09 – 11	06 – 11
<b>Total*</b>	1,40	5,94	3,64	4,73	6,33	5,37	5,62	5,72	5,66
Extração de petróleo e gás natural	40,48	55,92	42,35	5,75	9,96	7,41	3,83	5,57	4,52
Construção de edifícios	15,56	-7,02	5,66	14,03	-0,70	7,89	16,06	10,79	13,93
Obras de infraestrutura	22,35	6,39	14,26	17,22	11,56	14,92	17,44	9,03	14,00
Transporte terrestre	3,77	6,83	5,22	4,83	7,44	5,87	5,47	7,99	6,47
Alojamento	0,57	5,28	2,30	2,00	5,80	3,50	4,25	5,63	4,80
Ativs dos servs de tecnologia da inf	15,92	7,75	11,30	11,62	3,31	8,22	8,41	9,01	8,65
Ativs de sedes de empresas	5,68	7,26	6,22	4,89	8,07	6,15	8,95	3,75	6,84
Servs.de arquitetura e engenharia	19,63	11,56	11,15	12,99	14,17	13,46	15,18	12,98	14,30
Pesq e desenvolvimento científico	35,48	-1,71	14,78	30,80	-1,02	17,00	16,04	5,95	11,89
Ativs esp e de recreação e lazer	4,24	7,37	6,42	4,90	7,26	5,84	4,69	6,32	5,34

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do CEMPRE recebidos após solicitação nos canais de comunicação do IBGE: [ibge@ibge.gov.br](mailto:ibge@ibge.gov.br)

Nota (\*) Não foi disponibilizado o resultado do total das divisões para o município do Rio de Janeiro para o ano de 2006, por isso seu crescimento médio é calculado a partir de 2007

É interessante de se notar a reversão do quadro observado nesse item em comparação com o do número de unidades locais. Depois de 2009, a divisão de extração de petróleo e gás natural desenvolveu forte alta no crescimento de seu pessoal ocupado total, enquanto que o número de unidades locais caiu. Já para a pesquisa e desenvolvimento científico, houve redução no POT ao mesmo tempo em que cresceu satisfatoriamente a quantidade de ULs. Uma possível explicação para tal movimento é que apesar de ambas estarem se desenvolvendo, no setor de petróleo e gás é necessário que uma empresa tenha grande porte para entrar nessa atividade, dadas as enormes barreiras à entrada pelos custos iniciais e economias de escala. Já no setor de pesquisa e desenvolvimento, apesar da atração de empresas, com liderança do Parque Tecnológico da UFRJ, pode estar faltando mão de obra qualificada para atender a demanda por trabalhadores com alto nível de escolaridade e experiência. Outra hipótese para essa divisão é que, pelo fato de a maioria das maiores empresas que estão se instalando no Parque virem do exterior, elas ainda estão sofrendo os efeitos da crise internacional de 2008. Por isso, seus investimentos ainda estariam reduzidos, assim como a contratação de pessoal.

Ademais, outras divisões que apresentam bons números nessa variável são as de atividades esportivas e de recreação e lazer, atividades de sedes de empresas, e atividades de serviços de tecnologia da informação.

#### *II.4.3.4 Salários e outras remunerações*

Metade das divisões escolhidas exibiu aumento na taxa de crescimento médio anual dos salários e outras remunerações (tabela 24). Foram elas: as atividades de serviços de tecnologia da informação, de sedes de empresas, esportivas e de recreação e lazer; os serviços de arquitetura e engenharia; e alojamento. As maiores altas foram de alojamento e atividades esportivas e de recreação e lazer. Por outro lado, as obras de infraestrutura, transporte terrestre, pesquisa e desenvolvimento científico e extração de petróleo e gás obtiveram as quedas mais significativas. No caso da última, entretanto, o ritmo de crescimento continuou bastante elevado, muito superior ao restante do estado e do país.

Na comparação do total do período, a extração de petróleo e gás natural; as obras de infraestrutura; o transporte terrestre; e a pesquisa e desenvolvimento científico tiveram desempenho superior ao do ERJ e do Brasil. Ao resultado melhor que o fluminense, ainda se adiciona as atividades de sedes de empresa e as esportivas e de recreação e lazer. Já para os últimos 3 anos da série, apenas 2 foram melhores no MRJ do que na média do país: alojamento e extração de petróleo e gás natural. Elas também mostraram evolução melhor do que o estado fluminense, junto às atividades de obras de infraestrutura, pesquisa e desenvolvimento científico e atividades esportivas e de recreação e lazer. Em média, com exceção pelo lado negativo de obras de infraestrutura, e pelo positivo de exploração de petróleo e gás, o resultado nesses 3 anos foi bastante próximo ao brasileiro.

Tabela 24: Taxa de crescimento médio dos salários e outras remunerações das divisões selecionadas no MRJ, ERJ e Brasil: 2006-2010

Seção CNAE 2.0	Região								
	Mun. Rio de Janeiro			Est. Rio de Janeiro			Brasil		
	Intervalo			Intervalo			Intervalo		
	06 – 09	09 – 11	06 – 11	06 – 09	09 – 11	06 – 11	06 – 09	09 – 11	06 – 11
<b>Total*</b>	6,84	9,06	7,91	8,19	9,57	8,99	8,19	9,79	9,07
Extração de petróleo e gás natural	90,39	60,07	78,03	11,82	13,12	12,59	9,99	9,18	9,91
Construção de edifícios	20,53	3,72	13,76	19,65	8,08	15,14	24,10	16,93	21,46
Obras de infraestrutura	36,71	3,30	22,49	31,86	1,93	19,23	24,12	15,68	20,94
Transporte terrestre	18,10	8,14	14,27	13,18	10,58	12,39	8,04	12,55	10,07
Alojamento	2,87	14,53	7,62	4,45	12,36	7,79	6,99	9,96	8,41
Ativs dos servs de tecnologia da inf	8,67	11,97	10,23	9,66	12,78	11,15	12,64	13,93	13,41
Ativs de sedes de empresas	8,07	8,89	8,64	6,65	9,94	8,20	13,33	10,25	12,34
Servs.de arquitetura e engenharia	17,25	19,20	18,30	17,16	20,55	18,77	20,92	22,58	21,86
Pesq e desenvolvimento científico	37,95	6,38	24,61	35,51	6,38	23,28	21,85	8,49	16,58
Ativs esp e de recreação e lazer	6,27	16,91	10,65	6,75	15,72	10,50	7,27	17,23	11,40

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do CEMPRE recebidos após solicitação nos canais de comunicação do IBGE: [ibge@ibge.gov.br](mailto:ibge@ibge.gov.br)

Nota (\*) Não foi disponibilizado o resultado do total das divisões para o município do Rio de Janeiro para o ano de 2006, por isso seu crescimento médio é calculado a partir de 2007

O grande destaque na massa salarial ficou por conta da extração de petróleo e gás natural, que, mesmo apresentando redução em seu crescimento, ainda teve performance muito mais elevada do que a média do Brasil. Também nota-se, mais uma vez, a relevância da evolução dos setores de atividades esportivas e de recreação e lazer e de pesquisa e desenvolvimento científico. Sobre esse último, a queda no ritmo de crescimento da massa salarial pode corroborar com a hipótese de que a crise internacional tenha afetado esse setor, com a redução nos níveis de investimentos.

#### II.4.3.5 Salário médio

Para essa variável não será acompanhada a taxa de variação de crescimento, sendo exposto apenas seu nível absoluto.

É interessante notar que em todas as divisões selecionadas o nível de salário médio é superior no município do Rio de Janeiro do que no restante do estado e do país (tabela 25). Mas, de 2006 a 2009, apenas em 3 setores a média salarial aumentou nessa cidade: na extração de petróleo e gás natural; nas obras e infraestrutura; e no transporte terrestre. Esse desempenho foi semelhante ao brasileiro, no qual 4 setores mostraram elevação.

Já nos 2 anos seguintes, o salário médio cresceu em 5 das atividades escolhidas, no município. Foram elas: construção de edifícios, alojamento, atividades de sede de empresas, serviços de arquitetura e engenharia, e atividades esportivas e de recreação e lazer. Esse resultado foi semelhante ao estadual e ao do Brasil.

Tabela 25: Salário médio mensal das divisões selecionadas no MRJ, ERJ e Brasil: 2006, 2009, 2011

Seção CNAE 2.0	Região								
	Mun. Rio de Janeiro			Est. Rio de Janeiro			Brasil		
	Intervalo			Intervalo			Intervalo		
	2006	2009	2011	2006	2009	2011	2006	2009	2011
<b>Total*</b>	-	4,6	4,5	4,1	3,9	3,9	3,5	3,3	3,3
Extração de petróleo e gás natural	23,6	37,7	37,4	25,7	25,7	27,6	23,6	23,9	25,5
Construção de edifícios	3,0	3,0	3,6	2,6	2,6	2,9	2,1	2,4	2,3
Obras de infraestrutura	4,5	6,7	5,5	4,2	5,7	4,9	3,4	3,9	3,9
Transporte terrestre	2,7	3,3	3,3	2,7	2,9	2,9	2,9	2,7	2,7
Alojamento	2,5	2,3	2,5	2,1	1,9	2,0	1,9	1,7	1,8
Ativs dos servs de tecnologia da inf	9,9	7,0	6,5	8,5	6,6	6,3	7,0	6,4	6,2
Ativs de sedes de empresas	7,6	6,7	6,9	7,2	6,3	6,3	6,2	5,8	6,3
Servs.de arquitetura e engenharia	8,1	5,6	6,3	6,3	5,6	6,0	4,8	4,6	4,8
Pesq e desenvolvimento científico	16,5	15,0	14,3	15,7	14,8	14,1	10,6	11,0	10,2
Ativs esp e de recreação e lazer	3,1	2,9	3,3	2,7	2,5	2,8	2,5	2,4	2,8

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do CEMPRE recebidos após solicitação nos canais de comunicação do IBGE: [ibge@ibge.gov.br](mailto:ibge@ibge.gov.br)

Nota: (\*) Dado não disponibilizado



Destaca-se na tabela apresentada a queda no salário médio mensal do município carioca nas divisões de atividades dos serviços de tecnologias da informação e dos serviços de arquitetura e engenharia, apesar de ainda remunerarem o dobro da média nacional total. Também se ressalta o elevado nível salarial das atividades de extração de petróleo e gás e de pesquisa e desenvolvimento científico, o que mostra que sua expansão pode colaborar bastante para o aumento da renda da população.

#### **II.4.4 Conclusão e considerações finais**

Com os dados apresentados, não se pode confirmar a hipótese de que os eventos expostos em todo o capítulo estariam estimulando os setores econômicos escolhidos, de forma a cooperar para a melhora da estrutura econômica do município do Rio de Janeiro. No quadro geral, o desempenho dessas divisões não foi muito expressivo. Na elaboração de uma tabela na qual se dá um ponto para uma atividade se ela mostrou elevação de seu crescimento em 2009, um ponto se após esse ano seu incremento foi maior do que o brasileiro e mais um se foi maior do que o estadual, para cada uma das variáveis selecionadas, poderíamos ter um total geral de 120. Esse total corresponderia ao melhor cenário possível, mas muito improvável. Para cada variável o total possível é de 30 pontos, enquanto que para cada atividade é de 12 pontos. Nota-se que o somatório geral foi de 51 pontos, sendo que em nenhuma variável o desempenho foi superior à metade (tabela 26). Nesse caso, o melhor resultado foi das unidades locais, com 15, e o pior no pessoal ocupado total, com 10. Considerando as divisões, o desempenho mais decepcionante foi o da construção de edifícios, que não se destacou em nada. Já o comportamento mais expressivo ficou com as atividades esportivas e de recreação e lazer, com 9 pontos, seguido da pesquisa e desenvolvimento científico, com 7 cada. Também foram satisfatórios os números da extração de petróleo e gás, dos serviços de tecnologia da informação e os serviços de sedes de empresas.

Tabela 26: Pontuação de cada variável e divisão

Divisão CNAE2.0	Unidades locais	Unidades locais de alto crescimento	Pessoal ocupado total	Salários e outras remunerações	Total da divisão
Extração de petróleo e gás natural	0	1	3	2	6
Construção de edifícios	0	0	0	0	0
Obras de infraestrutura	1	1	0	1	3
Transporte terrestre	2	0	1	0	3
Alojamento	1	2	1	3	7
Ativs dos servs de tecnologia da inf	2	2	1	1	6
Ativs de sedes de empresas	2	1	1	2	6
Servs.de arquitetura e engenharia	2	1	0	1	4
Pesq e desenvolvimento científico	3	3	0	1	7
Ativs esp e de recreação e lazer	2	1	3	3	9
<b>Total da variável</b>	15	12	10	14	51

Há alguns fatos que podem ajudar a explicar o resultado abaixo do esperado. Um deles é a crise econômica mundial de 2008, cuja uma das consequências foi a redução dos investimentos em quase todos os países. Outro fator, que parece ser o principal seria a defasagem da publicação dos dados. Apesar de estarmos em 2014, a exposição de dados só vai até o ano de 2011, sendo o período ainda muito curto após os eventos, de forma que muitos investimentos tanto no Parque Tecnológico, quanto para os Jogos Olímpicos e para o Porto Maravilha ainda estão sendo maturados. A maioria dos estabelecimentos ainda não estão prontos. Por isso, parece importante que se estenda o trabalho para os anos seguintes, de forma a complementá-lo quando novos dados referentes aos anos seguintes forem publicados. Assim, poderá se responder mais precisamente a pergunta se estaria se criando uma nova dinâmica no município do Rio de Janeiro, fruto dos acontecimentos narrados. Portanto, não se deve acreditar, ainda, que os volumosos investimentos não trarão efeitos na economia carioca. Ainda nesse sentido, deve-se reconhecer a importância de identificar, a princípio, quais devem ser esses setores que possivelmente irão ser os maiores beneficiados com essas reversões. Dessa maneira, caso realmente sejam essas divisões as mais estimuladas, teremos, por exemplo, o melhor aproveitamento do potencial que existe na cidade em relação ao setor turístico, de transporte terrestre, de atividades de sedes de empresas e de atividades esportivas e de recreação e lazer. Ademais, será criada uma nova dinâmica com a consolidação de setores mais complexos e modernos, como os serviços de tecnologia da informação, serviços de arquitetura e engenharia e, principalmente, a pesquisa e desenvolvimento econômico. Por fim, ainda serão alavancados as já tradicionais atividades de extração de petróleo e gás natural, construção de edifícios e obras de infraestrutura.

De qualquer forma, alguns resultados tem que ser comentados. Os 3 mais expressivos parecem ser os das atividades de esporte e de recreação e lazer; pesquisa e desenvolvimento científico; e exploração de petróleo e gás natural. O primeiro obteve melhorias em todas as 4 variáveis estudadas, mas principalmente no pessoal ocupado total e salários, embora sua média salarial seja baixa. Essa atividade pode ser importante socialmente, tanto no estímulo à prática de esportes, com melhoria na saúde da população, quanto na maior disponibilidade de opções de lazer. Ainda, por não demandar muita qualificação, pode ajudar na melhora do nível de emprego e, conseqüentemente, da renda da população. Por fim, também pode sinalizar uma melhoria na eficiência dos investimentos públicos no estímulo às atividades olímpicas, o que pode trazer a formação de novos atletas de ponta e uma melhora no desempenho nacional nos Jogos, sendo, portanto, corolário da realização dos grandes eventos no Brasil.

Para a pesquisa e desenvolvimento científico, também parece acontecer uma evolução, superior ao movimento brasileiro. Aumentou-se a quantidade de unidades locais voltadas para essa atividade, embora nos últimos anos se tenha visto queda no número de vínculos dessas ULs. Esse resultado pode ser produto de 3 fatores: a crise internacional e a redução de investimentos, dado que as grandes empresas que se instalaram com esse objetivo no Rio são, em sua maior parte, transnacionais; a falta de pessoal qualificado para desempenhar essa função, considerando o baixo nível de escolaridade médio da população brasileira, e a redução do salário médio, que torna o setor menos competitivo, fazendo com que a reduzida mão de obra disponível prefira se deslocar para outros ramos. Nos próximos anos, com o complemento da realização dos empreendimentos no Parque da UFRJ e a redução dos efeitos da crise, é provável que o número de POT e dos salários voltem a subir. Ademais, a consolidação desse setor seria muito benéfica para a cidade, pela geração de conhecimento e os altos níveis salariais.

Por fim, o setor de extração de petróleo e gás natural mostrou pouco destaque no número de unidades locais, o que não parece ser muito relevante. Para explorar essa atividade são necessários investimentos pesados, o que demanda que a empresa tenha um porte significativo. Por isso, mesmo com a queda nas ULs, pode-se falar que o setor está se dinamizando e sofrendo boas conseqüências da descoberta do pré-sal. Tanto o nível de emprego quanto o de remunerações estão com resultados muito expressivos.

Também vale a pena mencionar a divisão de alojamento, de onde se pode ver uma melhoria no setor turístico, com um desempenho razoável em todas as variáveis, e as atividades dos serviços de tecnologia da informação e de sedes de empresas. Esses 2 fazem parte de um setor de serviços mais complexo e com salários acima da média, sobre a qual poderia se pautar os investimentos para o desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro.

Fica a decepção pelo lado da construção de prédios, infraestrutura e transporte terrestre, de onde pode-se tirar que, além do atraso para as obras para receber os grandes eventos, poucas melhorias infraestruturais e urbanas ficarão para a população. Contudo, como já expresso, a continuidade na análise dessas divisões nos próximos anos podem reverter essa tendência.

## CONCLUSÃO

No primeiro capítulo desse trabalho foi apresentada a evolução da economia do município do Rio de Janeiro. Com uma história relevante no cenário nacional, essa cidade foi durante muito tempo a capital do país. Crescendo continuamente, chegou ao posto de principal economia municipal do Brasil, posição que ficou até meados da década de 50, quando perdeu essa colocação para São Paulo. Sua participação relativa começou a declinar na década precedente, fato que continuou até o último ano da análise, em 2010. Em 1980, além de perda relativa, se instaurou uma crise de proporção absoluta nesse município, com declínio de seu produto. O Rio de Janeiro só retornaria ao crescimento em 2006, ficando estagnado ao longo da década de 90 e início dos anos 2000.

Com a sequência dos anos, diversos fatores contribuíram com que a economia dessa cidade fosse perdendo relevância. Falta de integração com a sua periferia, políticas federais que levaram a produção para outras regiões, a transferência da capital, políticas internas com foco equivocado, deseconomias de aglomeração e abertura econômica são alguns deles.

Apesar de não ter se recuperado ao ponto de voltar a ter um ponto de destaque econômico até 2010, há alguns acontecimentos que podem ter começado a cooperar para que isso se realize. Nesse sentido se ressalta a descoberta de petróleo no pré-sal, a escolha da cidade para ser sede dos Jogos Olímpicos em 2016 e o projeto de refuncionalização do espaço portuário da cidade. Junto a esses eventos, veio a atração e a necessidade de investimentos, que chegam a cifras bilhonárias. Assim, um novo momento pode estar próximo de acontecer no Rio de Janeiro, com o reforço de sua dinamização e mudança em sua estrutura econômica.

Nesse sentido, o estudo se propôs a analisar como esses acontecimentos podem afetar a economia da cidade, verificando que tipos de empreendimento estão sendo levantados devido a eles, em que áreas os investimentos estão sendo realizadas e as especificações de cada projeto. Assim, pôde ser escolhido um conjunto de setores aos quais se acreditava que poderiam já estar demonstrando efeitos em consequência dos eventos. A hipótese, entretanto, não foi confirmada. Desses setores, mais precisamente divisões segundo a CNAE2.0, poucos começaram a apresentar maior dinamismo. Dentre eles está o de atividades esportivas e de recreação e lazer, a pesquisa e desenvolvimento científico e a exploração de petróleo e gás. A

principal razão, no momento, pela qual se acredita que os números estão abaixo do esperado é a curta duração da série, que só vai até 2011. Essa série fica limitada pela publicação de novos dados. Só em maio de 2014, por exemplo, sairão as estatísticas do CEMPRE para o ano de 2012. Se considera essa hipótese porque grande parte dos investimentos estão ainda sendo realizados ou ainda em projeto, de forma que poucos já foram maturados, tendo, assim, ainda pouco impacto sobre as variáveis da economia local. Por isso, acredita-se que a continuidade desse estudo para os próximos anos pode ser saudável. Talvez, se os projetos realmente saírem do papel, quando forem concretizados, comece a se ver uma nova dinâmica e estrutura na economia do município do Rio de Janeiro, o que ficará refletido nos próximos números.

Por fim, se salienta que caso essas atividades sejam realmente estimuladas e apresentem crescimento, é possível que município possa voltar a crescer de maneira vigorosa e sustentável. Isso porque essas, em sua maioria, divisões dos setores terciário e quaternário, com certo grau de complexidade (a exemplo dos serviços de tecnologia da informação e de sede de empresas) e com alta capacidade de atração de divisas, como o alojamento (onde se engloba o turismo) e a pesquisa e desenvolvimento científico. Assim, se daria um papel a essa cidade de ofertante de serviços valorizados, com uma estrutura mais condizente com uma cidade grande na conjuntura atual, e com uma nova inserção mundial.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, M. A. **Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. 3ªEd. Rio de Janeiro, RJ: IPLANRIO, 1997.
- ABREU, M. P. *et al.* **A Ordem do Progresso: Cem Anos de Política Econômica Republicana 1889-1989**. 28º Reimpressão. Rio de Janeiro, RJ: Editora Elsevier, 1990.
- BERNARDES, L. M. C.; SOARES, M. T. S. **Rio de Janeiro: Cidade e Região**. 2ªTiragem. Rio de Janeiro, RJ: Secretaria Municipal de Cultura: Departamento Geral de Informação Cultural, 1990.
- CEZAR, P. B. Tendências Recentes da Economia do Rio. **Coleção Estudos Cariocas**, Rio de Janeiro, RJ: IPP/Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, nº20021002, p.1-12, 2002. Disponível em: <http://portalgeo.rio.rj.gov.br/estudoscariocas/> Acesso em: Novembro de 2013.
- COMITÊ DE CANDIDATURA RIO 2016. **Dossiê de Candidatura do Rio de Janeiro à sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 – Volume 01**. Disponível em: <http://rio2016.com/comite-organizador/transparencia/documentos> Acesso em: Janeiro de 2014
- COSTA, N. R. A. **Projeto Porto Maravilha: A importância para o Desenvolvimento Turístico e Sociocultural da Zona Portuária do Rio de Janeiro**. Monografia de Graduação. Niterói, RJ: UFF, 2011.
- CURI, M. A Disputa pelo Legado em Megaeventos Esportivos no Brasil. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, RS: UFRGS, nº40, p.65-88, 2013.
- DAIN, S. **Rio de Todas as Crises: Crise Econômica**. In: Série Estudos e Pesquisas, nº80, Rio de Janeiro, RJ: IUPERJ, 1990, p.1-15.
- DAVIDOVICH, F. Estado do Rio de Janeiro: Singularidade de um Contexto Territorial. **Revista Território**, Rio de Janeiro, RJ: LAGET/UFRJ, nº9, p.9-24, 2000.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). Copa do Mundo 2014: Algumas Considerações sobre a Realização do Evento no Brasil. **Nota Técnica**, São Paulo, SP: DIEESE, nº110, p.1-11, 2012.
- DINIZ, C. C. **Dinâmica Regional da Indústria no Brasil: Início de Desconcentração, Risco de Reconcentração**. Tese de Professor Titular. Belo Horizonte, MG: UFMG – CEDEPLAR, 1991.
- DINIZ, C. C. Desenvolvimento Poligonal no Brasil: Nem Desconcentração nem Contínua Polarização. **Nova Economia**, Belo Horizonte, MG: CEDEPLAR, v.3, nº1, p.35-64, 1993.

DOMINGUES, E. P.; BETARELLI JÚNIOR, A. A.; MAGALHÃES, A. S. Quanto Vale o Show? Impactos Econômicos dos Investimentos da Copa do Mundo 2014 no Brasil. **Estudos Econômicos**, São Paulo, SP: USP, v.41, n°2, p.409-439, 2011.

DOS SANTOS, R. S. **Projeto Porto Maravilha: o Urbano Como Mercadoria**. In: XVI Semana de Planejamento Urbano e Regional, 2010, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro, RJ: IPPUR, p.1-18, 2010.

ERNST & YOUNG TERCO. **Brasil Sustentável: Impactos Socioeconômicos da Copa do Mundo 2014**. 2010. Disponível em: [http://www.sebrae.com.br/setor/textil-e-confecoos/osector/mercado/Brasil\\_Sustentavel\\_Copa\\_do\\_Mundo\\_2014.pdf](http://www.sebrae.com.br/setor/textil-e-confecoos/osector/mercado/Brasil_Sustentavel_Copa_do_Mundo_2014.pdf) Acesso em: Janeiro de 2014.

FAURÉ, Y. A.; HASENCLEVER, L. **O Desenvolvimento Local no Estado do Rio de Janeiro: Estudos Avançados nas Realidades Municipais**. 1ªEd. Rio de Janeiro, RJ: E-Papers Serviços Editoriais, 2005.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (FIRJAN). **Decisão Rio Investimentos: 2010.2012**. Rio de Janeiro, RJ: FIRJAN, 2010. Disponível em: <http://www.firjan.org.br/main.jsp?lumChannelId=402880811F24243A011F243843420638> Acesso em: Dezembro de 2013.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (FIRJAN). **Decisão Rio Investimentos: 2012.2014**. Rio de Janeiro, RJ: FIRJAN, 2012. Disponível em: [http://www.firjan.org.br/decisaoport2012-2014/files/decisaorio2012-2014\\_pt.pdf](http://www.firjan.org.br/decisaoport2012-2014/files/decisaorio2012-2014_pt.pdf) Acesso em: Dezembro de 2013.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE ADMINISTRAÇÃO (FIA); FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS (FIPE). **Estudo de Impactos Econômicos Potenciais da Realização dos Jogos Olímpicos da Cidade do Rio de Janeiro em 2016**. São Paulo, SP, 2009. Disponível em: <http://www.fea.usp.br/feaecon/econoteen/BGF%20-%20Candidatura%20Rio2016%20-%20FIA%20-%20Estudo%20de%20Impactos%20Socioecon%C3%B4micos%20dos%20Jogos.pdf> Acesso em: Janeiro de 2014.

GIAMBIAGI, F. *et al.* **Economia Brasileira Contemporânea [1945-2010]**. 2ªEd. Rio de Janeiro, RJ: Editora Elsevier, 2011.

HASENCLEVER, L.; PARANHOS, J.; TORRES, R. Desempenho Econômico do Rio de Janeiro: Trajetórias Passadas e Perspectivas Futuras. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, RJ: UERJ, v.55, n°3, p.681-711, 2012.

INSTITUTO ALBERTO LUIZ COIMBRA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA DE ENGENHARIA (COPPE/UFRJ). **Corrida Para o Mar - Os Desafios Tecnológicos e Ambientais do Pré-sal**. Rio de Janeiro, RJ: UFRJ/COPPE, 2009. Disponível em: <http://www.coppe.ufrj.br/coppe/publicacoes.html> Acesso em: Dezembro de 2013.



INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cadastro Central de Empresas 2011 (CEMPRE 2011)**. Disponível em: [www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/cadastroempresa/2011/default.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/cadastroempresa/2011/default.shtm) Acesso em: Novembro e Dezembro de 2013.

INSTITUTO MUNICIPAL DE URBANISMO PEREIRA PASSOS (IPP). Aproveitamento Imobiliário da Região do Porto. **Coleção Estudos Cariocas**, Rio de Janeiro, RJ: IPP/Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, nº20030102, p.1-11, 2003. Disponível em: <http://portalgeo.rio.rj.gov.br/estudoscariocas/> Acesso em: Novembro de 2013.

INSTITUTO MUNICIPAL DE URBANISMO PEREIRA PASSOS (IPP). Recuperação e Revitalização da Região Portuária. **Coleção Estudos Cariocas**, Rio de Janeiro, RJ: IPP/Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, nº20030401, p.1-24, 2003. Disponível em: <http://portalgeo.rio.rj.gov.br/estudoscariocas/> Acesso em: Novembro de 2013.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Séries históricas das Contas Regionais Atualizadas**. Disponível em: [www.ipeadata.gov.br](http://www.ipeadata.gov.br) Acesso em: Outubro, Novembro e Dezembro de 2013.

LIMA, M. F. C.; SILVA, M. A. Inovação em Petróleo e Gás no Brasil: A Parceria Cenes-Petrobras e Coppe-UFRJ. **Revista Sociedade e Estado**. Brasília, DF: UNB – Departamento de Sociologia, v.27, nº1, p.97-115, 2012.

LEOPOLDI, M. A. P. Crescimento Industrial, Políticas Governamentais e Organização da Burguesia: O Rio de Janeiro de 1844 a 1914. **Revista do Rio de Janeiro**, Niterói, RJ: UFF, v.1, nº3, p.53-73, 1986.

LESSA, C. **O Rio de Todos os Brasis: Uma Reflexão em Busca de Autoestima**. 3ªEd. Rio de Janeiro, RJ: Editora Record, 2005. (Coleção Metrôpoles)

LINS, C. P. C. **Dinâmica Econômico-Espacial Recente no Estado do Rio de Janeiro: Um Foco nos Arranjos Produtivos Locais**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, RJ: ENCE/IBGE, 2005.

LO BIANCO, V. L. O. **O Legado dos Megaeventos Esportivos em Questão: as Mudanças ou as Continuidades na Cidade do Rio de Janeiro pós-sede**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, RJ: UFRJ – IE, 2010.

LOUREIRO, A. C. N. S. **Rio de Janeiro: Uma Análise da Perda Recente de Centralidade**. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte, MG: UFMG - CEDEPLAR, 2006.

MAGALHÃES, A. S.; DOMINGUES, E. P. **Benção ou Maldição: Impactos do Pré-sal na Indústria Brasileira**. Minas Gerais, MG: UFMG – CEDEPLAR, 2012. Disponível em: [http://arquivos.portaldaindustria.com.br/app/conteudo\\_18/2012/04/14/241/20121211181544564283a.pdf](http://arquivos.portaldaindustria.com.br/app/conteudo_18/2012/04/14/241/20121211181544564283a.pdf) Acesso em: Dezembro de 2013.

MEDEIROS JUNIOR, H. Planejamento Ausente, Resignação Presente: Diferenciais Negativos do Desenvolvimento Carioca Entre 1991 e 2000. **Coleção Estudos Cariocas**, Rio de Janeiro, RJ: IPP/Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, nº20091202, p.1-26, 2009. Disponível em: <http://portalgeo.rio.rj.gov.br/estudoscariocas/> Acesso em: Novembro de 2013.

MEDEIROS JUNIOR, H.; MEDINA, M. A. H. Indústria na Cidade do Rio de Janeiro: Estrutura e Conjuntura Recente. **Coleção Estudos Cariocas**, Rio de Janeiro, RJ: IPP/Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, nº20081203, p.1-36, 2008. Disponível em: <http://portalgeo.rio.rj.gov.br/estudoscariocas/> Acesso em: Novembro de 2013.

MEDEIROS JUNIOR, H.; NEGRETE, A. C. A. Comércio na Cidade do Rio de Janeiro: Estrutura e Conjuntura Recente. **Coleção Estudos Cariocas**, Rio de Janeiro, RJ: IPP/Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, nº20081001, p.1-47, 2008. Disponível em: <http://portalgeo.rio.rj.gov.br/estudoscariocas/> Acesso em: Novembro de 2013.

MELO, L.J. **Governança e Gestão de Ativos de Conhecimento em Ambientes de Inovação: Estudo de Caso sobre o parque Tecnológico do Rio**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, RJ: UFRJ, 2011.

MINISTÉRIO DO ESPORTE. **5º Balanço das Ações do Governo Brasileiro para a Copa 2014**. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <http://www.copa2014.gov.br/pt-br/brasilecopa/sobreacopa/balancos> Acesso em Janeiro de 2014.

MINISTÉRIO DO ESPORTE. **5º Balanço de Ações para a Copa (1º ciclo) – Cidade-sede: Rio de Janeiro**. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <http://www.copa2014.gov.br/pt-br/brasilecopa/sobreacopa/balancos> Acesso em: Janeiro de 2014.

MINISTÉRIO DO ESPORTE. **Impactos Econômicos da Realização da Copa 2014 no Brasil**. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <http://www.esporte.gov.br/arquivos/assessoriaEspecialFutebol/copa2014/estudoSobreImpactosEconomicosCopaMundo2014.pdf> Acesso em: Janeiro de 2014.

MORAES, M. J. I. **Impactos do Pré-sal na Economia Brasileira**. Dissertação de Mestrado. Ribeirão Preto, SP: USP – Departamento de Economia, 2013.

NATAL, J.; OLIVEIRA, A. **Mercado de Trabalho e Dinâmica Regional – Uma Análise à Luz da Recente e Positiva Inflexão Econômica do Estado do Rio de Janeiro**. In: Encontro Nacional da Anpur, 10., 2003a, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte, MG: ANPUR, p.1-18, 2003.

NATAL, J. Inflexão Econômica e Dinâmica Espacial Pós-1996 no Estado do Rio de Janeiro. **Nova Economia**, Belo Horizonte, MG: UFMG - CEDEPLAR, v.14, nº3, p.71-90, 2004.

OLIVEIRA, F. J. G. **Reestruturação Produtiva e Regionalização da Economia no Território Fluminense**. Dissertação de Mestrado. São Paulo, SP: USP, 2003.

OLIVEIRA, A. A Economia dos Megaeventos: Impactos Setoriais e Regionais. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, PR: IPARDES, nº120, p.257-275, 2011.

PEREIRA, A. S. A Economia do Estado do Rio de Janeiro: Ontem E Hoje. **Teoria e Evidência Econômica**, Passo Fundo, RS: UPF – FEA, v.3, nº5, p.145-179, 1995.

PETRÓLEO BRASILEIRO S. A. (PETROBRAS). **Os desafios do pré-sal**. Seminário. Rio de Janeiro, RJ, 2011. Disponível em: [http://pt.braudel.org.br/eventos/arquivos/downloads/apresentacao\\_presidente\\_gabrielli.pdf](http://pt.braudel.org.br/eventos/arquivos/downloads/apresentacao_presidente_gabrielli.pdf)  
Acesso em: Dezembro de 2013.

PETRÓLEO BRASILEIRO S. A. (PETROBRAS). **Plano de negócios e gestão 2013-2017**. Rio de Janeiro, RJ, 2013. Disponível em: <http://www.petrobras.com.br/pt/quem-somos/estrategia-corporativa/plano-de-negocios/> Acesso em: Dezembro de 2013.

PIGNATON, A. A. G. Origens da Industrialização no Rio de Janeiro. **Revista Dados**, Rio de Janeiro, RJ: IUPERJ, nº15, p. 139-154, 1977.

PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. **Plano Estratégico da Prefeitura do Rio de Janeiro 2013 – 2016**. Rio de Janeiro, RJ, 2010. Disponível em: [http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/2116763/4104304/planejamento\\_estrategico\\_1316.pdf](http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/2116763/4104304/planejamento_estrategico_1316.pdf)  
Acesso em Janeiro de 2014.

PINHEIRO, A. I. F. Preservar, Conservar e Modernizar: um Novo Paradigma para a Reabilitação do Centro do Rio. **Coleção Estudos Cariocas**, Rio de Janeiro, RJ: IPP/Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, nº20020501, p.1-7, 2002. Disponível em: <http://portalgeo.rio.rj.gov.br/estudoscariocas/> Acesso em: Novembro de 2013.

PRONI, M. W.; ARAÚJO, L. S.; AMORIM, R. L.C. Leitura Econômica dos Jogos Olímpicos: Financiamento Organização e Resultados. **Textos Para Discussão**, Rio de Janeiro, RJ: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA), Nº1356, 2008. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=4615](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4615) Acesso em Janeiro de 2014.

PRONI, M.W. Observações Sobre os Impactos Econômicos Esperados dos Jogos Olímpicos de 2016. **Motrivivência**, Florianópolis, SC, nº32/33, p.49-70, 2009.

RIBEIRO, L. C. Q. Rio de Janeiro: um Exemplo de Metrôpole Partida e Sem Rumos? **Novos Estudos**, São Paulo, SP: CEBRAP, nº45, p.167-182, 1996.

SABOIA, J. Descentralização Industrial no Brasil na Década de Noventa: Um Processo Dinâmico e Diferenciado Regionalmente. **Nova Economia**, Belo Horizonte, MG: UFMG – CEDEPLAR, v.11, nº2, p.85-122, 2001.

SABOIA, J.A Continuidade do Processo de Desconcentração Regional da Indústria Brasileira nos anos 2000. **Nova Economia**, Belo Horizonte, MG: UFMG – CEDEPLAR, v.23, n°2, p.219-278, 2013.

SANTOS, Ângela M. S. P. **Planejamento e Desenvolvimento: O Estado da Guanabara**. Tese de Doutorado. São Paulo, SP: USP, 1990.

SANTOS, Ângela M. S. P. Economia Fluminense: Superando a Perda De Dinamismo? **Revista Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, RJ: UERJ, n°8, p.31-58, 2002.

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (SEFAZ-RJ). **Pré-sal: De Quanto Estamos Falando? - Uma Análise Macroeconômica da Produção Potencial dos Campos do Pré-sal Brasileiros**. Rio de Janeiro, RJ, 2010. Disponível em: <http://www.fazenda.rj.gov.br/sefaz/content/conn/UCMServer/uuid/dDocName%3A1724036>  
Acesso em: Dezembro de 2013.

SILVA, E. F. Encontramos o Petróleo no Pré-sal: E Agora? **Cadernos ASLEGIS**, Brasília, DF: ASLEGIS, n°35, p.81-120, 2008.

SILVA. M. O. **Rio Nacional, Rio Local: Origens e Especificidades da Crise Carioca e Fluminense: Estratégias, Instituições e Desenvolvimento**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, RJ: UFRJ – IE, 2004.

SILVA. M. O. Características e Evolução Recente do Emprego e da Economia Carioca e Metropolitana. **Coleção Estudos Cariocas**, Rio de Janeiro, RJ: IPP/Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, n°20110401, p.1-100, 2013. Disponível em: <http://portalgeo.rio.rj.gov.br/estudoscariocas/> Acesso em: Novembro de 2013.

SILVA, R.D. **Rio de Janeiro: Crescimento, Transformação e Sua Importância Para a Economia Nacional (1930-2000)**. Dissertação de Mestrado. Campinas, SP: UNICAMP - Instituto de Economia, 2004.

SOBRAL, B.L.B. **Desconcentração Produtiva Regional no Brasil: Análise do Estado do Rio de Janeiro – 1970/2006**. Dissertação de Mestrado. Campinas, SP: UNICAMP - Instituto de Economia, 2007.

SOBRAL, B.L.B. As Raízes das Contradições Entre a Centralidade do Rio de Janeiro no Contexto Nacional e a Fragilidade da Divisão Territorial do Trabalho Sob Seu Comando. **Leituras De Economia Política**, Campinas, SP: UNICAMP - Instituto de Economia, n°16, p.57-86, 2010.

TOLEDO, M. P. **Participação de Instituições Locais em Projetos de Revitalização Urbana: o Caso do Projeto do Porto Maravilha na Cidade do Rio de Janeiro**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Getúlio Vargas (FGV), 2012.

URANI, A.; GIAMBIAGI, F. **Rio: a Hora da Virada**. 1º Ed, Rio de Janeiro, RJ: Editoria Elsevier, 2011.

VIEIRA, Wilson. **Apogeu e Decadência da Cafeicultura Fluminense: 1860-1930**. Dissertação de Mestrado. Campinas, SP: UNICAMP - Instituto de Economia, 2000.

## ANEXOS

Anexo 1: Variação média anual (%) do PIB\* dos 8 estados selecionados e do Brasil: 1920-2010

Estado	Período							
	39-49	49-59	59-70	70-75	75-80	80-85	85-96	96-99
São Paulo	5,37	5,70	9,22	11,56	8,07	1,00	2,56	0,75
Rio de Janeiro	3,77	4,41	7,63	9,30	7,06	0,29	1,32	3,35
Minas Gerais	4,83	4,68	6,25	11,61	11,84	2,29	1,63	-0,17
Rio Grande do Sul	3,19	5,14	7,66	10,99	7,82	1,75	1,33	1,12
Paraná	8,32	9,87	6,36	15,47	6,59	2,44	2,14	2,61
Bahia	2,65	6,57	7,10	10,57	12,91	6,27	-0,57	1,99
Santa Catarina	5,71	5,35	8,50	12,34	12,82	1,98	3,12	0,70
Distrito Federal (Brasília)	-	-	-	13,04	17,88	-5,55	14,38	1,10
<b>Brasil</b>	4,32	5,54	8,02	11,19	9,40	1,88	2,47	1,21

  

Estado	Período						
	99-00	00-02	02-04	04-06	06-08	08-10	1939-2010
São Paulo	4,24	0,07	1,16	4,69	4,38	3,55	5,27
Rio de Janeiro	3,46	0,89	2,90	4,17	4,25	1,13	4,24
Minas Gerais	5,53	2,68	6,27	3,16	7,10	3,54	5,03
Rio Grande do Sul	4,11	3,45	3,12	-0,01	5,32	4,45	4,54
Paraná	2,71	3,03	6,17	-0,98	6,96	2,22	6,17
Bahia	4,62	4,05	3,00	3,56	4,77	4,64	5,05
Santa Catarina	9,80	3,35	6,31	2,84	7,42	3,26	6,03
Distrito Federal (Brasília)	-9,97	0,13	1,26	5,53	6,95	4,84	7,57
<b>Brasil</b>	4,31	1,98	3,40	3,56	5,63	3,53	5,18

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IPEADATA (IPEA 2013).

Nota: (-) Dado não existente (Brasília só foi fundada em 1960).

Nota: (\*) Dados não comparáveis com os em nível municipal devido ao uso de metodologias distintas entre eles.

Anexo 2: Participação relativa (%) dos 8 estados selecionados no total do PIB\* nacional: 1920, 1939, 1949, 1959, 1970, 1975, 1980, 1985, 1996, 1999, 2000, 2002, 2004, 2006, 2008, 2010

Estado	Ano							
	1939	1949	1959	1970	1975	1980	1985	1996
São Paulo	31,10	34,38	34,91	39,43	40,09	37,71	36,12	36,49
Rio de Janeiro	20,34	19,30	17,34	16,67	15,30	13,73	12,70	11,22
Minas Gerais	10,26	10,77	9,93	8,28	8,44	9,42	9,61	8,79
Rio Grande do Sul	10,33	9,27	8,93	8,60	8,53	7,93	7,88	6,97
Paraná	2,95	4,30	6,44	5,43	6,56	5,76	5,92	5,71
Bahia	4,45	3,79	4,18	3,80	3,70	4,33	5,35	3,84
Santa Catarina	2,27	2,60	2,55	2,68	2,82	3,29	3,30	3,54
Distrito Federal (Brasília)	-	-	-	1,26	1,37	1,99	1,37	4,58
<b>Brasil</b>	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

  

Estado	Ano						
	1999	2000	2002	2004	2006	2008	2010
São Paulo	35,99	35,96	34,63	33,14	33,87	33,08	33,09
Rio de Janeiro	11,95	11,85	11,60	11,48	11,62	11,32	10,80
Minas Gerais	8,43	8,53	8,65	9,13	9,06	9,32	9,32
Rio Grande do Sul	6,95	6,94	7,14	7,10	6,62	6,58	6,70
Paraná	5,95	5,86	5,98	6,31	5,77	5,91	5,76
Bahia	3,93	3,94	4,11	4,07	4,07	4,01	4,09
Santa Catarina	3,49	3,67	3,77	3,99	3,93	4,07	4,04
Distrito Federal (Brasília)	4,57	3,94	3,80	3,64	3,78	3,88	3,98
<b>Brasil</b>	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IPEADATA (IPEA 2013).

Nota: (-) Dado não existente (Brasília só foi fundada em 1960).

Nota: (\*) Dados não comparáveis com os em nível municipal devido ao uso de metodologias distintas entre eles.

Anexo 3: Participação relativa (%) dos municípios selecionados no total do PIB nacional: 1920, 1939, 1949, 1959, 1970, 1975, 1980, 1985, 1996, 1999, 2000, 2002, 2004, 2006, 2008, 2010

Município	Ano							
	1920	1939	1949	1959	1970	1975	1980	1985
Guarulhos	0,03	0,02	0,08	0,24	0,68	0,94	1,07	1,05
Campinas	0,78	0,60	0,69	0,79	0,94	0,94	0,88	0,95
Osasco	-	-	-	-	0,51	0,64	0,54	0,57
São Bernardo do Campo	0,18	-	0,16	1,10	1,75	1,70	1,65	1,28
Betim	-	0,04	0,01	0,02	0,12	0,28	0,62	0,51
Barueri	-	-	0,01	0,04	0,03	0,07	0,14	0,18
Santos	0,55	2,82	1,20	1,87	0,90	0,81	0,62	0,61
Duque de Caxias	-	-	0,17	0,37	0,75	0,97	0,64	0,83
Campos dos Goytacazes	0,74	0,60	0,48	0,47	0,23	0,23	0,17	0,17
São José dos Campos	0,14	0,09	0,14	0,15	0,42	0,55	0,79	0,95
<b>Soma</b>	2,41	4,17	2,93	5,05	6,32	7,13	7,12	7,08
<b>Brasil</b>	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

  

Município	Ano							
	1996	1999	2000	2002	2004	2006	2008	2010
Guarulhos	1,00	1,13	1,13	0,98	0,95	1,08	1,05	0,99
Campinas	1,22	1,07	1,06	1,01	0,94	1,00	0,97	0,97
Osasco	0,41	0,74	0,74	0,71	0,75	0,75	0,99	0,97
São Bernardo do Campo	1,02	0,93	0,94	0,89	0,92	0,87	0,99	0,94
Betim	0,36	0,56	0,65	0,62	0,67	0,79	0,83	0,75
Barueri	0,42	0,85	0,85	0,80	0,88	1,08	0,90	0,74
Santos	0,73	0,45	0,39	0,62	0,53	0,68	0,81	0,73
Duque de Caxias	0,47	0,67	0,72	0,76	0,87	0,95	0,62	0,70
Campos dos Goytacazes	0,14	0,34	0,48	0,53	0,57	0,98	0,96	0,67
São José dos Campos	0,78	0,97	1,15	0,96	0,89	0,66	0,68	0,64
<b>Soma</b>	6,53	7,71	8,11	7,88	7,97	8,83	8,80	8,10
<b>Brasil</b>	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IPEADAT A (IPEA 2013).

Nota: (-) Dado não disponível.



Anexo 4: Participação das regiões político-administrativas relativa ao estado do Rio de Janeiro nos setores selecionados: 1920-2010\*

Produto Interno Bruto										
Ano	Região									
	Rio de Janeiro (Capital)	Região Metropolitana ( – Rio de Janeiro)	Norte Fluminense	Médio Paraíba	Baixadas Litorâneas	Região Serrana	Costa Verde	Centro-Sul Fluminense	Noroeste Fluminense	Total
1920	68,38	5,94	6,41	3,15	1,74	5,95	0,37	2,43	5,64	100,00
1939	80,06	6,78	3,91	2,18	0,64	3,39	0,21	1,08	1,75	100,00
1949	76,89	8,32	3,21	3,85	0,63	4,17	0,20	0,94	1,79	100,00
1959	71,44	10,60	3,48	7,23	0,96	3,68	0,26	1,19	1,15	100,00
1970	70,95	16,33	1,95	4,91	1,07	2,88	0,43	0,82	0,65	100,00
1975	68,31	17,77	2,06	5,65	0,96	3,24	0,38	0,86	0,78	100,00
1980	69,83	15,80	2,04	5,50	1,12	3,33	0,97	0,78	0,62	100,00
1985	63,92	18,24	2,42	7,06	1,26	3,49	2,08	0,79	0,73	100,00
1996	67,18	16,78	3,70	5,48	1,25	3,15	1,08	0,67	0,71	100,00
1999	56,68	21,83	4,69	6,66	2,87	3,88	1,08	1,15	1,16	100,00
2000	54,90	21,58	6,49	6,61	3,41	3,76	1,03	1,11	1,11	100,00
2002	53,14	21,98	7,49	6,39	4,18	3,75	1,05	1,03	1,00	100,00
2004	50,54	22,28	8,28	7,64	4,51	3,43	1,34	0,96	1,01	100,00
2006	46,50	21,40	12,39	5,97	6,84	3,43	1,49	0,91	1,07	100,00
2008	46,26	18,83	14,57	7,01	5,98	3,56	1,77	0,94	1,06	100,00
2010	46,73	20,86	11,21	7,21	5,26	3,83	2,89	1,06	0,95	100,00

Valor Adicionado na Indústria										
Ano	Região									
	Rio de Janeiro (Capital)	Região Metropolitana ( – Rio de Janeiro)	Norte Fluminense	Médio Paraíba	Baixadas Litorâneas	Região Serrana	Costa Verde	Centro-Sul Fluminense	Noroeste Fluminense	Total
1920	79,69	8,06	2,40	1,23	0,61	5,12	0,29	1,72	0,89	100,00
1939	80,66	6,83	2,89	2,80	0,33	4,88	0,03	1,16	0,42	100,00
1949	70,61	10,80	3,53	7,98	0,41	4,89	0,04	0,88	0,86	100,00
1959	57,92	12,99	3,40	18,91	0,84	3,98	0,09	1,42	0,47	100,00
1970	61,07	19,87	1,79	9,90	1,24	4,08	0,69	0,86	0,49	100,00
1975	61,82	19,49	1,71	9,65	0,88	4,50	0,38	0,98	0,59	100,00
1980	62,72	16,54	1,69	10,22	1,07	4,74	1,70	0,97	0,36	100,00
1985	55,76	20,83	1,78	11,27	1,04	4,15	3,78	0,92	0,47	100,00
1996	61,33	14,69	6,85	10,46	0,79	2,90	2,28	0,43	0,28	100,00
1999	42,80	20,69	11,76	13,19	4,85	3,49	1,39	0,96	0,88	100,00
2000	35,85	19,37	19,38	11,98	7,50	3,01	1,36	0,80	0,76	100,00
2002	32,69	17,91	22,33	11,31	10,20	3,01	1,42	0,63	0,51	100,00
2004	27,73	20,67	22,34	13,76	10,09	2,65	1,65	0,56	0,56	100,00
2006	18,49	16,87	34,04	8,17	17,09	2,47	1,69	0,44	0,74	100,00
2008	18,47	9,96	41,47	9,91	14,51	2,99	1,52	0,47	0,70	100,00
2010	23,25	17,56	28,73	12,11	10,67	4,09	2,23	0,82	0,55	100,00

continua

Valor Adicionado no setor de serviços										
Ano	Região									
	Rio de Janeiro (Capital)	Região Metropolitana (– Rio de Janeiro)	Norte Fluminense	Médio Paraíba	Baixadas Litorâneas	Região Serrana	Costa Verde	Centro-Sul Fluminense	Noroeste Fluminense	Total
1920	81,43	6,26	3,28	1,89	1,30	2,61	0,43	1,54	1,27	100,00
1939	85,13	6,45	2,40	1,26	0,52	2,24	0,24	0,80	0,96	100,00
1949	84,21	7,28	1,17	2,07	0,33	3,51	0,18	0,77	0,49	100,00
1959	81,56	9,12	1,80	2,02	0,54	3,27	0,17	1,01	0,50	100,00
1970	77,89	14,53	1,32	2,18	0,70	2,07	0,25	0,62	0,42	100,00
1975	73,29	16,98	1,73	3,44	0,78	2,25	0,34	0,64	0,54	100,00
1980	75,29	15,54	1,69	2,78	0,95	2,23	0,55	0,53	0,44	100,00
1985	71,75	16,45	2,31	3,81	1,13	2,59	0,82	0,58	0,56	100,00
1996	70,68	17,86	2,02	3,09	1,38	2,98	0,54	0,71	0,74	100,00
1999	57,33	23,94	3,30	5,03	2,70	4,15	1,00	1,27	1,29	100,00
2000	56,44	24,60	3,41	5,05	2,67	4,24	1,00	1,29	1,29	100,00
2002	56,00	25,01	3,68	4,87	2,85	4,16	1,00	1,22	1,23	100,00
2004	54,13	25,59	4,04	5,47	3,15	4,01	1,10	1,23	1,28	100,00
2006	53,77	25,85	4,33	5,03	3,29	4,14	1,09	1,21	1,29	100,00
2008	53,13	24,98	5,06	5,58	3,31	4,06	1,36	1,24	1,29	100,00
2010	50,83	23,71	6,12	5,54	4,01	4,02	3,37	1,22	1,19	100,00

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IPEADATA (IPEA 2013).

Nota: (\*) Devido à uma mudança metodológica há uma quebra na série após o ano de 1996, o que impossibilita a comparação entre os dados dos anos anteriores aos dos anos posteriores à quebra.